

Conversando com historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses

Coletânea do APERS Entrevista (2012-2019)

Rodrigo de Azevedo Weimer (org.)



Rodrigo de Azevedo Weimer (org.)

**Conversando com historiadoras e
historiadores
sul-rio-grandenses**

Coletânea do APERS entrevista (2012-2019)

1ª Edição

Porto Alegre

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

2020

© 2020 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Todos os direitos desta edição reservados ao APERS.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C766

Conversando com historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses: coletânea do APERS entrevista (2012-2019) [recurso eletrônico] / organizador, Rodrigo de Azevedo Weimer ; autores, Bruno Stelmach Pessi ... [et al.]. -- Porto Alegre : Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. 201 p.

ISBN 978-85-64859-20-3

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

1. História – Rio Grande do Sul. 2. Historiador – Rio Grande do Sul. 3. Pesquisa histórica – Rio Grande do Sul. 4. Entrevista. 5. Arquivo público – Rio Grande do Sul I. Weimer, Rodrigo de Azevedo. II. Pessi, Bruno Stelmach. III. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

CDU 94(816.5)

Bibliotecária responsável: Kátia Midori Hiwatashi – CRB-10/1424

Fotografia da capa: Caroline Acco Baseggio

Apresentação

O Arquivo Público do Estado do RS – APERS, Departamento da Secretaria do Planejamento Orçamento e Gestão foi criado, em 8 de março de 1906, pelo Decreto nº 876. É o órgão responsável por 8 mil metros lineares de documentos, ou seja, 21.135.644 milhões de documentos textuais, cujo acervo é constituído pela documentação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e seus concessionados Registro Civil e Tabelionatos.

O Arquivo Público do Estado do RS atua como órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado do RS- SIARQ/RS, implementando a gestão documental nos diversos órgãos Estaduais e prestando assessorias a municípios. Dentre as atividades executadas na instituição destacam-se a descrição de acervos, a elaboração de instrumentos de pesquisa e as oficinas de educação patrimonial, preservando, divulgando e disponibilizando aos usuários a documentação produzida pela Administração Pública do Estado.

Para comemorarmos os 114 anos do APERS, apresentamos o livro “Conversando com historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses”, resultado de uma série de entrevistas realizadas com nossos pesquisadores pela equipe do Divulga APERS, com o propósito de relatar suas experiências a partir das fontes documentais existentes em nossa Instituição.

Agradeço a todos que participaram e viabilizaram a escrita deste livro. Boa leitura!

Aerta Grazzioli Moscon

Diretora – APERS

Prefácio

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul publicamos, desde 2012, entrevistas com os diversos profissionais envolvidos na pesquisa em nosso acervo. A prática, promovida pela equipe do Divulga APERS, fazia parte de um processo de difusão cultural, enfocando atividades e potencialidades da instituição. A partir de janeiro de 2019, decidimos retomar a atividade com historiadores. Na medida em que íamos conversando com pesquisadoras e pesquisadores, percebemos que o material produzido constituía um panorama mais amplo da historiografia sul-rio-grandense das últimas décadas.

É bem verdade que este apanhado limita-se aos trabalhos fundamentados nas fontes primárias do Arquivo Público como corpos documentais. Toda uma tradição de pesquisa em história política, em história oral ou em história da historiografia, por exemplo, não está representada aqui.

Ainda assim, a conversa com esses profissionais permitiu entender melhor algumas dinâmicas mais gerais do seu trabalho e as opções metodológicas tomadas por eles desde então, além de balanços sobre períodos anteriores. É o caso, por exemplo, do trânsito entre uma história escrita com base em metodologia serial – que mantém sua atualidade e continua a inspirar diversos pesquisadores – e uma história mais focada no acompanhamento de trajetórias e na atuação subjetiva dos atores sociais. Se não são perspectivas excludentes, é nítida uma mudança de ênfase.

Por outro lado, o Rio Grande do Sul guarda a peculiaridade de que, quando as metodologias quantitativas estavam iniciando a ser praticadas de uma

forma mais sistemática, já recebíamos os ecos de uma história de abordagem thompsoniana ou a influência da micro-história. Quer dizer, digamos assim, a “infraestrutura” oferecida por uma história quantitativa na maior parte das vezes teve que ser construída conjuntamente a uma historiografia arejada com novas preocupações e novos enfoques. Isso fica muito claro nas entrevistas, porque os pesquisadores não estabelecem tais perspectivas como opostas ou excludentes, e sim complementares ou mesmo indispensáveis.¹

Isso constituiu um desafio para nossa historiografia – havia a necessidade, por exemplo, de escrever sobre práticas cotidianas de resistência dos cativos do Rio Grande do Sul sem haver uma sólida fundamentação demográfica a respeito, ou de escrever sobre conflitos fundiários ao mesmo tempo em que se destrinchava a estrutura agrária do Rio Grande do Sul, desconstruindo uma série de lugares-comuns. Por outro lado, constituiu uma oportunidade para que, entre nós, algumas oposições desnecessárias e castradoras – totalidade X fragmentação, macro X micro, estrutura X indivíduo, por exemplo – se tornassem menos absolutas no fazer cotidiano dos arquivos e dos programas de pós-graduação.

Essas questões foram examinadas por cada entrevistada e por cada entrevistado mediante pontos de vista distintos. Eles discutiram também o papel das fontes do Arquivo Público em uma reorientação historiográfica. Assim sendo, julgamos oportuno reuni-los em uma publicação, que, de certa forma, no aniversário de 114 anos da instituição, celebra seu “caso de amor” com uma congregação de profissionais. Na polifonia de leituras e visões, permanece a paixão pela pesquisa empírica no Arquivo, de que comungam todos os profissionais que compartilharam conosco suas experiências de trabalho.

¹ É bem verdade que nisso deve pesar, também, o afastamento temporal decorrente do olhar retrospectivo.

Trazemos dez entrevistas publicadas entre janeiro e dezembro de 2019 e revisitamos oito realizadas anteriormente, cinco em 2012 e 2013, sob o critério, sempre, de que os entrevistados utilizassem fontes do Arquivo em seus trabalhos, e, ainda, três de 2016 com as historiadoras que trabalham em nossa instituição. Algumas das entrevistas anteriores foram publicadas exatamente como estavam originalmente; outras foram atualizadas pelos entrevistados por meio de sua edição ou da inclusão de novas perguntas. Finalmente, temos neste volume uma entrevista inédita de Ginter Tlajja Leipnitz, que optou por apresentar testemunho totalmente novo. Foram oferecidas essas opções para cada um dos entrevistados e eles escolheram conforme julgaram mais conveniente. Através desse levantamento, chegamos a dezenove entrevistas, sete com historiadoras e doze com historiadores.

Chama atenção que algumas discussões relevantes ainda não apareceram aqui com o destaque que mereceriam, tais como o debate sobre gênero, inobstante o Arquivo Público ter produzido um Catálogo sobre mulheres.² Fica aqui o apontamento de que essas temáticas possam servir para análise em futuras pesquisas, já que o que não falta em nosso acervo é material para reflexão sobre os diferentes papéis que mulheres e homens desempenharam e tomaram para si ao longo das décadas. Por outro lado, a intenção é continuar fazendo entrevistas e contemplar um universo cada vez mais abrangente de interesses e preocupações.

Dentre nossos entrevistados, temos apenas um homem negro e uma mulher negra, e também um historiador autoidentificado como mulato, Ricardo Taraciuk. Infelizmente, como chegamos a eles a partir da presença em nossa sala de pesquisa, e como até a implementação das políticas de

² Longe de nós está a premissa de que essas discussões caberiam a elas, já que as relações de gênero são um problema histórico a ser enfrentado por todas e todos. Tampouco corroboramos com a identificação entre historiografia de gênero e história das mulheres.

cotas o acesso da população negra às universidades e pós-graduações foi bastante restrito, acabaram por ser minoritários.

Todavia, em virtude da presença massiva e estruturante da escravidão em nossa sociedade nos séculos XVIII e XIX, essa temática se impôs aos historiadores – é o caso, além de Taraciuk, de Bruno Stelmach Pessi, Jovani Scherer, de Paulo Roberto Staudt Moreira e de Thiago Leitão de Araújo –, e mesmo àqueles que não a enfocavam diretamente, como os estudiosos de elites, como Luís Augusto Ebling Farinatti, Jonas Moreira Vargas e Gabriel Santos Berute.

Já os trabalhos sobre racialização e pós-Abolição são mais recentes, e o leitor pode deles ter uma aproximação através das entrevistas com Marcus Vinícius de Freitas Rosa e Maria do Carmo Moreira Aguilar – precisamente, e não por acaso, os historiadores negros mencionados. Sua perspectiva procura ver a história negra para além da dimensão do regime escravista, problematizando a construção da liberdade e a definição de relações sociais em termos raciais. Essa perspectiva do campo do pós-Abolição também é a abordagem de Sarah Calvi Amaral Silva.

Completando nossa coletânea, temos as entrevistas de Caroline Acco Baseggio, Clarissa Sommer Alves e Nôva Marques Brando, que trazem suas reflexões sobre a prática de historiadoras em arquivos, e as de Fábio Kühn, Guinter Tlajja Leipnitz, José Carlos Cardozo, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Patrícia Bosenbecker, respectivamente sobre fontes acerca da história da família no Rio Grande do Sul colonial, da história agrária, da história da infância, da história do contrabando e de crimes de fronteira e da história da imigração alemã. Nos últimos anos nosso acervo tem contribuído tanto para o desbravamento de novos campos quanto para revisitações a temas mais clássicos...

Outro aspecto mencionado de forma tangencial nesse livro é a relação entre pesquisa em arquivo e educação, apresentada por Bruno Stelmach Pessi, Clarissa de Lourdes Sommer Alves, Jovani Scherer, Ricardo Taraciuk e Sarah

Calvi Amaral Silva. O trabalho com fontes primárias no ensino básico permite perceber que o conhecimento histórico não é dado, e sim resultado de uma construção intelectual da qual os discentes podem ser partícipes. Propostas como estas convergem com as oficinas de educação patrimonial, oferecidas pelo Arquivo há mais de dez anos, conforme ressalta Ginter Tlajja Leipnitz.

Entrevistados como Luís Augusto Ebling Farinatti, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Paulo Moreira lembram do espaço de arquivo como um ambiente de sociabilidade, de troca de experiências, informações e até mesmo formulação de conceitos. É com certo pesar que se constata que, talvez, essa dimensão venha sendo progressivamente diminuída.

As entrevistas de 2012 e de 2013 foram realizadas pela equipe do Divulga APERS, composta pelas arquivistas Sílvia Soares e Viviane Portella. Em 2016, por ocasião do dia do historiador, as então únicas profissionais em História da casa, Caroline Baseggio, Nôva Marques Brando e Clarissa Sommer Alves entrevistaram-se mutuamente. As entrevistas de 2019 foram realizadas por Rodrigo de Azevedo Weimer, à exceção daquela com Paulo Roberto Staudt Moreira, realizada por Rodrigo e Clarissa. Essa última é mais extensa do que as demais porque Paulo é um pesquisador deveras atuante em nosso arquivo, onde já tem sua cadeira cativa, e por sua relevância na historiografia do Rio Grande do Sul, particularmente aquela que recorre a fontes judiciárias, notariais e cartoriais, formando, mesmo, muitos pesquisadores que visitam nossa sala de pesquisa.

Os catálogos mencionados nas entrevistas – Documentos da Escravidão, Resistência em Arquivo – podem ser acessados em nossa *home-page*.

Este livro, ao refletir sobre as opções metodológicas e inclinações teóricas do *métier*, mesmo que através do formato mais informal de entrevista, dirige-se especialmente aos historiadores profissionais, particularmente aos iniciantes, estudantes de graduação ou mestrandos. No entanto, nada impede que ele desperte o interesse de especialistas mais calejados ou

ainda de curiosos famintos por História, os *gourmets* de Clio. Da mesma forma que os melhores restaurantes oferecem cartazes “Visite nossa cozinha”, fica aqui um convite para que conheçam como os historiadores preparam suas refeições, quais panelas e quais temperos utilizam esses estranhos mestres-cucas – seria o Arquivo Público uma de suas “cozinhas”? É com grande orgulho que o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul traz, em 2020, este “Conversando com historiadoras e historiadores sul-rio-grandenses”, inspirado nas “Conversas com historiadores brasileiros”, publicadas pela editora 34 em 2002.³ Também é com grande alegria que agradecemos a todas e a todos que se dispuseram a compartilhar conosco suas experiências de pesquisa. Que a historiografia sul-rio-grandense possa contar com nossa preciosa instituição pelos próximos 114 anos e além. A expectativa é bisar esta publicação no próximo ano, com as entrevistas publicadas em 2020.

Rodrigo de Azevedo Weimer
Historiador – APERS

³ MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Índice

Bruno Stelmach Pessi	12
Caroline Acco Baseggio	16
Clarissa Sommer Alves	20
Fábio Kühn	28
Gabriel Santos Berute	38
Guinter Tlajja Leipnitz	48
Jonas Moreira Vargas	61
José Carlos Cardozo	69
Jovani Scherer	76
Luís Augusto Ebling Farinatti	92
Marcus Vinícius de Freitas Rosa	101
Maria do Carmo Moreira Aguilar	110
Mariana Flores da Cunha Thompson Flores	120
Nôva Marques Brando	133
Patrícia Bosenbecker	139
Paulo Roberto Staudt Moreira	147
Ricardo Taraciuk	175
Sarah Calvi Amaral Silva	180
Thiago Leitão de Araújo	188

Bruno Stelmach Pessi é professor de História na Escola Municipal José Carlos Ferreira, em Guaíba, e no Colégio La Salle Santo Antônio, em Porto Alegre, atuando em turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. É graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2008] e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo [2012].⁴ Suas pesquisas acadêmicas centraram-se no tema da escravidão, analisando a sociedade pelotense na segunda metade do século XIX. Foi pesquisador e coordenador do projeto Documentos da Escravidão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul⁵ e Presidente da Associação dos Amigos do APERS. Sua entrevista foi realizada em janeiro de 2012 e editada em 2019 pelo entrevistado, através da inclusão de novas perguntas. Seu *curriculum vitae* na plataforma Lattes pode ser acessado por meio da *home-page* <<http://lattes.cnpq.br/9057729292957861>>.⁶

⁴ PESSI, Bruno Stelmach. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11032013-120538/pt-br.php>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁵ PESSI, Bruno Stelmach (coord). *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança*. Porto Alegre: CORAG, 2010 (4 volumes). PESSI, Bruno Stelmach (coord). *Documentos da escravidão: testamentos: escravo deixado como herança*. Porto Alegre: CORAG, 2010 (4 volumes). PESSI, Bruno Stelmach; SILVA, Graziela Souza e (coord). *Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu*. Porto Alegre: CORAG, 2010.

⁶ Acesso em: 14 jan. 2020.

[2012] Bruno, você poderia comentar um pouco sobre o trabalho que vem desenvolvendo no Mestrado?

A minha pesquisa tem o objetivo principal de tentar entender as características da escravidão em Pelotas depois do fim do tráfico. Ou seja, a partir do estudo da estrutura de posse e da demografia, principalmente nos dados dos inventários post-mortem, eu quero entender como se estruturou, continuou se estruturando ou se fragmentou a escravidão em Pelotas depois da cessão do tráfico atlântico.

[2019] Procurei entender as características sociais, econômicas e demográficas da escravidão no contexto da produção do charque e das leis abolicionistas, avaliando a estruturação da instituição escravista nos anos finais de sua existência.

[2012] Como se deu a sua aproximação com o tema da escravidão?

Foi a partir de um trabalho desenvolvido pelo APERS, onde eu trabalhei como estagiário no projeto Documentos da Escravidão, começando a trabalhar com os inventários. A aproximação com o tema na documentação me fez procurar bibliografia, buscar leituras que embasassem o meu conhecimento, e me aproximou como pesquisador também. As fontes, aliadas à literatura, me fizeram problematizar a questão e desenvolver pesquisa na área.

[2019] O trabalho no projeto Documentos da Escravidão proporcionou um contato profundo com o tema, levantando questões e hipóteses sobre a escravidão e suas estruturas.

[2012] Qual a importância do acervo do APERS para sua atuação enquanto pesquisador?

O acervo do APERS foi fundamental. Inicialmente como o primeiro contato com documentação histórica, em segundo o contato com documentação sobre escravidão, e terceiro em continuar desenvolvendo trabalhos em cima deste acervo, que é um dos mais bem organizados do Estado e do Brasil.

[2019] Ao longo da dissertação trabalhei com diferentes tipologias, como inventários, testamentos, registros de compras e vendas de escravos, etc., abordando os anos entre 1850 a 1888. O acervo do APERS, bem catalogado, organizado e preservado, tornou o longo trabalho de pesquisa documental muito mais fácil.

[2012] *Qual a sua dica para os pesquisadores que estão começando agora a lidar com fontes primárias?*

Eu acho que é importante ter paciência, porque às vezes não é fácil manusear a documentação, e nem sempre sabemos solicitar os documentos que precisamos. Além disso, é fundamental ter bastante clareza do tema e de como as fontes podem ajudar você nesta pesquisa.

[2012] *Nas suas horas vagas, quando não está pesquisando, quais são os seus hobbies ou suas atividades preferidas de lazer?*

Eu gosto bastante de esportes, gosto bastante de praticar corrida, jogo futebol às vezes com meus amigos, faço cerveja artesanal em casa, viajar e também adoro ficar em casa, curtir um filme, cozinhar um pouco...

[2019]: *Você pode falar sobre sua participação no projeto Documentos da Escravidão?*

A minha participação no projeto Documentos da Escravidão iniciou-se como estagiário no ano de 2007. Foi meu primeiro contato com documentação primária em arquivos. Trabalhei no final da etapa que identificava e

catalogava os registros de compra e venda de escravos. Nesse ano iniciamos a etapa dos documentos do judiciário, que envolvia trabalhar com inventários *post-mortem*, testamentos e processos criminais. No final de 2008 terminei a faculdade e fui convidado pela então diretora do APERS, Rosani Gorete Feron, e pela então presidente da Associação dos Amigos do APERS, Clara Marli Scherer Kurtz, para coordenar o projeto nos próximos anos. Com o auxílio da Lei Rouanet, foram captados recursos para a contratação de estagiários e a catalogação dos documentos referentes à escravidão pertencentes ao poder judiciário. Nessa etapa, junto com funcionários do APERS, selecionei e treinei estagiários para identificar os documentos e sua estrutura, formulei modelos de verbetes e acompanhei o trabalho dos estagiários.

[2019]: Você pode relacionar suas atividades desde 2012 até 2019?

Desde 2012 atuo como professor no Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas e privadas. Procuo desenvolver com os estudantes uma percepção analítica e crítica da história, percebendo-a como uma construção e interpretação do passado. Nesse sentido, o trabalho com documentação primária durante a minha formação acadêmica foi fundamental para a minha experiência docente. Fundamento as aulas e atividades em como os conhecimentos históricos foram construídos e como são debatidos e reconstruídos ainda hoje. É importante que os estudantes encerrem o ciclo da Educação Básica com uma noção crítica do conhecimento histórico, para que tenham consciência e evitem os perigos de uma história única, eurocêntrica e elitista.

Caroline Acco Baseggio é graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2009] e tem curso de especialização em História do Rio Grande do Sul pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos [2017]. Seu currículo pode ser acessado por meio do link: <<http://lattes.cnpq.br/1580602249966857>>.⁷ Atualmente, atua na Sala de Pesquisa do Arquivo Público do RS. Confira a entrevista com Caroline em alusão ao dia do historiador, realizada integralmente em agosto de 2016 pela equipe do APERS Entrevista:

⁷ Acesso em: 14 jan. 2020.

Caroline, você poderia comentar um pouco sobre como decidiu cursar História?

Até o segundo ano do ensino médio, eu queria ser jornalista esportiva e trabalhar em rádio. Sempre gostei muito de futebol, e lembro que na época estava surgindo a Débora de Oliveira na Bandeirantes aqui do RS (anos mais tarde me dei conta de como a representatividade é importante). A partir do terceiro ano, as questões políticas e sociais começaram a me tocar mais, e então pensei em procurar um curso em que pudesse estudar e aprender mais sobre a realidade, a economia, política... A opção pela História surgiu naturalmente. De forma nada modesta, o que eu queria mesmo era mudar o mundo. Hoje, sei que poderia ter cursado Psicologia, Direito, Ciências Sociais e, todas essas áreas, de alguma forma, me ajudariam nesse objetivo de entender o ser humano e a realidade em que ele vive, que constrói para si mesmo.

No Arquivo Público do RS, você tem colaborado especialmente com a área de acesso, atuando junto aos pesquisadores na Sala de Pesquisa. No seu entendimento, qual pode ser a contribuição de um(a) historiador(a) neste importante espaço de uma instituição arquivística?

Desde que entrei no APERS, há quase dois anos e meio [2014], tenho refletido e tentando entender qual o papel de um historiador no acesso. Na universidade, pelo menos na minha formação na UFRGS, não tocávamos nesse tipo de questão. Então, o que entendo sobre o papel do historiador nesse espaço vem muito da prática. Penso que cabe ao historiador mediar, fazer uma espécie de meio de campo entre o acervo, os instrumentos de pesquisa e os pesquisadores que nos procuram. Exercitar uma escuta mais atenta, tentando pensar, a partir das temáticas e problemas de pesquisa que estes usuários nos trazem, quais documentos podem auxiliar. Ter um

conhecimento mínimo de outros acervos, para poder indicar locais e fontes, estar atualizada sobre a produção acadêmica e debate historiográfico também são importantes.

Você tem atuado no Projeto Os Caminhos da Matriz, que em parceria oportuniza visitas guiadas às instituições de memória que circundam a Praça da Matriz. Como tem sido a experiência de difundir o APERS para um público diverso, que muitas vezes não é da área de arquivos ou da História?

Então, este é o segundo ano [2016] que estou a frente do projeto, ano passado [2015] fazia a parceria com outra colega, a Giglioli [Rodrigues]. Inicialmente eu tinha bastante dificuldade, achava as visitas pouco proveitosas para o público e isso me frustrava. No início deste ano pude participar das reuniões iniciais com as colegas das outras instituições e isso me ajudou a amadurecer, no sentido de entender que o importante para este público que nos visita aos sábados muitas vezes é somente conhecer, saber que existe escondida no centro de Porto Alegre uma instituição centenária que guarda milhões de documentos e que a maioria nem fazia ideia! Diminuí a expectativa de fazer uma visita guiada cheia de informações sobre o Acervo e passei a curtir bem mais o trabalho.

A partir de sua experiência no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, qual perfil você acredita que o historiador que atua na área de arquivos deve ter?

Acredito que principalmente ser alguém aberto ao diálogo e flexível. Que saiba trabalhar em equipe e disposto a aprender.

Enquanto historiadora, pode comentar alguma situação inusitada ou maior desafio vivenciado?

A prática de atendimento ao público é sempre algo complicado. Você lida com anseios, prazos, expectativas. Pessoas que precisam do documento para “ontem”. O maior desafio é lidar com esses aspectos. Há pouco tempo, atendi uma menina que chorou na minha frente, pois precisava de um documento para cidadania italiana e não tínhamos, e ela não aceitava, não entendia. Mas o público, apesar disso, dá muito retorno, é gratificante ver o desenvolvimento das pesquisas, acabei aprendendo a gostar desse contato e a fazer amizades, sentir falta quando algum pesquisador não vem.

Para que conheçamos um pouquinho mais sobre você, nas horas vagas quais são suas atividades preferidas de lazer?

Eu gosto de estar com meus amigos, fazer uma janta, beber um vinho. Conversar sobre a vida, o ser humano, “filosofar” mesmo. Dar uma escapada em Canoas no fim de semana, minha cidade do coração, visitar a mãe, o mano, o Pighino (meu cachorro de dez anos).

Em alusão ao Dia do Historiador, 19 de agosto, deixe uma mensagem à classe!

Eu acho a profissão apaixonante, sem dúvida. Mas precisamos lutar pela profissionalização, pela reserva de mercado, assumir um caráter mais profissional nesse sentido, não termos tanto pudor ao defender nosso espaço. E tudo isso passa pela regulamentação da profissão.

Clarissa de Lourdes Sommer Alves é licenciada [2009], bacharel [2015] e mestra [2019] em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS] e atua desde 2010 como historiadora no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Dedicase a atividades de descrição e difusão do Arquivo e de seu acervo, em especial a ações educativas de educação patrimonial, organização de cursos, eventos e publicações. É membro titular do Sistema de Arquivos do Estado [SIARQ-RS] na condição de historiadora do APERS. Sua entrevista foi realizada em agosto de 2016 e retomada em 2019. Confira seu currículo no link <<http://lattes.cnpq.br/1873661225844562>>.⁸

⁸ Acesso em: 14 jan. 2020.

[2016] Clarissa, você poderia comentar um pouco sobre como decidiu cursar História?

Chega a ser engraçado pensar nisso agora, mas a verdade é que foi um tanto “por acaso”. Conclui o Ensino Médio cedo, dezessete anos recém feitos, e queria tentar o vestibular na universidade pública, até porque, na privada, não teria condições. Sempre me interessei por muitas coisas, em geral gostava de aprender em todas as disciplinas escolares (com predileção pelas Humanas), mas não tinha um “grande sonho” com alguma profissão específica. Neste sentido, pensei que poderia ser feliz estudando História, tendo como horizonte a atuação como professora, pois poderia unir vários interesses: o estudo para compreender e intervir melhor na sociedade em que vivemos, o gosto pela leitura e pesquisa, o contato com pessoas e a contribuição para a formação delas... A decisão final se deu no momento mesmo de preencher o formulário de inscrição no vestibular, tanto que como segunda opção, sem ter alternativas em mente, acabei colocando o curso de Administração! Algo que hoje não me imaginaria fazendo, de forma alguma. Passei naquele primeiro vestibular, e felizmente deu certo: fui me identificando com a área desde o primeiro semestre do curso, e hoje, quase sete anos depois de formada, não me arrependo.

[2016] No Arquivo Público do RS, entre outras atividades, você está à frente do Programa de Educação Patrimonial. No seu entendimento, qual o papel dos historiadores que atuam em arquivos?

Atuo junto ao Programa de Educação Patrimonial desde que cheguei ao APERS, ainda como estagiária, em 2009. Tive a alegria de vê-lo nascer e acompanhar sua consolidação na parceria fundamental com a UFRGS. Mesmo com outras atribuições, envolvendo-me com diferentes ações e projetos ao longo destes anos, posso afirmar que foi especialmente a partir

deste trabalho que me constitui enquanto profissional de arquivos, percebendo as limitações e oportunidades legadas por mim formação acadêmica para atuação neste espaço, enxergando o quanto são densas as conexões possíveis entre pesquisa e ensino quando estamos trabalhando aqui, entendendo afinal quais são as atribuições de um arquivo e quais são as demandas sociais que podem ser estimuladas, refletindo no dia a dia sobre o acesso e a difusão de acervos, e aprendendo a produzir conhecimentos a partir deles de uma forma diferente daquela para a qual somos “treinadas” na pesquisa histórica acadêmica. As oficinas de Educação Patrimonial têm sido um laboratório riquíssimo, e um quase “paraíso” quando se deseja conectar ensino-aprendizagem com pesquisa em fontes históricas. Hoje ainda tenho dúvidas, e porque não dizer algumas “crises”, sempre que me pego pensando sobre o nosso papel dentro das instituições arquivísticas da atualidade – que certamente pouco têm a ver com os arquivos do passado, que eram em sua maioria organizados por historiadores e voltados para uma elite intelectual e política. Tanto que resolvi dedicar-me a esta questão no mestrado, que iniciei este ano. Mas já posso afirmar, com certeza, que uma historiadora ou historiador que atua dentro de um arquivo tem como papel central contribuir com um olhar crítico em perspectiva histórica para todas as atividades em que for demandada(o): contribuir para reflexões que levem à preservação da maior gama possível de documentos que registrem vestígios do passado para o futuro; organizar eventos e publicações de caráter histórico que valorizem a instituição e seu acervo; produzir textos, exposições, oficinas, enfim, uma ampla gama de “produtos” que ajudem a desfazer percepções de senso comum sobre a história e a ampliar a noção de que as instituições de memória são públicas, acessíveis a cada cidadã e cidadão, estimulando a autonomia na busca por informações e direitos.

[2016] Você é membro titular do Comitê Gestor do Sistema de Arquivos do RS como historiadora representante do APERS. Como você percebe a importância da efetivação da gestão documental para a preservação e para o acesso ao patrimônio documental?

Esta é uma questão que, me parece, deve ser central para as historiadoras e historiadores de nosso tempo. Ao longo do século XX assistimos a uma grande e positiva expansão na compreensão do que pode ser fonte para a pesquisa histórica – que deixou de ser realizada apenas sobre os documentos ditos “oficiais” ou relativos a grandes acontecimentos e personagens notórios, passando a ser possível a partir de, enfim... Todo e qualquer registro das sociedades humanas! Claro que isso é positivo quando pensamos a escrita da história das classes populares, das minorias não apenas numéricas mas políticas, como mulheres, negros e negras, indígenas, homossexuais, entre inúmeras outras possibilidades. Entretanto, colocou-se para nós, enquanto categoria profissional, um grande dilema: se tudo pode ser fonte, e não temos “bola de cristal” para antecipar quais serão as preocupações dos pesquisadores do futuro, como ajudar a definir que documentos devem ser preservados? Para complicar ainda mais, esta nova compreensão na historiografia efetivou-se ao passo em que o Estado e diversas organizações sociais ampliaram em muito a produção de documentos, pelo crescimento populacional, ampliação das lutas, demandas e acesso aos mais diversos direitos, etc. Neste cenário, afirmo sem pestanejar: os processos de gestão documental – que vão desde a produção da documentação, em meio físico ou digital, até sua destinação final, passando por classificação, avaliação, descrição, eliminação ou recolhimento a arquivos públicos – são de fundamental importância para que seja possível preservar e acessar qualquer informação hoje, e no futuro. Precisamos nos envolver no esforço conjunto com arquivistas, administradores e outros profissionais de pensar e registrar, de forma

transparente, critérios globais para esta preservação, que resultem em instrumentos qualificados de gestão, representativos das funções do Estado ao longo da história. Se em meio a massas documentais acumuladas já há grande dificuldade de garantir o acesso qualificado a qualquer documentação, imaginem na era (que já está às portas) do documento digital? Essa possibilidade vai se perder se não houver política e ação.

[2016] A partir de sua experiência no Arquivo Público do RS, qual perfil você acredita que o historiador que atua na área de arquivos deve ter?

Além dos elementos que já pontuei nas questões anteriores, penso que deve saber trabalhar em equipe e dialogar com colegas de diferentes áreas, ter aptidão para a pesquisa e para a produção textual voltada a um público mais amplo do que o acadêmico, assim como sensibilidade e criatividade para atuar com este público no cotidiano, que poderá ser de estudantes da Educação Básica, de genealogistas, de pesquisadores das ciências humanas, sociais, jurídicas, etc.

[2016] Para que conheçamos um pouquinho mais sobre você, nas horas vagas quais são suas atividades preferidas de lazer?

Gosto muito de viajar, ouvir música e ler, ainda que (confesso) não tenha tido muito tempo nos últimos anos para me dedicar a estas “tarefas”. Além das muitas horas no APERS, quando estou fora tenho me envolvido sempre com alguma atividade acadêmica ou de militância política, e poucas horas restam para puro lazer... Quando estou despreocupada em casa, às vezes o cansaço vence e o lazer transforma-se em sinônimo de “dormir”. Acho que 2016 é a maior prova de que não sei viver sem mil compromissos: além de “inventar” uma desejada aprovação no mestrado, fiquei sabendo que estou grávida no mês em que fiz a matrícula! Logo, estou tendo que aprender a ter como hobbies as leituras sobre maternidade e parto natural (algo que eu

defendo), os preparativos na casa, o planejamento das coisas para os chás de bebê e para o quartinho, e lá se foi o tempinho que poderia reservar agora para a lista de livros de literatura que há muito me acompanha [risos].

[2016] Em alusão ao Dia do Historiador, 19 de agosto, deixe uma mensagem à classe!

Acreditem em nossa profissão e saboreiem cada uma das surpresas que ela nos traz, lembrando sempre que, se quisermos ser profissionais qualificados, não é possível dissociar o “historiador-pesquisador” do “historiador-professor” – seja na escola, na universidade ou no arquivo. Além disso, tenham em mente que nossa profissão está diretamente ligada às demandas e lutas do tempo presente, e que precisamos nos atualizar, para dialogar com a sociedade e produzir conhecimento que realmente cative e transforme!

[2019] Quais têm sido suas atividades entre 2016 e 2019?

Demorei um tempo para encarar essa questão, talvez por um medo inconsciente do “balanço” interno que ela me obrigaria a fazer! [risos] Quando realizamos a entrevista, em 2016, eu estava grávida do Valentim, então, impossível responder a uma pergunta de atualização sobre o meu fazer no Arquivo sem passar pela evocação dessa experiência: vivi um período bem intenso, bastante cansativo, mas de muita aprendizagem no processo (ainda em curso) de descobrir como conciliar (ou às vezes não conseguir conciliar) o trabalho no APERS, os estudos acadêmicos, a maternidade, a casa e minha individualidade. Durante boa parte desse tempo estive com a carga horária reduzida na instituição, direito alcançado para realização do mestrado mas que, inevitavelmente, mesclou-se com o cuidado e o acompanhamento do meu filho. Isso causou um impacto sobre a quantidade de atividades com as quais pude envolver-me no período, em

um processo que me faz repensar a relação com o trabalho, a família e meu próprio corpo. Aprendi a lidar melhor com a posição de “contribuir”, tentando diminuir o ímpeto centralizador de protagonizar: segui contribuindo com algumas discussões no âmbito da gestão documental por meio da representação enquanto historiadora do APERS no SIARQ-RS; realizando visitas guiadas para grupos com demandas específicas da área da História e da educação patrimonial; fazendo parte da equipe que alimenta as mídias sociais da instituição; acompanhando o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS, garantindo a manutenção da oferta de oficinas, de cursos para professores e de capacitação de oficinairos. Embora o projeto esteja andando a passos lentos, também segui, junto com a equipe que comigo compõe o Núcleo de Ação Educativa, apostando na ideia de construir a “Jogoteca Educativa do APERS”, na qual as professoras e professores possam locar jogos produzidos a partir do acervo da instituição. Movida pelas reflexões desenvolvidas no mestrado pude participar de alguns eventos e atividades debatendo a atuação das historiadoras “do lado de dentro do balcão dos arquivos” de modo conectado às discussões sobre história pública, que nos últimos três anos difundiram-se bastante no Brasil. Por fim, um desafio novo apresentou-se em 2019, com a saída do APERS da colega arquivista Viviane Portella: dar sequência ao projeto de tratamento técnico do acervo da Secretaria do Interior e Justiça (1947-1975), acumulado há décadas em nossas prateleiras. Atualmente, e por um bom tempo ainda, estamos realizando a classificação e avaliação com base no Plano de Classificação e na Tabela de Temporalidade de Documentos aprovadas no estado do Rio Grande do Sul, atividade que tem se demonstrado bastante complexa, exigido novas leituras e a construção de um arcabouço que coloque Arquivística e História em diálogo próximo. Encerrar citando essa atividade parece-me bastante representativo do processo intelectual e pessoal que vivi nos últimos três anos: olhar para

centenas de maços de documentos ininteligíveis gera a ânsia de ver tudo classificado o mais breve possível, de lançar instrumentos de pesquisa e difundir o acervo. Entretanto, tenho aprendido que em determinados momentos é necessário parar, respirar, estudar e formular consensos antes de seguir com aquela atividade que, aos olhos dos outros, poderia parecer o único “trabalho de verdade”. E isso vale para o APERS, mas para outros âmbitos da vida também. Enfim, o último período foi época de aprimorar a capacidade de dialogar e de, ao mesmo tempo, defender posições; de construir conhecimentos coletivamente ao mesmo tempo em que busco encontrar o meu espaço de autoria enquanto historiadora, enquanto mulher, enquanto ser social e político.

Fábio Kühn é professor de História do Brasil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Concluiu sua licenciatura em 1992 e o mestrado em 1996, ambos pela UFRGS.⁹ Defendeu doutorado em 2006 na Universidade Federal Fluminense, e entre 2015 e 2016 realizou estágio pós-doutoral no King's College London. Publicou o livro “Breve História do Rio Grande do Sul”,¹⁰ além de sua tese,¹¹ para a qual pesquisou documentos cartoriais e notariais custodiados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, de que nos falou na seguinte entrevista, publicada em fevereiro de 2019. Seu *curriculum vitae* pode ser acessado na plataforma Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5993297059938439>>.¹²

⁹ KÜHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

¹⁰ KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

¹¹ KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*. Família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

¹² Acesso em: 14 jan. 2020.

Fábio, eu queria começar pedindo para você falar em termos gerais sobre a sua trajetória profissional e as principais pesquisas que você realizou.

Bem, eu sou professor na universidade federal já há vinte anos. Talvez seja importante eu falar um pouquinho da minha trajetória anterior ao ingresso como professor e pesquisador. No início dos anos 90, quando começávamos a fazer o mestrado, a gente entrava ainda sem projeto de pesquisa definido. Depois de realizar algumas disciplinas, eu resolvi colocar em prática então um projeto de pesquisa para estudar... Eu queria, na verdade, fazer uma história das mentalidades do período colonial no Rio Grande do Sul. E tinha muita vontade, era um sonho antigo, de pesquisar na documentação, que já tinha sido consagrada por outros historiadores da época, do Brasil, documentação da Inquisição, inquisitorial, que tinha um pequeno problema: estava em Lisboa. Não existia o projeto Resgate, o projeto que digitalizou e democratizou essas fontes. Acabei focando uma documentação eclesiástica existente em Porto Alegre, no Arquivo da Cúria [Metropolitana de Porto Alegre], que se debruçou sobre as visitas pastorais, as visitas promovidas pelo bispado do Rio de Janeiro no século XVIII, início do século XIX, quando eram enviados representantes do prelado, visitantes, que percorriam as paróquias e freguesias e faziam relatórios sobre a situação material e espiritual dos fregueses. A gente estava em um momento em que procurávamos romper um pouquinho com aquela história mais de viés estruturalista, de fundo econômico e político. Procurávamos trabalhar mais com a história cultural. Cultural e história social. E, portanto, a minha dissertação se debruçou sobre uma documentação ainda inédita que procurou ver como se deu esse processo de normatização dos corações e mentes dos fregueses sul-rio-grandenses que moravam nessa remota fronteira do século XVIII. Essa foi minha dissertação de mestrado, não publicada até hoje, mas que foi minha porta de entrada para o período

colonial. Ao ingressar na universidade, aí pude me preparar para fazer minha tese de doutorado. Eu segui mais ou menos dentro da mesma linha, mas trabalhando com a história social, história da família em particular, e a pesquisa de doutorado resultou no trabalho que depois virou livro, “Gente da Fronteira”, um estudo sobre as estratégias familiares da primeira elite sul-rio-grandense que se formou no século XVIII. Depois do doutorado eu continuei perseverando na história colonial, e desenvolvi uma série de projetos, um projeto de pesquisa sobre o governador José Marcelino de Figueiredo, personagem que havia aparecido muito na minha tese. Publiquei uma série de artigos e trabalhos sobre ele, e mais recentemente, nos últimos anos, acabei entrando num campo que nunca tinha trabalhado, campo da escravidão. Em um projeto que está se encerrando, investiguei a questão do contrabando de escravos no Rio da Prata, principalmente a partir da Colônia do Sacramento. Meus interesses basicamente orbitam em torno de temas de história social, menos da história cultural, hoje, e principalmente dessas sociedades de Antigo Regime que existiram nessas paragens aí no século XVIII e comecinho do século XIX.

Certo. E me diga uma coisa. Quais fontes do Arquivo Público que você pesquisou que foram úteis nestes seus trabalhos de pesquisa?

Bem, o Arquivo Público é um capítulo à parte na minha formação. Talvez seja o arquivo mais formidável da cidade em termos de acervo... Pela quantidade e qualidade, embora, como eu disse, tenha outros arquivos fantásticos, o próprio Arquivo da Cúria [Metropolitana de Porto Alegre] tem uma documentação excepcional, Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul], agora o Arquivo Público, ele... Até pelo perfil das fontes que ele guarda, para minha pesquisa de doutorado ele foi absolutamente fundamental. E eu pesquisei três tipos de fontes que o Arquivo Público abriga. A documentação cartorária (e aqui eu me refiro aos inventários, mas também

aos testamentos, que nem sempre estão apenas aos inventários, existe uma documentação, existe um fundo de testamentos que estão registrados em livros próprios), e a documentação notarial. São dois tipos de fonte. A documentação notarial que basicamente para mim residia no interesse em consultar os primeiros livros de notas, onde estavam registrados os mais diversos tipos de escrituras... Vou falar em partes, nesses dois momentos. A documentação cartorária, em primeiro lugar. Ao contrário de outras pesquisas, como a da minha colega Helen Osório, que também examinou exaustivamente os inventários do Arquivo Público, eu optei por uma outra metodologia. A Helen, trabalhando com história serial, quantitativa, fez uma busca... Por períodos. Ela estipulou um período que seria estudado do século XVIII e estabeleceu faixas de cinco anos, pegando todos os testamentos existentes naqueles anos, não me lembro quais os anos exatamente, mas enfim. Estabeleceu, o que é uma metodologia aplicada para esse tipo de trabalho em história serial, quantitativa. A minha abordagem foi um pouco diferente, talvez até pela minha influência teórica ser outra. Devo confessar que estava muito, na época, influenciado pela micro-história italiana, por uma abordagem qualitativa, e não quantitativa, e assim eu elenquei um conjunto de famílias que eu estudei na minha tese, três famílias principais. Aonde eu emulei claramente o Giovanni Levi no seu capítulo famoso de "A Herança Imaterial"¹³ que ele estuda três famílias importantes da paróquia de Santena, e outras famílias que ajudaram na formação, no povoamento original da região de Viamão, que é o *locus* da minha tese. Feito isso, estabelecidos quais eram os grandes troncos familiares, eu fui, eu fiz uma busca nominativa. Procurei todos os inventários dos chefes de família, filhos, enfim, parentes que pudessem de alguma maneira informar sobre as estratégias desses núcleos familiares.

¹³ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Levantei algumas dezenas, o número exato eu não vou me lembrar agora, de testamentos, mas a partir dessa metodologia. Então em termos estatísticos poderia se questionar até que ponto minha mostra é representativa, já que de um universo talvez de milhares de inventários, eu trabalhei com algumas dezenas. No entanto, essa metodologia de fazer buscas nominais permitiu eu estudar a fundo o caso de algumas famílias emblemáticas e estabelecer ou sugerir ao menos alguns padrões de comportamento a partir de um modelo, também influenciado pelo Levi, um modelo generativo,¹⁴ modelo de sucessão familiar que estava embasado nas práticas desse conjunto de seis, oito famílias que eu me debrucei com detalhes. Nem sempre encontrei os inventários que procurava, no entanto. Esse foi um problema quando a gente faz a busca... Quando a gente faz uma busca, não digo aleatória, mas uma busca a partir de recortes que você estabelece anos x para buscar, você pega inventários de sujeitos que você nunca ouviu falar. Eu tinha os nomes das pessoas que eu queria. Mas não achava os inventários. Por isso, recorri aos testamentos. Embora uma parte dessa documentação esteja no Arquivo da Cúria [Metropolitana de Porto Alegre], a legislação da época determinava que uma parte dos testamentos fosse aberta pela justiça eclesiástica e outra parte pela justiça civil. E é por isso que no Arquivo Público você encontra um conjunto de testamentos e no Arquivo da Cúria, outro conjunto de testamentos. Nunca cotejei para ver se tem uma repetição, mas aparentemente são dois conjuntos diferentes. Para quem se debruça sobre questões patrimoniais o testamento é muitas vezes frustrante, pela pouca precisão em relação aos inventários. Mas como eu procurava outro tipo de informação os testamentos... Pesquisei também algumas dezenas de testamentos que complementaram as informações dos inventários. Mas devo confessar que o que me deu mais gosto e que eu

¹⁴ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

realmente viajei, muitos meses a fio, foi a pesquisa nos livros de notas do século XVIII, que estavam inacessíveis na época. Para minha sorte, como professor aqui da universidade federal, tenho muitos alunos que trabalham como estagiários lá, e me lembro que na época era estagiário o Jovani Scherer. Eu fiz uma solicitação para direção do Arquivo Público para poder acessar esses livros que estavam fora de acesso por motivos de má-conservação. Eu insisti muito, justificando a importância dessas fontes, e a diversidade. Se os inventários e testamentos são documentos mais ou menos padronizados, e que seguem um determinado modelo (a partir da legislação portuguesa, da legislação civil e eclesiástica), nos livros de notas... E eu tinha uma noção do que existia nesses livros de notas por conta de uns catálogos publicados pelo Arquivo Público no início do século XX. Catálogos do notariado de Porto Alegre, publicados ainda na época do Borges de Medeiros, logo depois da inauguração do Arquivo. Não me lembro como é que me deu nas mãos esses catálogos, acho que através do Instituto Histórico. E aí eu me surpreendi com a diversidade de fontes que esses livros traziam. Escrituras de compra e venda, cartas de alforria, contratos dos mais diversos tipos, sociedades, arrendamentos, procurações, enfim, uma plêiade de informações sobre aquela sociedade que estava se formando, que eu pensei, não posso deixar de olhar. E consegui autorização para consultar, ainda que em um lugar resguardado, mediante todo cuidado, porque alguns desses livros estavam literalmente se desmanchando, possivelmente eu fui o primeiro em cem anos a manuseá-los, porque outros colegas que tinham trabalhado com o período não tinham... E na verdade, meu interesse inicial nem era olhar todos tipos de fontes que os livros de notas tinham, mas sim as escrituras de dote. Como eu estava preocupado com estratégias familiares, eu estava muito preocupado em ver a disseminação dessa prática muito comum em sociedades de Antigo Regime, que era a dotação de filhos e filhas que se

casavam, e tinha um caso especial, particular, do Manoel Fernandes Vieira, que eu sabia que tinha escritura de dote. Estava justamente nesses livros inacessíveis. Ao acessar essa documentação um novo mundo se abriu, porque eu percebi a riqueza dessas fontes, transcrevi alguns desses documentos, fotografei outros, com muito cuidado, porque alguns desses livros eu me lembro que literalmente estavam... Um deles tinha um buraco, literalmente, no meio do fólio que fazia com que cada vez que se virasse a página alguma informação se perdesse, então eu procurei fotografar. Os livros de notas me revelaram muitos detalhes sobre essa sociedade oitocentista...¹⁵ Não apenas as informações sobre as famílias que eu queria, mas diversos tipos de transações comerciais, compra e venda de imóveis. É possível, por exemplo, fazer um estudo, que eu saiba não foi feito ainda, sobre o mercado de terras no século XVIII a partir das escrituras de compra e venda de terras. Percebi que em alguns casos os personagens que eu estudei se aproveitaram da conjuntura de guerra para comprar propriedades a preços muito baixos e que, terminada a guerra, venderam as mesmas estâncias por valores muito maiores, ou seja, aquilo que a Helen já falava na dissertação de mestrado dela, a fronteira já estava de certa maneira fechada. A maior parte das terras estava apropriada e a ideia do Rio Grande do Sul como uma terra de ninguém, uma fronteira onde qualquer um podia chegar e se instalar não é bem verdade. Essa documentação notarial permite vários tipos de abordagem. Fiquei meses debruçado naquilo, passei muitas tardes dentro do Arquivo pesquisando e agradeço publicamente.

¹⁵ Os livros notariais do século XVIII encontram-se indisponíveis devido ao seu mau estado de conservação.

A gente tem o seu trabalho, também o levantamento das cartas de alforria,¹⁶ mas de fato a documentação notarial é um universo a ser explorado.

Pouco explorado e eu, me chamava atenção que os historiadores locais não se valessem dessa fonte. Eu me lembro de ter visto referência a documentação notarial justamente no trabalho do Monsenhor Ruben Neis,¹⁷ que foi talvez um dos pioneiros... Mas também assim, uma consulta muito, muito pontual, e creio que mereceria um estudo sistemático. Mais sistemático. Uma documentação que permitiria estudos de história serial, quantitativa, mas não apenas, já que a documentação é muito variada e revela detalhes sobre o funcionamento daquela sociedade que não aparecem em outras fontes.

E me diga mais uma coisa, Fábio. Já vai entender por que que eu estou perguntando isso. Em que ano você pesquisou lá?

Eu pesquisei em 2003 e 2004.

Chegou aos nomes dos inventários através daquelas fichas?

Através daquelas fichas que existiam naquele armário.

Pois é, isso é uma informação que talvez lhe interesse, interesse a quem ler essa entrevista, que hoje em dia isso está computadorizado. Está catalogado. É um sistema que ainda precisa ser aperfeiçoado, mas hoje em dia você chega com um nome, eles vão lá procurar, tem condições de encontrar esses... Inclusive esses, talvez, que você não encontrou antes.

Quem sabe, talvez uma nova busca hoje pudesse encontrar esses inventários, especialmente alguns que me impressionaram muito. Agora eu

¹⁶ Referência aos catálogos.

¹⁷ NEIS, Rubem. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

quero apenas fazer um adendo, que agora falando eu me lembrei. Além dos inventários, testamentos e livros de notas, outra coisa que aí graças ao Jovani [Scherer], ele me chamou a atenção, eu nem sabia que existia, porque isso não existia registrado. Uma documentação bárbara e que ajuda a entender as dificuldades dos pesquisadores desse período mais recuado é a documentação da Câmara. Sim, alguém que conhece um pouco os fundos deve estar pensando “mas a documentação da Câmara de Porto Alegre não está lá no Arquivo [Histórico Municipal] Moysés Vellinho?” Sim. As atas da Câmara, boa parte da documentação está lá. Correspondências. Livros de Posses. No entanto, alguns códices do Registro Geral da Câmara em Viamão estavam por algum motivo no Arquivo Público. Por algum motivo não. Na verdade a resposta eu descobri alguns anos depois. As câmaras coloniais, como muita gente sabe, reuniam aquilo que podemos chamar hoje Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Quando da organização dessas fontes, absurdamente, elas foram desmembradas. E é por isso que o fundo Câmara, documentação da Câmara de Viamão e Porto Alegre, ela é encontrada em parte no Arquivo Moysés Vellinho, outra parte está no Arquivo Público, não sei se essa documentação não foi enviada depois para o Moysés Vellinho, e outra parte no Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul]. Os livros da almotaçaria, os livros dos almotacéis, funcionários da Câmara, estão também no Arquivo Histórico. Então a incompreensão da estrutura administrativa colonial na hora de gerar os fundos pulverizou a documentação da Câmara, talvez de forma involuntária. Não deveria estar no Arquivo Público, mas estava lá.

Bom, Fábio, encaminhando para o fim da entrevista, você pretende voltar para o Arquivo Público?

Com certeza. Um acervo como esse, acho que é inesgotável. Embora meus últimos projetos de pesquisa estivessem se debruçando sobre um espaço

extra-Continente [do Rio Grande de São Pedro], agora por conta do novo projeto de pesquisa que estamos começando em 2019, sobre a produção cartográfica dos engenheiros militares na segunda metade do século XVIII, certamente o Arquivo Público vai entrar na nossa rota de novo, depois de alguns anos pesquisando em arquivos de fora de Porto Alegre. Certamente me verão lá em algum momento, buscando informações para o projeto novo, porque é um acervo, como eu disse, talvez o Arquivo em si, o acervo que ele abriga é dos mais extraordinários que eu conheci comparando com arquivos de outros lugares, a própria ideia de ter um arquivo como esse em moldes modernos já é algo incrível.

Espero que essa entrevista sirva como estímulo para voltar a frequentar nossa sala de pesquisa.

Com certeza. Voltarei.

Gabriel Santos Berute é professor de História no IFRS / Campus Viamão. É licenciado em História pela UFRGS [2003], mesma instituição onde concluiu seu mestrado¹⁸ e doutorado.¹⁹ Entre 2012 e 2015 realizou estágio pós-doutoral na Unisinos. Em suas pesquisas, utilizou fontes do judiciário e do tabelionato custodiadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, onde concedeu sua entrevista, publicada em março de 2019. Seu currículo pode ser acessado por meio do link: <<http://lattes.cnpq.br/0868296825155858>>.²⁰

¹⁸ BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul c. 1790-c. 1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10917>> Acesso em: 13 jan. 2020.

¹⁹ BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/39411>> Acesso em: 13 jan. 2020.

²⁰ Acesso em: 14 jan. 2020.

Gabriel, eu quero lhe pedir para falar um pouco sobre a sua trajetória de pesquisa e o papel das fontes do Arquivo Público nela.

Meu primeiro contato com o Arquivo foi em 2001, como bolsista de iniciação científica da Professora Helen Osório, em um projeto sobre história da América, Prata, Rio Grande do Sul e a questão da mão-de-obra escrava africana e indígena. Aqui, a tarefa era principalmente com o fichamento de inventários *post-mortem* de Rio Pardo. Tinha toda metodologia definida para o projeto, era 0 e 5, se não me engano, que era, eu fichava todos inventários rurais com esse critério, com essa metodologia. Os inventários dos anos 0 e 5. Esse foi o primeiro contato com o Arquivo, isso deve ter durado um ano, mais ou menos, depois o segundo recorte foi uma documentação que a princípio nem era para estar aqui... Livros de registro da Câmara. Tabelionato. Estava aqui mas também interessava para pesquisa, então era uma transcrição. Tinha uma orientação dela de como fazer, o que que interessava, e eu fazia os fichamentos. Que que era mais?

Pois é, a questão seguinte é como chegou a um interesse mais específico pelos comerciantes a partir do estudo do tráfico negroiro.

Ah, durante o mestrado o grosso da pesquisa foi com documentação do Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul], mas aqui tinha uma complementação importante, que era conhecer os agentes que estavam envolvidos no tráfico. Então, identificar os inventários *post-mortem* e testamentos para tentar entender as relações, para tentar entender aqueles agentes que apareciam no tráfico. Numa característica geral do comércio colonial, uma multidão de gente participa do tráfico de escravos, ou qualquer outro ramo do comércio, mas só uma pequena parte deles faz isso de uma forma mais volumosa... Por maior tempo... Com rotas mais ampliadas... A tentativa era identificar esses comerciantes que mais se

destacavam nesse outro conjunto documental. Era a partir do fichário, ainda na época não tinha o fichário digitalizado,²¹ era direto no fichário das gavetas, e aí procurar nome por nome dos que interessavam. Como era uma pesquisa de mestrado, com pouco tempo, também tinha a ver com o tipo de experiência que eu tinha até então de pesquisa. Foi uma pesquisa mais pontual desses comerciantes, eu não cheguei a fazer como poderia ter sido a metodologia de uma quantidade grande de inventários e testamentos. Era bem pontual a partir de uma lista formada por essa outra base. Com o tempo, a documentação do Arquivo Público se tornou cada vez mais importante para o meu estudo desses comerciantes. Do mestrado para o doutorado, na hora de definir o que eu queria fazer, a princípio eu tinha pensado em seguir a pesquisa no tráfico específico. Como é que o africano escravizado chega? É desembarcado no Rio Grande, no porto do Rio Grande, ou chega em Porto Alegre, mas como é que ele para em Santa Maria, como é que ele para em outras regiões da capitania? Mas eu acabei me dando conta que seria um trabalho muito... Como é que eu vou dizer... De formiguinha. Pulverizado. Que eu não ia mais encontrar, até por causa do período, como eu tinha antes uma guia de transportes de escravos. Eu teria que ver uma quantidade grande de inventários para de repente perceber uma regularidade de credores, ou ver na lista de créditos e débitos pessoas... Indícios de comercialização de escravos, processos de cobranças de dívidas, que foi uma documentação que eu cheguei a pesquisar aqui, mas para um outro momento. Lendo trabalhos de colegas que fizeram para outras regiões, nessa transição de mestrado para doutorado veio a ideia de trabalhar com os comerciantes de uma forma mais geral e tendo como base principal os livros de tabelionato. Livros de escritura de compra e venda e crédito, sociedade, e daí foi uma pesquisa mais volumosa, porque eu fichei

²¹ O entrevistado refere-se à catalogação dos processos no sistema AAP, que permite a realização de buscas nominais.

inventários, as escrituras de Rio Grande, o único tabelionato que tinha para o período, que era 1808-1850. Para Porto Alegre a ideia inicial era também seguir o mesmo critério, todas as escrituras do período, mas também em função do tempo eu precisei fazer um novo recorte. Tinha o mesmo tratamento dessa documentação para fazer. E me parece uma fonte bastante rica... Eu fiz uma abordagem para saber os tipos de negócios que estavam sendo feitos... É interessante que as negociações de escravos não aparecem com grande frequência, elas aparecem no conjunto, numa propriedade, numa estância, junta os escravos. Mas somente como comercialização de escravos aparece muito pouco ou quase nenhum. Tem algum momento, que agora me foge a data, passou assim registros específicos de compra e venda de escravos. Essa é uma documentação que eu sigo utilizando de forma mais esporádica no meu banco de dados, mas aí a partir do cruzamento com outras documentações, agora principalmente os registros de habilitação matrimonial, de casamento e de batismo. A documentação aqui do Arquivo, as escrituras, elas dão uma informação bastante importante. Me permite saber como esses comerciantes que eu já tinha identificado, e aparecem nas transações de lojas, de bens urbanos e rurais, de animais, dívidas, como é que eles aparecem como credores, como devedores. Mas as relações entre eles é limitada, pelo que eu consigo perceber. Eventualmente, dois comerciantes que eu conheço do tráfico aparecem comprando coisas juntos ou aparecem vendendo um para o outro, uma coisa nesse sentido. Mas uma informação mais detalhada falta. Falta, por exemplo, nas escrituras de procuração, que é uma documentação que vem sendo utilizada para pesquisa de grupos mercantis, que é bem interessante, que alguns pesquisadores... O Jucá de Sampaio, da Federal do Rio de Janeiro, percebe que as escrituras de procuração eram uma espécie de contratos de curta duração para negócios específicos, por um tempo mais limitado, diferente de uma sociedade que pressupunha uma

associação mais ampla, de maior prazo.²² Mas então, por exemplo, eu via alguém de Porto Alegre nomeando uma série de comerciantes, mas a dúvida de exatamente qual era a relação entre essas pessoas, o cruzamento dessa documentação do Arquivo Público com os casamentos, com os batismos me amplia essa informação. Conseguir perceber que eu nomeio alguém não só por uma questão comercial, mas eu também estou reforçando laços familiares, laços de afetividade com essas pessoas.

Os casamentos e batismos você encontrou na Cúria [Metropolitana de Porto Alegre].

Na Cúria, mas como foi parte do que eu tinha contato no pós-doc na Unisinos, era uma documentação que os bolsistas de iniciação científica participaram do projeto, e a supervisora do projeto, Ana [Silvia Volpi] Scott, anteriormente ou já tinham digitalizado, ou tiveram acesso via Family Search.²³

Uma coisa que chama atenção é que além de cruzar fontes diferentes, você também cruza metodologias diferentes dos seus trabalhos. Quer dizer, você trabalha com a metodologia qualitativa, com análise dos inventários, e ao mesmo tempo quantificou as escrituras. Então eu queria pedir também para você falar sobre as diferentes possibilidades metodológicas do historiador e como é que isso se colocou para você.

²² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Relações mercantis entre a praça carioca e Portugal na primeira metade do século XVIII. In: SOUSA, Fernando de (Org.) *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008, v. 1, p. 233-246.

²³ Family Search é uma organização de pesquisa em história da família empreendida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, e mantém registros de natureza genealógica do mundo inteiro por acesso gratuito por meio do site <https://www.familysearch.org/pt/> Acesso em: 13 jan. 2020.

No início, acabou sendo uma abordagem mais quantitativa mesmo. Eu percebo no meu trabalho de mestrado, por exemplo, o que eu consegui sobre o tráfico de escravos, que era algo que não tinha no Rio Grande do Sul, um ou outro trabalho de uma forma muito pontual utilizou parte da documentação que eu utilizei, então eu consegui fazer um trabalho que, digamos, apresentou a estrutura desse comércio. Mas de uma forma muito quantitativa. Talvez... Claro, eu só posso dizer isso com essa trajetória que você descreveu, talvez eu fizesse de outra forma essa pesquisa se eu voltasse a 2004 para fazer. Mas enfim, eu fiz uma pesquisa bastante quantitativa, e aí com essas pequenas tentativas de uma abordagem mais qualitativa para saber quem eram esses agentes envolvidos no tráfico de escravos, e é o que me dá o gancho para o doutorado, de ampliar a documentação. Que também seguiu uma abordagem bastante quantitativa, acho que ampliou um pouco a abordagem qualitativa. Como sempre, felizmente, acho que era estranho se não fosse, o projeto inicial era uma coisa e o que foi executado precisou ser adequado ao tempo, às circunstâncias. Eu pensava que inicialmente a abordagem qualitativa fosse bem mais ampla, já no doutorado. Que eu terminei não avançando, e isso se tornou possível com a extensão do trabalho para o pós-doc. Daí eu consegui realizar uma abordagem mais qualitativa, sem abandonar a quantitativa, mas é um exercício. Acho que tem muito a ver com a minha formação tão marcada por abordagens quantitativas. Primeiro sinto uma necessidade de avançar uma pesquisa mais qualitativa, também pela confrontação com a bibliografia, com as metodologias que vem sendo utilizadas, e principalmente na área de, dos estudos sobre elites mercantis, sobre o comércio na América Portuguesa, em outras regiões: é uma necessidade que eu acabei percebendo, mas eu também, ao mesmo tempo, eu percebo quão difícil é isso. Como essa abordagem qualitativa exige outra... Talvez dizer, o mais difícil, ou mais fácil, não seja o correto. Talvez o

sentido melhor seja... Exige outro tipo de abordagem, existe uma tensão maior, para mim exige uma quantidade maior de documentação que permita uma reflexão mais aprofundada das relações qualitativas que dá para estabelecer nessa documentação. Eu me lembro de um texto do João Fragoso, se não me engano um artigo “Para que serve a história econômica?”, em algum momento ele registra algo do tipo que “a gente não pode esquecer que atrás dos números existem pessoas”.²⁴ Então isso eu acho que é um guia importante pensar isso, mas ao mesmo tempo, é claro, pela minha trajetória de formação, eu ainda sinto que é necessário avançar mais nessa abordagem qualitativa. Mas, ao mesmo tempo, por perceber que ela permite perceber outras coisas, não só... Avançar no sentido de que aquela quantificação me dá uma informação importante, mas ela não diz tudo. A qualitativa também não, então elas precisam ser complementares. Ao mesmo tempo que eu sinto essa necessidade para o avanço da abordagem qualitativa, parece que muitas vezes eu sinto a necessidade também da segurança, de uma certa forma, que me traz uma abordagem quantitativa. Talvez por essa trajetória eu acabe conseguindo iniciar um processo de reflexão a partir de algo mais estrutural, que ela mesma pode ser abordada a partir de outras metodologias, e com a incorporação de outras fontes documentais também.

Gabriel, falando um pouquinho mais nessa questão das fontes para pesquisa qualitativa, e o que dá para fazer, mais recentemente eu me lembro de uma ocasião em que a gente estava conversando e você me

²⁴ FRAGOSO, João Luís. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 3-28, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2157>. Acesso em: 13 jan. 2020.

falou de outras fontes judiciais de interesse. Queria lhe pedir então para falar um pouco quais são e o que essas fontes podem oferecer?

Aqui do Arquivo Público, durante o doutorado, principalmente, eu fiz várias tentativas de qualificar a análise desses comerciantes que eu via numa abordagem quantitativa. Então os diversos processos, eles aqui aparecem com algumas nomenclaturas diferentes, assignações de dez dias, processos de cobrança de dívidas, são documentações que me interessam para justamente entender aquele dado quantitativo, por exemplo, o Gabriel deve para o Rodrigo, tá, mas deve por quê? Em que circunstâncias surgiu essa dívida? Deu problema por quê? Tem outras documentações, processos de contestações de inventários, normalmente são bastante ricas, porque ajudam a entender as circunstâncias da morte, um grupo familiar, o que representa a morte da sua principal figura, as preocupações com a sucessão, cuidado da família, mas dos bens também, quais foram as estratégias acionadas, e a família do... Tem um dos trabalhos que eu fiz que eu andei pesquisando um grupo familiar que havia um grande comerciante na capitania, estabelecido em Porto Alegre, ele, o filho mais velho fez uma carreira jurídica bastante exitosa, chegou a Conselheiro do Império, Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro e as filhas fizeram, mantiveram conexão da família com o mundo mercantil. As filhas casaram com comerciantes também de destaque, e... Mas é interessante que o inventário dessa família, ele se estende por muitos anos porque tem uma segunda esposa, tem outros filhos, são muitos herdeiros, filhos do primeiro e do segundo casamento, há diferenças grandes entre os filhos, então tem filho que administrou os bens do pai durante um tempo, e aí precisa prestar conta para o inventário da mãe, que se acumula com o inventário do pai, então mostra como as relações familiares acabavam por ser bastante

complexas.²⁵ Que outras documentações eu me lembro daqui? Os processos-crime ficaram algo que sempre ficou assim “preciso olhar com maior atenção” e acabou ficando só na fase exploratória, assim. Não acabei avançando. Fui mais focado nesses processos que poderiam indicar mais claramente cobranças de dívidas, desses diversos formatos que aparecem aqui.

E o que você tem pesquisado mais recentemente? Tem vindo pesquisar no Arquivo Público?

A última vez foi no meio do ano passado, porque eu estava buscando esse inventário que eu citei há pouco, foi uma das coisas que eu localizei no meio do ano, mas já é mais para tentar trabalhar, cruzar com a documentação do Arquivo da Cúria [Metropolitana de Porto Alegre], que é o registro de casamento, que tem sido desde 2012 a minha principal pesquisa. Contribuição no abastecimento do banco de dados supervisionado pela Ana [Silvia Volpi] Scott, da Unicamp, que é a construção do banco de dados com os três registros eclesiásticos: batismo, casamento e óbito. A princípio o objetivo é ter toda a Madre de Deus de Porto Alegre, desde a sua fundação até 1872, os três registros para a população livre e escrava. Uma documentação que o banco de dados está sendo disponibilizado publicamente,²⁶ então tem todo um cuidado na hora do registro desses documentos, ser o mais fiel possível, evitar atribuições para que quem venha consultar possa ter segurança que aquele dado é fidedigno. E então sempre a volta, sempre muito prazerosa, ao Arquivo Público, é tentar ver

²⁵ O trabalho “O Comendador Travassos: família e negócios na comunidade mercantil de Porto Alegre, primeira metade do século XIX.” foi apresentado no II Encontro Internacional Fronteiras e Identidades, ocorrido em Pelotas em 2014.

²⁶ SCOTT, Dario; SCOTT, Ana Silvia Volpi. NACAOB. 2020. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/nacaob>. Acesso em: 13 jan. 2020.

meios de explorar mais essa documentação. E sigo tentando fazer o que eu não consegui fazer no doutorado, que foi abandonado no percurso do doutorado, que é avançar nessa análise mais qualitativa desses comerciantes. De entender suas relações familiares, claro, a partir de uma base que é quantificável, mas também prestando atenção que, tá, um comerciante que aparece com, num período em torno de vinte anos como padrinho de cinquenta crianças em Porto Alegre, isso significa o quê? Será que a relação que ele estabelecia com as famílias desses afilhados era igual entre os cinquenta? Que tipo de laços se estabelecia com essas pessoas? Se a criança foi batizada num ano, em dois ou três anos morreu, o laço com a família se rompe? Se constrói de outra forma? Eu percebi que em alguns casos os batismos se cruzam com os negócios vistos aqui nas escrituras. Parece que há um reforço permanente dos laços mercantis e familiares dentro desse grupo. Que parece bastante interessante, mas também sempre tentando buscar documentação diferente, nova, para seguir com essa pesquisa.

Günter Tlajja Leipnitz é professor na Universidade Federal do Pampa desde 2011. É licenciado [2005], bacharel [2006], mestre [2010]²⁷ e doutor [2016]²⁸ em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu trabalho de doutorado foi premiado no concurso de trabalhos da ANPUH-RS de 2017. Seu currículo está no site <<http://lattes.cnpq.br/4993397958385860>>.²⁹

²⁷ LEIPNITZ, Günter Tlajja. *Entre contratos, direitos e conflitos: arrendamento e relações de propriedade na transformação da campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26327>> Acesso em: 13 jan. 2020.

²⁸ LEIPNITZ, Günter Tlajja. *Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884-c.1920)*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

²⁹ Acesso em: 14 jan. 2020.

Gunter, você pode falar um pouco sobre sua trajetória como pesquisador?

Claro. Minha trajetória de pesquisa começou ainda na graduação, quando eu estava fazendo a graduação em licenciatura em História na UFRGS, por volta de 2004. É uma trajetória que começa com uma pesquisa na área da relação entre literatura e história e, mais tarde, a partir do final da minha graduação, eu começo a pensar mais no trabalho com tipo de fonte primária, aí constante aqui no Arquivo. Acho que foi em 2006 ou 2007, foi quando eu fiz seleção para o mestrado. No mestrado eu estudei a questão dos arrendamentos de terra na região de Uruguaiana. Eu comecei a minha pesquisa pegando um recorte de Porto Alegre, mas no andar da minha pesquisa eu fui restringindo esse recorte. Nessa época, então, pesquisava aqui os documentos do Arquivo que eram mais os livros de tabelionato, que continham registros de transmissão, notas e uma série de outros registros que eram escrituras públicas. Eu estava atrás das escrituras públicas de contrato de arrendamento. Claro, quando eu fui tomando contato com a fonte, a gente está focado num tipo de registro, mas vai conhecendo vários outros também nos livros. E também no mestrado eu já fiz uma pesquisa pontual em cima de inventários, mas não era uma busca seriada, e também de processos do acervo judicial, envolvendo conflitos de terra. Foi um aprendizado bem legal, eu não tive uma iniciação em paleografia durante a graduação, essa leitura da documentação manuscrita, grafia antiga, então marcante foi esse dia-a-dia no arquivo mesmo, de entender tanto a questão da caligrafia, identificar esses recursos de quem escrevia os documentos, as fórmulas textuais, que é uma coisa que só pega com o trabalho no arquivo. As escrituras públicas tinham algumas fórmulas textuais que depois você vai identificando, até no sentido de dar segurança sobre o registro. Daqui a pouco a leitura pode ser muito mais otimizada na medida que você não precisa se preocupar com toda aquela leitura. Eu fiquei trabalhando com

essas fontes durante os dois anos do mestrado. Aí, em 2010, eu fiz o processo de seleção para o doutorado, e no doutorado eu ainda focava na mesma região, período bastante parecido, mas eu estava preocupado também em entender essa relação de uma espécie de transição desse mundo rural pós-Abolição da escravidão, pensando na inserção de trabalhadores, pequenos produtores da região nesse período. Aí o foco de pesquisa empírica mudou desses contratos de arrendamentos, que é a fonte principal do meu mestrado, para os processos-crime. Aí os processos-crime trabalhando de uma forma seriada, no sentido da coleta de informações, para estabelecer perfil de depoentes, especialmente de testemunhas, mas também réus dos processos e eventualmente vítimas quando apareciam. Mas também para identificar nesses processos criminais, de uma maneira mais qualitativa, as relações que eles poderiam estabelecer entre si e as relações com o mundo do trabalho rural e urbano naquele contexto. E também uma preocupação que eu tinha era identificar nesses processos criminais as autoidentificações e características que poderiam denotar uma ideia de relação de dependência, especialmente de agregados. Então foi também um trabalho exaustivo, apesar de ter feito uma amostragem de quatro em quatro anos, pelo tempo que eu tinha. Mas foi bem legal, porque foi um conhecimento de uma fonte superinteressante, o processo criminal, uma fonte superapaixonante daquela realidade toda. E também eu não abandonei os processos judiciais, fiz uma pesquisa dos processos judiciais de despejo e ações possessórias, continuei com essa parte. Enfim, acho que de modo geral foi isso. Tenho essa trajetória aqui dentro do Arquivo, esse trabalho que é, muitas vezes, solitário de analisar as fontes, um trabalho cansativo, a gente tem que ler muita coisa para poder encontrar aquilo que a gente vai encher os olhos, como uma mina de ouro, muitas vezes. Mas enfim, é bem gratificante, é um trabalho que sempre gostei de fazer, esse trabalho aqui no Arquivo.

Me diga uma coisa, na época que você fez a sua primeira entrevista você estava desenvolvendo a sua pesquisa de doutorado. Quais foram as suas principais conclusões na sua pesquisa? Conclusões e resultados...

O doutorado foi também um desenvolvimento da pesquisa, que tem uma trajetória um pouco diferente. Além de o doutorado ter um tempo maior de elaboração, mas eu desenvolvi todo o doutorado ao mesmo tempo em que eu trabalhava lá na Universidade Federal do Pampa. Então, tanto pela questão do tempo disponível para de fato para desenvolver a pesquisa, à distância, já há algum tempo eu não morava em Porto Alegre, tinha dificuldade de vir para cá e pesquisar no Arquivo. Enfim, o meu próprio trabalho na universidade, contato com colegas e outras leituras imprimiu uma marca no doutorado. E a época que eu fiz a entrevista eu trazia algumas, duas ou três turmas que eu lecionava lá na universidade, trouxe para o Arquivo. A gente veio lá de Jaguarão e conheceu aqui o Arquivo Público e também as outras instituições que tem aqui em Porto Alegre. No doutorado eu queria analisar então, essa questão dos pequenos produtores, dependentes, tentando não definir provisoriamente essa categoria, mas identificando aí possíveis trânsitos entre as categorias. Acho que a trajetória da pesquisa me levou tanto a pensar de uma maneira mais elástica, menos estanque essas categorias. Mas foi interessante também para poder identificar algumas coisas que são permanentes deste período. A gente tem um marco da abolição da escravidão, enfim, ela estabelece alguns parâmetros, mas tem algumas continuidades. Então, uma das coisas que eu tinha trabalhado é que a escravidão era um elemento estruturante, um parâmetro social no Brasil, mas também naquele sentido de ser uma estruturante dentro de uma hierarquia de dependência na forma como se organizava, como, especialmente, as elites senhoriais se organizavam, essa hierarquia de relações de dependência que tinha os senhores numa ponta e

na outra ponta os escravizados, mas, nesse intermédio, uma série de relações de dependência também, que elas eram conformadas com a escravidão. E à medida que esse período vai avançando e a escravidão, enquanto instituição, pelo menos, deixa de existir, mas imprime marcas profundas nas relações sociais. A relação de ser ou não ser proprietário, se ela não substitui, ela se torna um parâmetro interessante para a gente entender, assim, não tem mais a relação de senhor-escravo, mas em algumas fontes que eu identifiquei essa questão das pessoas serem pautadas de que se elas não forem proprietárias... No sentido de proprietários da terra, elas tem que ser dependentes em algum sentido de alguém. Então isso se torna um parâmetro interessante também para esse período posterior. Isso nas fontes dos processos criminais, quando identificava, enfim, quando as autoridades estavam fazendo aquele perfil daquelas figuras, especialmente, dos trabalhadores e jornaleiros, de ser algo quase que inconcebível essas pessoas não dependerem de alguém se elas não fossem de fato proprietárias. Então, acho que isso é um elemento interessante, um proprietário talvez até num sentido um pouco mais contemporâneo da palavra porque, naquele período, a gente tinha várias formas de relações com a terra e apossamento da terra. Mas se a gente fosse pensar, mesmo esses setores que mais acumulavam terra, setores senhoriais, a propriedade da terra como a gente entende hoje não estava colocada como algo hegemônico neste sentido. Então o período cada vez mais passa a transformar isso. Até a própria forma como eles se denominavam: não mais como senhores, mas como possuidores de terra, como proprietários. É uma coisa que eu acho que essa trajetória me ajudou a compreender um pouco melhor.

Então, vou fazer duas perguntas que estão inter-relacionadas. A primeira, se você teve a preocupação e, caso teve a preocupação, se você conseguiu

mapear itinerários de pessoas egressas do cativeiro depois da Abolição da escravidão? E de que maneira, a partir disso, você se relaciona com a historiografia do pós-Abolição? Porque você abarca o período posterior da Abolição da escravidão, mas esse seu trabalho não necessariamente é um trabalho do pós-Abolição.

A leitura de vários trabalhos de bibliografia do pós-Abolição, acho que ela foi importante para se inserir um pouco nesse debate, desse mundo, e tanto num sentido de não se estabelecer um marco definitivo desse rompimento das relações sociais com a escravidão, apesar de elas terem alguns outros parâmetros, mas de entender também sujeitos desse mundo anterior: não só de escravizados como sujeitos em condições precárias também, mas que tinham sua liberdade na sua agência histórica naquelas relações sociais; mesmo nas relações que a gente entende como de dependência. Apesar disso, não foi um foco central da tese, até as conclusões apontam isso como um trabalho a ser feito, uma possível continuidade do trabalho: conseguir identificar os sujeitos desses egressos do cativeiro. Nas fontes, nos processos criminais, lá em Uruguaiana pelo menos, desde 1870 que aquele estabelecimento dos perfis que perguntava estado civil, idade, profissão, a questão da cor não aparecia como uma pergunta. Isso acabava dificultando, fazendo um trabalho mais exaustivo nesse sentido. O que eu encontrei foram menções indiretas em alguns processos da questão da cor, por exemplo, um Inquérito Policial identifica fulano como o “preto fulano” ou a figura, alguém como “pardo”, mas eram indícios mais... Como é que eu posso colocar? Eles não eram indícios sistematizados, assim como outras informações nos depoimentos. E também trabalhar com alguns dados dos censos, que são censos desde 1872 até 1920, que eles têm critérios diferentes, e alguns deles representam a questão de classificações por cor ou classificação etnorracial, mas uma aproximação muito superficial com essa caracterização. Mas

apontam ali como, enfim, como uma das possibilidades não necessariamente para eu fazer, mas quem gostaria de seguir nesse sentido, que eu acho que era um caminho bastante promissor; não digo óbvio, mas assim, que pode enriquecer ainda mais as análises.

Bom, num artigo recente você e a Graciela Garcia discutiram toda bibliografia recente na área de história agrária a partir dos trabalhos pioneiros do Paulo Zarth e Helen Osório.³⁰ Então, eu queria perguntar: mais ou menos, como você vê o papel das fontes do Arquivo Público, tanto judiciais, cartorárias, dos tabelionatos, nessa renovação historiográfica da história agrária?

Eu acho que é fundamental essa disponibilidade do acesso às fontes. Essas fontes, que passam por vários desses acervos que os pesquisadores e pesquisadoras têm utilizado ao longo desses, que a gente mapeou, quinze, vinte anos. Elas renovaram esses olhares sobre esse mundo da Campanha. Então, a gente tinha uma visão construída a partir de outras fontes de produção da história, relatos de viajantes, literatura e outras fontes oficiais, que elas são ainda utilizadas, elas podem ser... Os olhares podem ser renovados a partir dessas fontes, mas que esses outros documentos, por exemplo, inventários, os próprios processos judiciais, dentre outras fontes, ajudam a compreender esse mundo de uma maneira muito mais rica, especialmente ampliando aquela visão de que era um mundo só feito de estancieiros e seus peões, então era um mundo do trabalho mais diverso, a presença da escravidão era fundamental no desenvolvimento das atividades. A questão também relacionada ao vínculo com a terra, que durante boa parte do período o acesso à terra é um acesso menos restrito,

³⁰ GARCIA, Graciela B.; LEIPNITZ, Ginter T. A história agrária da campanha rio-grandense: novas descobertas, novas questões. In: NEUMANN, Eduardo S.; BRANDALISE, Carla. *O Rio Grande do Sul Revisitado*: novos capítulos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2019.

especialmente por formas não monetárias. E a própria variedade da produção, que não é só um mundo da criação bovina, apesar de ser hegemônica a produção na maior parte das regiões, mas de produção agrícola, entre a pecuária ser uma produção que contemplava outras formas de criação de animais. Então isso eu acho que ajudou a enriquecer essa visão desse mundo e é uma visão, uma imagem de uma parte do estado que fornece muito subsídio para a criação de uma imagem e cultura ou identidade que busca se imprimir para os gaúchos. Então acho que isso é importante, também, essa renovação de pensar então que esse mundo foi de uma maneira idealizado, e continua sendo idealizado, e que há muitas exclusões ainda nessa identidade oficial do gaúcho. Por exemplo, o elemento negro ainda é muito... Ele tem pouco espaço na cultura oficial, pelo menos nessa coisa oficial da identidade da tradição gaúcha. O elemento indígena também. E como que, na realidade, ou, pelo menos essa realidade que a gente constrói a partir das fontes, ela é diferente disso que é colocado. Então acho que para além do trabalho em si, o acúmulo historiográfico, acho legal a gente pensar como essas pesquisas podem avançar, até para rediscutir essas questões que o nosso Estado aqui... Enfim, está muito presente, tem toda uma hegemonia cultural que se busca imprimir de produção de identidade, não precisa ser só aquilo que é colocado.

A gente vê que essa imagem que você coloca como oficial e tradicional do gaúcho, ela não encontra mais repercussão, fundamentação, legitimidade no meio acadêmico. Mas como a gente pode fazer para que esses questionamentos a essa identidade cheguem a um público mais amplo? Cheguem a uma forma de pensar o Rio Grande do Sul de uma maneira diferente, não apenas para nós da Academia.

Eu acho que, por exemplo, o próprio trabalho que é feito no Arquivo, dessa abertura de cursos e oficinas que são oferecidos, que se recebem turma de escolas, de pensar como é que o conhecimento histórico é produzido, ele não chega pronto na sala de aula. Todo conhecimento histórico é fruto de um processo de pesquisa histórica que envolve um trabalho intelectual bastante grande. Essa aproximação das instituições de memória e também de guarda de acervo com as escolas, acho que é um meio bem interessante de trazer os adolescentes, as crianças que estão na escola para pensar uma forma de conhecer a sua história, conhecer a história de sua cidade, do Estado em que vive também a partir das fontes que, por exemplo, as fontes que a gente tem se alimentado e estudado para produzir essa pesquisa. Acho que isso é um caminho interessante. O Arquivo pode ser protagonista nisso, por isso que era importante também toda a questão do investimento no Arquivo, como é uma instituição importante para a própria educação aqui no Estado. E de outras formas eu acho que é, enfim, a gente pensar cada vez mais como é que o conhecimento que é produzido na Academia pode ser pensado pelas suas diferentes formas a chegar para um público mais amplo. Acho que é uma coisa que eu, até pelo contexto que a gente vive hoje, vejo cada vez mais importante da universidade, como outra instituição também importante de produção de conhecimento, se aproximar da escola. E se aproximar num sentido de uma relação realmente de estar dentro da escola, não de uma maneira impositiva, mas sim de atividade, realização de atividades que atraiam os estudantes e professores da rede básica de ensino. Os projetos que são desenvolvidos na universidade também serem pensados na divulgação e construção deles juntos às escolas. Acho que não tem muitas saídas, não tem uma receita, mas acho que necessariamente tem que passar por aí. Até porque a gente consegue chegar na realidade mais ampla do público que está na escola, se a gente for pensar no público das comunidades e dos bairros, eu acho que a

escola ainda é um meio que a gente, assim, tem uma certa legitimidade para conseguir chegar sem ser uma maneira muito artificial, também... Que daqui a pouco pode se ter essa ânsia de a universidade e a Academia tem que estar na rua. Mas como é que isso se faz? Acho que a mediação com a escola é uma mediação importante.

Outra questão que eu queria colocar é que você quantifica as características dos depoentes nos processos criminais, características dos autos de qualificação deles. E os processos criminais, no entanto, são fontes que, geralmente, são associadas a uma metodologia qualitativa. Então nesse sentido você faz um trabalho interessante, diferente, que outros historiadores fazem, mas não é o mais comum em relação aos processos criminais. Então, queria lhe pedir para falar um pouco o que a metodologia serial e quantitativa tem para oferecer, exatamente nesse momento em que ela vem sofrendo uma série de questionamentos?

Bom, acho que eu pensei essa questão da análise serial a partir de uma... Me baseando em pesquisadores que tinham feito um exercício parecido para outras realidades. Hebe Mattos no Rio de Janeiro,³¹ aqui no Rio Grande do Sul, a Helen Osório,³² o próprio Luís Farinatti³³ fizeram exercícios parecidos. E em segundo lugar, para não compensar, mas, enfim, para tentar pensar um panorama mais amplo, na falta de outras fontes de natureza estatística ou que são mais escassas para o período no Estado. Bom, o primeiro censo nacional é de 1872 e ele tem uma série de

³¹ MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³² OSÓRIO, Helen. *Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império Português*. In: XX Jornada de Historia Económica. CD-ROM. Mar del Plata, 2006.

³³ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora Universidade de Santa Maria, 2010.

características e limites, como qualquer outra dessas fontes, tem alguns mapas estatísticos do Estado e com alguns municípios desde a metade do século, alguns municípios têm algum tipo de documentação mais local nas suas Câmaras. Então, fui tentar estabelecer uma identificação geral dessas figuras, que também tem toda uma questão, no processo criminal, uma sobre-representação desse mundo mais dos “de baixo”, esse contato dessa realidade; do Estado que toma contato com eles a partir da esfera criminal. Mas, sempre pensando assim, como é que uma espécie de estrutura básica para pensar daí aquilo que qualitativamente os processos criminais revelavam o que eu estava buscando a partir deles. Entender, por exemplo, essa questão da relação entre a ocupação socioprofissional e a média de idade dos depoentes, se tinha alguns parâmetros que podiam se estabelecer até para aproximar de outras categorias, a questão do acesso ao casamento formal, como relacionar essas características, de onde vinham essas figuras. Então, de alguma maneira, eu consegui vislumbrar alguns elementos de processos de deslocamento populacional nessa região, que é uma região de fronteira, pensar isso. E perceber esse movimento histórico. E uma outra coisa, depois, que foi tentar comparar essas fontes com uma natureza diferente e que elas tem um objetivo totalmente diferente, mas que no processo criminal não têm uma natureza de produção estatística. Mas, por exemplo, com os censos até a própria categorização dos indivíduos, se é possível ou não a gente relacionar as categorias do censo com categorias do processo criminal que tinham essa função de qualificação, e que de fato têm uma série de limites, mas que eu entendia como algo necessário para constituir essa espécie de um fundo, uma estrutura básica para entender esses movimentos todos.

Para finalizar, eu queria lhe pedir para falar um pouco sobre uma outra fonte que você explora e que é uma fonte pouco estudada pelos

historiadores, que são os processos de despejo. Então, queria pedir para você falar um pouco como você utilizou essas fontes, o que elas podem oferecer e quais são suas potencialidades.

Bom, os processos de despejo são uma fonte que eu já tinha utilizado de certo modo, também, na época da elaboração do mestrado. Mas apesar de, em termos de volume de processos que eu utilizei, tenha sido menor do que no mestrado, o peso que tem, parte ali da constituição da tese, ele talvez seja até maior. Para pensar esse mundo em que a pressão sobre o acesso à terra, especialmente essa forma de acesso mais precarizada, mais mediada por outras relações que não uma relação simplesmente econômica, ele foi se transformando. Mas também para pensar, tentar dentro das possibilidades e limites, pensar, dentro de todos os limites e circunscrições que havia, como é que essas pessoas que estavam sendo despejadas podiam acionar as suas formas de resistência, que elas eram muito pontuais. Elas se davam dentro de um mundo hierarquizado, elas tinham que acionar então os seus vínculos com outras figuras mais poderosas, muitas vezes. Mas que eu entendi como uma forma de... Não enxergar através desses olhos, mas nesses meandros da documentação, da fala das autoridades, enxergar o que um autor, acho que é o José D'Assunção Barros, fala "Uma polifonia de vozes dentro desse tipo de processos".³⁴ Ele fala dos processos-crime, mas acho que dá para pensar também nesses processos de despejo. O despejo, ele é uma situação dentro desse arsenal jurídico que se tinha de estabelecer uma disputa judicial que talvez fosse um momento mais extremo por parte de quem tomava essa decisão de despejar aquela figura que não fosse interessante. Porque ela representa, de fato, o desalojamento de quem é despejado, no caso de a justiça desse ganho de causa, de quem era o réu nesse processo. Então a

³⁴ BARROS, José D'Assunção. *Seis desafios para a historiografia do Novo Milênio*. Petrópolis: Vozes, 2019.

peessoa perdia a sua moradia, perdia esse acesso a uma coisa tão básica como a moradia, mas também tinha que remover seus animais para outro lugar. E, claro, assim como outras dessas fontes, dependendo do caso, ela pode ter mais ou menos informações. Então tinham desde despejos que eram muito sucintos, cerca de quinze dias era resolvido e a gente tem poucos momentos de fala desses sujeitos, até um processo que tinha cerca de trezentas a quatrocentas folhas, um processo bem volumoso que, pela natureza do processo, a documentação que ele anexa ao processo, revela muita coisa sobre esse mundo rural. Essa questão de que as testemunhas e as formas de legitimação das relações sociais, acesso à terra, se davam muito a partir do que as pessoas conheciam ou sabiam das suas relações como vizinhos, como pessoas que se viam cotidianamente. As relações de poder presentes também, de quem que as pessoas acionavam na hora de legitimar um direito. Como que essas trajetórias podiam ir... Na verdade, os próprios termos e categorias que eram atribuídos às figuras e indivíduos, ou essas pessoas se atribuíam também, muitas vezes poderiam fazer parte de uma estratégia dentro desse processo de resistência. Então, nomear alguém como agregado, e essa pessoa reconhecer ou não esse rótulo, podia ser algo decisivo no momento de saber se ela ia continuar ou não tendo acesso àquela terra, se ela terá que se mudar com seus animais. Acho que isso é a riqueza desse processo, eles revelam muita coisa além daqueles rituais formais jurídicos que a gente recebe pronto, posterior... Mas que naquele momento eram peças de um auto que tem toda uma linguagem, uma tradução jurídica, mas que eu acho que essa linguagem jurídica está construída em cima de uma realidade social que, naquele momento, estava colocada.

Jonas Moreira Vargas é professor no departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Graduou-se em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004 e defendeu seu mestrado na mesma instituição em 2007 [dissertação premiada no concurso de teses e dissertações da ANPUH - RS, em 2008].³⁵ Defendeu sua tese de doutorado em 2013, na Universidade Federal do Rio de Janeiro [menção honrosa de concurso de melhor tese de doutorado da Associação Nacional de História no biênio 2013-2014].³⁶ De volta à UFRGS, realizou estágio pós-doutoral entre 2014 e 2015. A entrevista foi realizada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e publicada em setembro de 2019. Confira seu currículo através do site <<http://lattes.cnpq.br/6511913807881617>>.³⁷

³⁵ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: ANPUH, 2010.

³⁶ VARGAS, Jonas Moreira. *Os Barões do charque e suas fortunas*. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

³⁷ Acesso em: 14 jan. 2020.

Jonas, queria pedir para você falar um pouco da sua trajetória profissional e das principais pesquisas que você realizou.

Então, eu considero que o meu primeiro grande trabalho com fontes e com arquivos, início da trajetória profissional, foi quando eu fui estagiário do Memorial do Judiciário aqui no Rio Grande do Sul. Eu lembro que escolhi estudar os juízes de direito no Rio Grande do Sul, os magistrados, fazer uma prosopografia dos juízes de direito que atuaram na província entre 1833 e 1889, ver a prática mesmo da Justiça no cotidiano. E aí eu tive contato com o meu primeiro acervo que foi o Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul], nessa ocasião eu conheci o Paulo Moreira e a gente sabe que o Paulo, se você conversa com ele um pouco, ele dá várias dicas, se empolga e tudo. E aí eu acabei vindo pesquisar aqui no Arquivo Público, que nesse primeiro momento eu não utilizei muito as fontes do Arquivo. Logo depois eu entrei para o mestrado na UFRGS e aí eu já tinha esse meu interesse de estudar as elites. Acho importante estudar elas porque as decisões que elas tomam afetam um grupo muito maior de pessoas, acabam afetando nossas vidas, com projetos muitas vezes contrários aos da maioria da população. E aí no mestrado eu trabalhei basicamente com as famílias da elite política daqui do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, até o fim da Monarquia. E depois, no doutorado, continuei o meu interesse pelos estudos das elites, mas em vez de estudar, digamos, os mais poderosos relacionados a política, eu tentei investigar as famílias mais ricas, aí eu fiz um recorte sobre os charqueadores em Pelotas. Aí foi um trabalho, que aí sim, o Arquivo Público foi a minha segunda casa, porque eu pesquisei muito aqui e foi fundamental para a minha tese. Entre o mestrado e o doutorado, eu fui professor substituto em Santa Maria na Federal, aprendi muito lá. E ainda depois do pós-doutorado na UFRGS, eu comecei a pesquisar um

pouco o caudilhismo, o pós-Revolução Farroupilha e logo depois eu fui para UFPel, que é onde eu estou. Mas, basicamente, eu destacaria isso.

E qual é a importância das fontes do Arquivo Público nas suas pesquisas, principalmente no doutorado, que você mencionou que tem uma base mais forte no Arquivo Público?

Eu gostaria de começar respondendo essa pergunta falando um pouco da minha pesquisa de mestrado, porque eu acho importante. Porque a princípio se você examinar o rol de fontes que tem no Arquivo Público, você acha que não dá para se trabalhar com história política. Mas, como no mestrado eu estava predisposto a fazer uma história social da política, porque muitos da historiografia tradicional trabalhavam só com os anais da Assembleia, com imprensa, com o programa dos partidos, e eu achei que outros tipos de documentação poderiam ser possíveis de ser tratados, a partir do ponto de vista da história social da política. Então utilizei processos-crime, inventários de Deputados, crimes em que os escravizados deles estavam envolvidos, ações que eu encontrei aqui para o alistamento eleitoral, então, eu comecei a perceber a riqueza da documentação daqui. Os inventários e os processos-crime são os que eu mais gosto. E aí já com essa experiência no doutorado, sim, como eu estava focando mais nas famílias mais ricas de charqueadores, eu pesquisei muito aqui os inventários *post-mortem* em Pelotas para fazer uma estrutura de posse dos cativos, os níveis de riqueza, o perfil dos investimentos dessa elite e analisar o patrimônio da população pelotense no período, mais na segunda metade do XIX. Os processos-crime também; crimes envolvendo escravizados nas charqueadas eu pesquisei muito aqui também. E os registros notariais de compra e venda, muita coisa, nossa... Essa documentação foi importante para mostrar que as charqueadas de Pelotas não perderam escravizados para os cafezais do Sudeste, como se defendia. E aí ajudou a traçar então

esse perfil socioeconômico da população pelotense, esses movimentos desses padrões no tempo e tal. Então, foi fundamental, eu tive aqui a minha tese e ela não teria surgido se não fosse a documentação aqui do Arquivo.

Eu queria pedir para falar um pouco sobre as metodologias que você utilizou...

Então, tanto no mestrado, como doutorado, eu fui fortemente influenciado pela micro-história italiana, principalmente pelos textos do Giovanni Levi, sobre estratégias familiares, mercado de terras, mediação política.³⁸ Mas eu destacaria assim, mais o método da prosopografia que, para quem não sabe, é a análise de diversas biografias de um grupo em comum buscando tentar traçar um perfil coletivo deste grupo a partir de um questionário, uma origem social, trajetória, carreira, padrão de recrutamento, casamento, relações familiares. A partir do mestrado eu comparei então a elite do Partido Conservador com o Partido Liberal; se tinha uma ideia na historiografia que o Partido Liberal representava os interesses dos estancieiros da região da campanha, e a partir do método prosopográfico eu mostro que isso não acontecia, o Partido Conservador estava muito presente na campanha e se tem um partido que representava os interesses dos estancieiros foi mais o Conservador. E no doutorado, esse método, eu utilizo também para ver o que diferenciava as famílias mais ricas de charqueadores das menos ricas, no caso. Qual seria, talvez, brincando, o segredo dessa... Por que um grupo de famílias estava no topo dessa hierarquia social e conseguia de uma geração para outra reproduzir essas estruturas patrimoniais e comportamentais? E também um método que eu gosto bastante é a análise de redes sociais, que eu uso muito. Na política é muito importante as relações que os parlamentares tinham com outras

³⁸ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

famílias de outras províncias do interior, como eles manejavam isso para ganhar as eleições, e aí as correspondências são uma fonte muito importante para essa metodologia. Eu acabei explorando ela mais lá no Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul]. Acho que é importante o historiador cruzar vários métodos, dependendo do objeto de pesquisa, das fontes e tal.

Bom, uma questão que eu acho importante é que você utiliza fontes menos visitadas pelos historiadores, como os processos de liquidação, as ordinárias, e com isso você encontra cobrança de salários de trabalhadores livres, rendimento da empresa charqueadora, aquisição de escravos, cartas, dinâmicas e conexões do comércio. Então eu queria pedir para você falar um pouco sobre o potencial inexplorado do Arquivo Público.

É verdade. Foi uma documentação que, no início, eu estava muito receoso de mexer porque eu vi nos catálogos que era muita coisa e ninguém, praticamente, utilizava, e esses processos da vara cível e comércio, nossa, é uma mina de ouro! Muita coisa... Eu lembro quando eu terminei a tese eu pensei “depois eu vou voltar nisso porque tem muita coisa bacana”, é fazendeiro cobrando charqueador por gado que não foi pago, trabalhadores cobrando salários que não foram pagos e coisas do tipo. Os processos de falência ajudam a visualizar como as famílias administravam internamente os negócios das charqueadas. Eu acho impressionante como tem documentos desses fundos e que eu acho que precisam ser melhor explorados; as contas de tutela também, as gavetinhas que tem ali, que passaram muito tempo procurando, tem tipos de processos que eu nem sei para que que servem. Às vezes, eu pedia para dar uma olhada e encontrava informações preciosas e acabava usando. Mas esses documentos que você falou, eu não cheguei a usar eles de forma sistemática, eu lembro que eu ia

abrindo e abrindo, porque no final da tese a gente já está correndo e eu focava só naqueles que tinham charqueadores com o meu interesse, mas tem muita, muita coisa; comerciante inglês cobrando liquidação de firmas comerciais daqui, o Mauá aparece muito na documentação, acho que não tem como alguém escrever sobre o Mauá e não dar uma olhada nesses processos que tem aqui. Ele estava envolvido com firmas exportadoras de couro e charque e importadoras de sal. Foi um cara importante naquele sistema mercantil. Mas eu ainda tenho a esperança de voltar e tentar dar conta disso [risos].

Outra coisa que me chama a atenção no seu trabalho foi que você verifica que alguns dos charqueadores mais ricos de Pelotas têm fortunas que estão par a par com os caras mais ricos do Império. E a impressão que tenho, que ia pedir para falar um pouco sobre isso, é que essa é uma descoberta muito importante que não adquiriu a repercussão necessária, não sei se você concorda comigo em relação a isso.

Então, Rodrigo, eu migrei da história política para a história econômica um pouco porque eu não tinha muita interlocução na política, nos últimos anos está se estudando muito a política no século XIX e como eu fiz o doutorado lá no Rio tem muito dessas discussões da história econômica sendo realizadas. Analisando os inventários aqui do Arquivo, eu pude perceber que tinha um grupo de charqueadores muito ricos e daí comparei com o de outras elites, cafeicultores, senhores de engenho, comerciantes, os de Pelotas tinham grandes fortunas mesmo. Então, o pessoal lá apresentava nos eventos e eles achavam algo bastante interessante, mas aqui no Rio Grande do Sul, como a história econômica está em queda já faz muito tempo, o pessoal não deu muita importância para essa descoberta que, de fato, você tem razão, porque verificar que alguns setores estavam produzindo para o mercado interno com propriedades bem menores que as

do centro do país, as fazendas de café e os engenhos e tal, conseguiram acumular fortunas muito próximas das elites desses grandes centros é algo muito importante, assim, na minha opinião. Porque reverte um pouco daquelas explicações mais clássicas dentro da história econômica, a gente pode pegar Caio Prado Júnior, Celso Furtado, enfim; de que o grosso da riqueza no período era gerado pela agroexportação.³⁹ Então, eu apresentava em alguns eventos no centro do país e o pessoal “poxa, fabricante de carne seca ganhava tanto dinheiro assim?”. Mas também tem que ser colocado que é um grupo de famílias que conseguiu acumular suas fortunas, bastante em detrimento de outras famílias charqueadoras que foram quebrando ao longo do período e também de que esse grupo que conseguiu acumular é um grupo que também atuava no comércio, no comércio marítimo. Então é uma riqueza que ela vem da produção, sim, do charque, mas ela também vem do comércio e também vem do preço do gado. Então, são famílias que eu chamo de empresas familiares, que diversificavam seus negócios e que deixaram uma grande fortuna para os seus herdeiros, enfim... A concentração de riqueza no município também era muito grande. Isso era no Brasil inteiro e acho que meu trabalho ajuda a mostrar a reprodução dessa desigualdade social ao longo do tempo. E essa riqueza também foi acumulada a partir da exploração dos trabalhadores escravizados. No final da década de 1870, Pelotas tinha uma das maiores concentrações de cativos do sul do Brasil. Quando acabou a escravidão, o número de charqueadas despencou de quase quarenta para menos de quinze estabelecimentos.

E quais documentos você está pesquisando agora no Arquivo Público?

³⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [original de 1942]

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [original de 1958].

Então, eu estou me dedicando mais à pesquisa nos processos criminais mesmo.

De Pelotas?

De Pelotas. Um projeto que eu estou quase finalizando e pretendo escrever um texto, é de localizar trabalhadores negros nas charqueadas do imediato pós-Abolição. Alguns certamente já eram trabalhadores nas charqueadas no período da escravidão. Claro que é bem difícil delimitar isso, mas eu achei que não ia encontrar muita coisa, eu analisei uns dez anos depois da abolição e encontrei e estou encontrando bastante coisa, acho que vai dar um artigo legal. E uma coisa que eu faço muito aqui, você sabe que dou aula na UFPel e os alunos gostam muito dessa fonte, e eu estou ajudando eles, orientando TCC e aí eles dizem o tema que eles querem pesquisar, eu venho aqui, procuro, fotografo e levo para eles lá. Inclusive eu estava aqui fotografando, né? Tem uma aluna que está tentando estudar feminicídio em Pelotas no século XIX, ou algo desse tipo, e aí eu encontrei uns processos para ela e estou fotografando. Eu costumo fazer isso, porque não tem como ele vir para cá, gastar com hospedagem, alimentação e tal. Eu gosto de plantar essa sementinha da pesquisa neles, eu vejo que eles curtem e eles não têm como vir, então eu ajudo nesse sentido. Então, eu acabo pesquisando para mim e fotografo algumas coisas para eles também, na medida do possível.

José Carlos da Silva Cardozo é licenciado em História pela Unisinos [2009] e bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS [2013], mestre em História Latino-Americana [Unisinos, 2011]⁴⁰ e doutor em História Latino-Americana [Unisinos, 2015].⁴¹ Foi organizador da “História das Crianças no Brasil Meridional”.⁴² Coursou estágio pós-doutoral na Universidade do Vale do Rio dos Sinos [2016] e atualmente atua como professor adjunto na Universidade Federal de Rio Grande. Sua entrevista, originalmente realizada em novembro de 2012 pela equipe do APERS entrevista, foi atualizada em 2019 com uma pergunta adicional sobre atividades mais recentes. Verifique seu currículo através do site <<http://lattes.cnpq.br/3932309434399232>>.⁴³

⁴⁰ CARDOZO, José Carlos. *Enredos Tutelares: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX*. São Leopoldo: Oikos / Editora da Unisinos, 2013.

⁴¹ CARDOZO, José Carlos. ‘*Como se fosse meu filho*’? As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (Séc. XIX). São Leopoldo: Oikos / Editora da Unisinos, 2018.

⁴² CARDOZO, José Carlos (org.). *História das crianças no Brasil meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

⁴³ Acesso em 14 jan. 2020.

[2012] José Carlos, como se deu sua aproximação com a pesquisa sobre menores envolvidos nos processos de tutela?

Eu fazia iniciação científica na Unisinos em demografia histórica, pesquisando em registros paroquiais de batismo, casamento e óbito de Porto Alegre, de 1772 a 1835, para cadastrá-los num sistema. Comecei a interessar-me pelas crianças, tanto por aquelas que acabaram morrendo quanto as que nasciam... Nuances da relação familiar que aparecem nesses registros e nos documentos que os precedem. Contudo, queria fazer um trabalho voltado para as crianças do início do século 20. Isto porque meu avô, que trabalhava na viação, foi para a Alemanha fazer uma cirurgia e quando voltou não desembarcou em Porto Alegre, desapareceu. Meu pai e minha avó ficaram desamparados. Ela não sabia muito bem o que fazer com os bens, deixou para uma pessoa administrar e em pouco tempo o patrimônio estava dilapidado. Meu pai desde pequeno começou a trabalhar para se manter e ajudar sua mãe... As dificuldades aumentaram e minha avó o enviou para ser criado por alguns parentes em uma fazenda no município de Esteio. O início do século 20 me chama a atenção por isso. Mas como trabalhar com essas crianças com minha experiência em demografia histórica? Conversando com a professora Ana Sílvia Volpi Scott, minha orientadora, ela me indicou algumas leituras, entre elas “Os caminhos da adoção”, da professora Cláudia Fonseca, que é antropóloga na UFRGS e pesquisou os registros de busca e apreensão de menores aqui no APERS, na década de 1980.⁴⁴ Ela produziu artigos e capítulos de livros a partir dessa documentação por mais de dez anos, o fundo do Juizado dos Órfãos é muito rico para pesquisas sobre crianças, famílias, seus conflitos e sobre a própria Justiça. Ela trabalhou com o início do século 20, então

⁴⁴ FONSECA, Cláudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

conversamos e ela apontou que essa documentação não era muito explorada. A partir dessas leituras e conversas com as professoras foi-me aberto o caminho para a pesquisa.

[2012] Você poderia comentar um pouco sobre o trabalho que você vem desenvolvendo atualmente?

Na pesquisa de mestrado investiguei crianças, adolescentes e jovens, suas famílias e os juízes do Juizado de Órfãos de Porto Alegre no início do século 20. Fiz meu recorte de 1900 a 1927, do início do século até a entrada em vigor do Código de Menores. Nesse período as Ordenações Filipinas estavam em vigor e meu recorte foi baseado nisso, trabalhei com 823 processos de tutela. Para o doutorado investigo um pouquinho antes do final do século 19, da Lei do Ventre Livre até a abolição em 1888, mas pesquisando dez anos antes e dez anos depois desses marcos para ter uma margem de contexto. Trabalho, então, com a problemática da Lei do Ventre Livre, a lei em que todas as crianças, filhas de escravas, nascidas a partir de 28 de setembro de 1871, seriam consideradas como ingênuas. Assim, quando chegassem aos oito anos de idade seu senhor poderia optar por continuar com elas até os 21 anos, como forma de indenização, ou entregá-la para o Estado, mas a maioria deles ficou com os menores. E o que me inquieta, que é uma das questões da pesquisa, é o porquê que com essa prerrogativa da Lei, muitos senhores acabavam tutelando a criança. Uma das minhas hipóteses é que a Lei proíbe que mãe e filho sejam separados, contudo se esse senhor tutelar a criança poderia vender a mãe ou mandá-la trabalhar em um lugar mais distante e ficar usufruindo dos serviços da criança. Mas minha pesquisa não centra só na criança ingênuo, circunscreve as crianças porto-alegrenses de forma geral.

[2012] Você pesquisa sobre menores envolvidos nos processos de tutela na Porto Alegre do início do século XX. É possível fazer um comparativo com os processos de tutela do final deste século, início do século XXI?

Não, porque os processos de tutela seriam, nesse período em que estudo, o mesma que a guarda de menores. Hoje se o pai ou responsável não pode ficar com a criança a Justiça viabiliza outro responsável. O tutor é mais para administrar os bens, se a criança não tem quem cuide dela, é internada em orfanato... E o tutor administra os bens, muitas vezes, não tem contato com a criança. A tutela também é empregada quando as crianças e adolescentes estão num abrigo sob responsabilidade da Justiça, recebem um tutor temporário até a definição de um responsável legal... No início do século 20 a guarda e tutela eram praticamente a mesma coisa, em concepções jurídicas.

[2012] Qual a importância do acervo do APERS para sua atuação enquanto pesquisador?

Fundamental. Sem ele e a organização que há na instituição, não haveria estudo sobre o Juízo dos Órfãos. Não há pesquisa sobre o tema. O que a professora Claudia Fonseca desenvolveu foi como uma pedra que foi jogada na água e não reverberou, simplesmente afundou. Não houve mais pesquisa nem na parte histórica nem na antropológica envolvendo esse fundo documental. E tem vários processos que estão sob o “guarda-chuva” do Juizado de Órfãos... A maioria dos investigadores pesquisa em inventários, contudo há exame de sanidade e de pobreza, tutela, busca e apreensão, várias ações envolvendo crianças e famílias... Então o Arquivo Público ter preservado isso é fantástico! Fazia mais de vinte anos que a professora Claudia Fonseca pesquisou aqui... Então como chegar ao Arquivo Público? Lembro-me do pessoal do atendimento... Tiveram paciência comigo, porque a gente chega com uma ansiedade tão grande... Eu não vim

replicar o estudo da professora Cláudia Fonseca, então tentei descobrir o que o acervo do Juizado de Órfãos tinha, além dos processos que já haviam sido trabalhados... Os atendentes abriram as possibilidades e acabei pesquisando os processos de tutela. No início de minha formação fazia pesquisas quantitativas, mas ao longo do tempo comecei a trabalhar com áreas diferentes e colocá-las para dialogar (pesquisa quanti/qualitativa). A demografia trabalha muito com história quantitativa, com seriação. Eu transcrevia alguns trechos, mas com o tempo fui percebendo que as informações processuais se repetiam e pude construir um banco de dados fantástico. Essas metodologias e as fontes dão um respaldo maior para a pesquisa, para sua legitimação. E aqui o pessoal foi sempre solícito, tornando a pesquisa prazerosa.

[2012] Qual a sua dica para os pesquisadores que estão começando agora a lidar com fontes primárias?

O fundamental é ler. Fazer levantamento bibliográfico, muitas vezes seguimos a orientação ou o projeto do orientador, sendo que isso acaba sendo bom por um lado, por aprofundar o tema, mas por outro inviabiliza outras pesquisas. Por exemplo, o Juizado de Órfãos... Se a orientadora não me tivesse oportunizado fazer algo diferente da pesquisa dela, eu nem passaria perto do Arquivo Público, porque ela trabalha com a documentação da Cúria Metropolitana. Ela abriu essa possibilidade e indicou as leituras... Fazer o levantamento bibliográfico, o mapeamento... Bom, eu queria estudar crianças, mas dentro do tema “crianças”, o que pesquisar? Tem alguma coisa que ainda não foi pensada? No meu caso, acabei dando sorte de pegar uma documentação bem organizada, que respalda meu estudo até hoje.

[2012] Você participou de quatro edições da Mostra de Pesquisa do APERS, a qual valoriza o uso das fontes primárias. Enquanto pesquisador, como avalia a importância de publicação de resultados das pesquisas, em eventos como a Mostra?

Talvez a publicação seja apenas uma consequência. O mais interessante quando se participa de um evento é a discussão, o debate que isso vai gerar. Porque quando você apresenta seu trabalho, compartilha com pessoas que estão ouvindo você e vão dar suas impressões sobre o que você está desenvolvendo, vão ajudar a amarrar algumas pontas, a fundamentar melhor a pesquisa e quanto mais redondo, coerente e conciso for o estudo, melhor. Reuniões como a da Mostra são muito boas, gosto muito de participar. A experiência, seja nos próprios comentários, debates ou nos cafés... Os intervalos são fundamentais, muitas vezes pelo tempo, a pessoa não quer se expor muito, mas no intervalo acabamos discutindo, trocando informações de fontes, livros... Acaba sendo muito bom!

[2012] Nas suas horas vagas, quando não está pesquisando, quais são suas atividades preferidas de lazer?

Já faz tempo! Nas horas de folga fico com a família. Uma coisa que não dá para esquecer é o valor dela, por mais que a gente fique recluso – pesquisador tem que fazer isso, seja para o levantamento das informações ou para ler e escrever – são essas pessoas que nos dão o suporte, entendem nossas ausências... Mesmo estando no quarto ao lado, nós estamos praticamente encarcerados, eu sempre tento aproveitar a companhia, sair com eles...

[2019] Quais têm sido suas atividades desde a ocasião em que você deu sua entrevista?

Muitas... Inúmeras, e todas elas foram/são importantes. Escolhi deixar a entrevista anterior como fora realizada por ela evidenciar uma fase, e acredito que a mesma revela a pessoa que fui naquele momento da minha vida. Se hoje atuo como um professor e pesquisador, foi por ter passado por aquele momento formativo, e isso é um legado importante a ser deixado para os futuros profissionais: não desanime, acredite! Faça tudo que vier às mãos. Muitas são as incertezas, as dúvidas quanto às escolhas que temos que fazer, mas são elas que nos moldam a ser que o somos hoje. Pierre Bourdieu já avisou para não cairmos nas ilusões biográficas, em que tudo parece direcionado para ser o que é. Lecionei em escolas da rede básica de ensino, realizei estágio pós-doutoral, fui professor colaborador... Substituto... Nada estava certo quanto a atingir o objetivo de atuar como professor efetivo numa faculdade... Havia um sonho. O importante é não desistir de buscá-lo e aproveitar as oportunidades para desenvolver uma habilidade ou competência... Essas ações, num futuro próximo, fazem toda a diferença. Hoje atuo na Universidade Federal do Rio Grande como professor adjunto, leciono na graduação e na pós-graduação e pesquiso temáticas vinculadas à História e às relações internacionais, principalmente questões relacionados a criança, família e direito; continuo como editor da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais e estou finalizando o livro "Histórias da pobreza no Brasil", obra em coautoria que será publicada pela Editora da FURG.⁴⁵

⁴⁵ RÜCKERT, Fabiano Quadros; SILVA, Jonathan Fachini da; CARDOZO, José Carlos; CESAR, Tiago da Silva. *Histórias da Pobreza no Brasil*. Rio Grande: FURG, 2019.

Jovani Scherer é licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2005] e mestre em História pela Unisinos [2008].⁴⁶ Trabalha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino e no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Foi idealizador e coordenador do projeto “Documentos da Escravidão” entre 2004 e 2006.⁴⁷ Em <<http://lattes.cnpq.br/1361173501494168>> você poderá acessar seu *curriculum vitae*.⁴⁸

⁴⁶ SCHERER, Jovani. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/Unisinos/1857>> Acesso em: 13 jan. 2020.

⁴⁷ ROCHA, Márcia Medeiros e SCHERER, Jovani (coord.). *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade – acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : CORAG, 2006 (2 volumes). ROCHA, Márcia Medeiros e SCHERER, Jovani (coord.). *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2010 (2 volumes).

⁴⁸ Acesso em: 14 jan. 2020.

Jovani, eu queria pedir para você falar um pouco sobre a sua trajetória profissional e o lugar do Arquivo Público nessa trajetória.

Bom, vim para o Arquivo Público quando eu estava no meio da faculdade. Então, o Arquivo Público de certa maneira foi uma formação complementar. E modificou bastante a minha compreensão da pesquisa histórica. Porque eu, como estudante, não conhecia o Arquivo e, às vezes, eu ouvia falar do Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul]. Quando entrei aqui, eu estava cursando as cadeiras de pesquisa, não sei se era a pesquisa um ou dois, mas era nesse momento de começar a participar da pesquisa. Então, fez uma grande diferença para mim, porque, na verdade, eu saí daqui quando eu me graduei. Aí entrei em contato com uma série de historiadores que eram professores da UFRGS, mas que eu não estava tendo aula porque alguns estavam, por exemplo, fazendo doutorado, pós-doutorado, outros de outros lugares como o Paulo Moreira, o [Luís Augusto Ebling] Farinatti, até professores da UFRGS que a gente tem um contato diferente, como professores como a Helen Osório. Então, comecei a ter contato com esses professores e com a pesquisa. E o interessante, como estudante de História, você lê assuntos que são tratados, por exemplo, principalmente, sobre a historiografia da escravidão, quando eu estava fazendo Brasil I ou Brasil II, não me lembro agora, e eu chegava aqui, folheava os documentos e via que tinha documentos que facilmente contradiziam a historiografia que eu estava estudando. Não era uma historiografia antiga, era uma historiografia atual. Então fez uma diferença grande, eu percebi que tinha um campo grande a ser estudado, fez uma grande diferença na minha formação. Então fiz História, me formei na UFRGS em licenciatura e apesar da UFRGS, ela tem uma... Na época era um curso diferente do que é hoje, licenciatura e bacharelado eram bem próximos, uma diferença muito tênue. Apesar de eu ter uma vontade muito grande de ser professor, que eu exerço hoje como

profissão, eu tive uma marca muito forte de pesquisador, que tem um viés da UFRGS mesmo na licenciatura, mas quando eu entrei ela me mudou profundamente. E daí, depois disso, eu fiz o mestrado na Unisinos, fiz o projeto do que agora se chama “Documentos da Escravidão”, na época se chamava “Escravos no Rio Grande do Sul” que era um nome provisório, acho que “Documentos da Escravidão” é muito melhor. E daí, depois da Unisinos, comecei a lecionar, então sou professor da educação básica, apesar de ter dado alguns cursos na Unisinos na pós-graduação, uma ou outra coisa, mas, hoje, eu sou professor na educação básica. Eu diria assim, em termos gerais, o Arquivo foi fundamental para mim. Até hoje tenho saudades e quando eu tenho tempo eu dou uma passada aqui no Arquivo, continuo me sentindo... Acho que eu sou. Às vezes ficam me perguntando, quando encontro colegas mais historiadores, eu não me sinto um historiador, mas eu acho que faz parte de mim a ideia de ser historiador e eu tenho uma inclinação grande à pesquisa e tal. Volta e meia tem um assunto que eu estou procurando... Mas, atualmente, me considero só um professor de História, bem professor mesmo, mas que tem um flerte forte para a ideia da pesquisa e eu levo isso para a minha sala de aula, atualmente.

De que maneira, como é que a sua experiência de pesquisador repercute no seu papel como educador?

Acho que, inicialmente, na produção do conhecimento. Acho inicialmente isso. Acho que é fundamental você levar para a sala de aula os instrumentos do historiador e a ideia de que a história que você está estudando não é completamente pronta e que há dúvidas a respeito da história. Acho que é muito interessante você levar um documento para um aluno e pedir para ele analisar. E não dar uma análise pronta. Então, logo que eu saí daqui, inclusive quando eu estava aqui, fiz várias experiências com cartas de

alforria, obviamente, que era nossa parte inicial do projeto, mas inclusive com outras fontes. Eu continuo com essa visão assim, que eu acho que reflete essa minha visão de historiador na minha postura como professor, como educador, de trabalhar várias fontes com os alunos, aprender a ler a realidade de várias formas diferentes. Quando a gente vai para a sala de aula, a gente amplia ainda mais, porque uma pesquisa tem que ser reduzida, você pode analisar. Estudar tal época com tais e tais fontes, durante esse tempo, porque você tem um tempo para concluir a sua pesquisa. Agora, na sala de aula, você amplia, seus assuntos são mais generalizados. Mas a experiência da pesquisa permite que você faça alguns mergulhos, assim, “agora a gente vai olhar...”, por exemplo, assim, a gente vai fazer uma biografia, que reflete bem esses últimos pontos da micro-história, de certa maneira, pegar percursos, a gente faz biografias na sala de aula. E isso você vê que os alunos se identificam muito, porque daí você não está falando... Que eu acho que é uma coisa forte da minha formação na UFRGS e como historiador, você falar dos indivíduos com um nome, com escolhas, com dificuldades, vendo que ele tem que se posicionar à frente de uma determinada situação e ele não é um herói. Ele vai decidir, tem que sobreviver, vai decidir naquele momento o que fazer. E, muitas vezes, a gente não sabe o que aconteceu com ele depois, então, eles [os alunos] perguntam: “O que aconteceu, sor? E depois, o que você sabe?”, “Eu não sei, a gente não sabe, podemos supor, a gente pode dialogar aqui um pouco o que pode ter acontecido e talvez ninguém saiba...”, isso é interessante. Na produção do conhecimento do aluno, ele se dá conta, então, que naquele momento ele também está produzindo esse protagonismo, “Ah, eu também posso!”, “A pessoa que produz o conhecimento não é um cara que fica enjaulado lá, está aqui do meu lado e de repente pode ser até eu”.

Por falar, então, na produção do conhecimento, para quem não conhece. Você podia falar um pouco sobre em que consistiu e qual foi a dimensão do projeto “Documentos da Escravidão”?

Eu estava tentando, desde que você me ligou, tentando me lembrar exatamente. Tem algumas coisas que eu não me lembro, mas eu vou tentar reproduzir fielmente tudo aquilo conforme me lembro. Não faz tanto tempo, mas não é tão recente assim, já se foram aí uns belos quinze anos mais ou menos, um pouco mais um pouco menos que o projeto começou. Primeiro que eu acho que tem a ver muito com a minha dinâmica como atendente da sala de pesquisa. Eu entrei como estagiário e fiz uma série de funções dentro do Arquivo, eu trabalhei um pouco com a Márcia Rocha, que é historiadora, ela primeiro, mas muito pouco. Depois fui direcionado para atender na sala de pesquisa, e na sala de pesquisa foi muito legal! E nesse atendimento na sala de pesquisa, eu entrei em contato com uma documentação, não sei se existe aqui ainda, mas você deve conhecer. Quanto tempo você está aqui?

Um ano.

Um ano? Se não conhece, deve estar em algum lugar, uns blocos verdes, já ouviu falar? São os blocos verdes que estavam na sala de pesquisa disponíveis para os pesquisadores, o único instrumento que não era um catálogo de mais, assim, com datas. Era um instrumento de pesquisa organizado pelo Moacyr Flores, deve estar em algum lugar, era superinteressante. Tinha um tipo de um resumo dos processos criminais de várias épocas diferentes, catalogado com um impresso, aquela impressão antiga. Sabe aquela folha do computador que tem aqueles furos? Não sei qual é o nome dela, sabe? Um fichário que foi feito, se não me engano, pelo Moacyr Flores. E aquilo me chamou a atenção. Porque a gente estava atendendo, de vez em quando dava um tempo e às vezes não dava, era uma

correria, a pesquisa era mais concorrida do que é hoje, tinha pedidos bem volumosos, principalmente de genealogistas. Mas quando dava um tempo a gente tentava pegar o documento, ler alguma coisa e esses maços que tinham, que é um instrumento feito pelo professor Moacyr Flores, eram bem interessantes, porque daí você podia verificar de forma mais rápida e mais ampla já no resumo. Isso me chamou a atenção. Depois, no atendimento, principalmente ali do Paulo [Moreira], do Fábio Kühn, o Fábio Kühn foi um cara que me marcou muito aqui pesquisando. Eu não tive aula com ele, mas comecei a ler sobre história do Rio Grande do Sul, que eu via os documentos e queria entender. E o que eu estava lendo na cadeira de história do Rio Grande do Sul, fui atrás de algumas coisas do Fábio Kühn, de repente aparecia aqui, as conversas com o Fábio Kühn foram muito legais. Então, eu comecei a pensar que faltava alguma coisa para o Arquivo, senti que era uma coisa assim... Como é que eu posso dizer? Era uma riqueza quase que escondida, eu via os pesquisadores catando “pepitas” e a gente com uma possibilidade tão grande de fazer alguma sistematização, oferecer outros instrumentos e também aproveitar essa galera que está saindo da universidade, que está no meio da universidade e tem que trabalhar, fazer alguma coisa e, às vezes, não tem contato com a instituição que tem essa riqueza que é o Arquivo Público. Então, de repente, comecei a me dar conta do lugar onde eu estava em termos históricos. A gente lia um monte de coisas da documentação judiciária, comecei a perceber então de onde que os historiadores tiravam as informações, as ideias deles e comecei a pensar. Então surgiu esse momento do Daniel Saraiva, que era o nosso colega aqui responsável pela sala de pesquisa, me indicar para a diretora do Arquivo que foi uma pessoa muito importante para o projeto, a Rosani Feron, Rosani Gorete Feron... Foi bem importante. Então quando ela me ofereceu, ela esperava que eu fosse me atirar na ideia de ser responsável pela sala de pesquisa, e eu achei que só seria interessante se tivesse uma abertura para

um projeto, que eu nem sabia exatamente o que que era, alguma coisa nesse sentido, eu pensava nessa coisa do Moacyr Flores e tal. Então eu fiz um projeto chamado “Escravos no Rio Grande do Sul” que sugeria que a gente fizesse então uma seleção de informações para criar instrumentos sobre quase todos os documentos que tinham no Arquivo, todos os acervos. Tinha carta de alforria, mas não era só carta de alforria, a carta de alforria viria depois que eu fiz o projeto, foi ajuntado porque daí a gente descobriu que o Paulo estava fazendo já o de Porto Alegre. Eu sabia que o Paulo estava pesquisando Porto Alegre, mas o Arquivo não tinha ciência de que existia um projeto vinculado a este e eles estavam num estágio avançado. Então a gente fez um projeto, um projeto assim... Como a maioria das coisas que eu faço, meio megalomaniaco, que incluía todos os acervos, pesquisar os acervos todos, criar uma série de instrumentos sobre inventários, processos criminais e as suas variações, sumário crime, execução e outros documentos que eu já achava interessantes e que eu tinha certeza que teria horrores de coisas a respeito não só da escravidão, mas também dos livres e dos libertos. Já tinha começado a pesquisar. Visto que era coisa realmente grandiosa, se a gente organizasse algo assim teria uma grande serventia tanto para os pesquisadores, como do ponto de vista social. Haveria uma possibilidade de ter desdobramentos a respeito disso. Então eu apresentei um projeto para a Rosani e na mesma época surgiu um concurso de Ministério da Cultura da Espanha que financiava projetos Ibero-americanos e a gente conseguiu, a gente venceu lá, recebemos verba que na época era uns 20 mil euros ou 10 mil euros, não me lembro exatamente. Eu sei que o projeto começou com isso. Apresentei um projeto megalomaniaco para a Rosani, a Rosani deu uma adaptada, melhorou bastante, deu uma lapidada no meu projeto que tinha... Esses projetos de universidade, cheios de páginas, cheios de citações, ela deixou de uma forma muito mais técnica, uma arquivista experiente. A Rosani, sensacional ela! E daí a gente ganhou,

ganhamos essa verba aí e isso já deu uma outra... Porque imagina, né!? Pensa bem, né!? Eu era o único estagiário de História, não era nem formado [risos]. Então deu uma dinâmica interessante, deu uma grana para a gente contratar estagiários, uma série de possibilidades para o projeto ir para frente. Então, nesse meio tempo, a Rosani descobriu, não sei se conversando com o Paulo ou com Frei Rovílio [Costa, da Escola Superior de Teologia], eu sei que apareceu o projeto, a gente não sabia que estava acontecendo e que ele já estava em andamento. Daí se criou a ideia de fazer uma parceria. Eu achei ótimo porque eu tinha a minha experiência, que era uma experiência pequena, não estou nem comparando com a do Paulo, a minha é pequena comparada com a do Paulo, mas era uma experiência muito pequena. E de repente a gente tinha a possibilidade trazer para nós, eu não sabia exatamente como, uma experiência do Paulo que era um cara que trabalhava na época ainda no Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul] e recém tinha defendido a tese dele, que recém tinha sido publicada. Então a gente começou o projeto pelas cartas de alforria em razão disso. A editora nos deu altos suportes, nos deu um suporte em vários níveis, levaram computadores, a Tatiane [Tassoni] que era funcionária e estava assim, bá... Nos deu toda a metodologia, primeiro ela vinha e revisava comigo, aprendi um monte com ela naquele momento super importante. Então nos deram um alto suporte, para o Arquivo, para a gente começar o projeto em termos práticos. Logo em seguida, a gente fez essa divisão, eles estavam trabalhando com as cartas de alforria de Porto Alegre que é um monte de alforrias, acho que só Porto Alegre deve ter dez mil alforrias, mais ou menos, e nós começamos pelas alforrias dos principais e mais antigos municípios do restante do interior do Estado, Rio Grande, Pelotas, Cruz Alta, enfim. Depois a gente criou um calendário para seguir essa pesquisa que, de repente, foi a forma... De repente, não! Foi o que eu acabei trabalhando foi no catálogo das alforrias, mas a ideia era que o

projeto se estendesse. Era um projeto para toda vida [risos]. E se estendeu. Mas ele tinha uma dinâmica diferente quando eu estava aqui, eu acho. Eu tinha uma coisa e tenho quando tomo e gosto no trabalho de brigar pelas coisas que eu acredito, eu insisto quando acredito que seja uma coisa justa. Então, quando eu entrei aqui no Arquivo e como não tinha um historiador concursado, não tinha área bem estabelecida, então, quando chegaram esses estagiários, os primeiros dez, a gente fazia todo um estudo. Eu não botava eles para ir para os livros, a gente fazia um estudo, lia livros de historiografia, fazia todo um seminário, até porque quando ele olhasse para um livro, ele conseguia entender o que que ele estava vendo. E mesmo porque o estagiário não está aqui como um trabalhador de remuneração mais barata, não, tem que ter uma contrapartida, ele vem aqui para aprender! E a minha ideia era de mapear essa documentação e fazer uma análise prévia, mais ou menos como saiu o trabalho da EST [Escola Superior de Teologia], que houvesse uma investigação em torno daquela documentação. Não era o meu projeto de doutorado, meu projeto de pesquisa, nada a ver com isso, mas no sentido de que o Arquivo enquanto instituição e, eu através da função que exercia na época, meio que me enfiando nessa função, fazer uma análise prévia, estabelecer algumas perguntas gerais, que a gente começasse a dialogar mais com a Academia e trabalhar com essas questões. A minha ideia era essa. Mas aí, o projeto teve alguns problemas, e isso eu não me lembro porque eu não participei, se eu tivesse participado, porque eu não tinha essa participação na ligação. Não sei exatamente o que houve entre a EST e, não sei se a direção do Arquivo, o pessoal lá, que não conseguimos nos estabelecer no final, antes das cartas de liberdade serem prontadas. Ele [o projeto] acabou nem saindo pela EST, saindo pela CORAG. Não sei se já tinham se estabelecido antes, eu sei que teve algum problema ali no final, que a coisa não funcionou.⁴⁹ O que

⁴⁹ Profissionais do Arquivo na época do projeto afirmam que a EST não teve

também não me deixou muito contente na época, eu não gostei muito. E também acho que por isso eu não... Quando eu saí para o mestrado da Unisinos, daí fazendo o meu trabalho que envolvia as cartas de alforria dentre outras coisas, das experiências de liberdade lá em Rio Grande, eu me ofereci para continuar dando uma certa orientação sem nenhum custo para o Arquivo. Eu acho que poderia ter contribuído principalmente nessa ideia de formar e a gente ter um grupo que trabalhasse em torno dessa documentação, que pensasse essa documentação, porque a gente não quer ser um contador de documentos para publicar. Então aconteceu alguma coisa ali e eu também não consegui voltar mais, entendi que era outro viés que ia seguir e fico feliz que tenha seguido, foram anos publicando coisas. Mas eu acho que poderia ter tido algumas outras maneiras de seguir esse trabalho, eu gostaria que tivesse um tempo maior. Eu via se estabelecendo algumas parcerias inclusive com as universidades, a gente tinha muita gente para ouvir. Não sei exatamente como é que se desenvolveu depois, mas imagino, pela maneira que estava se desenvolvendo naquela época, acho que o caminho seria esse, de ter uma escuta de profissionais mais experimentados, a própria Regina Xavier, entre outras pessoas. Que era, de certa maneira, o caminho que a gente estava tentando consolidar dentro do Arquivo, enquanto uma instituição que também começasse a permitir uma pesquisa, fornecer instrumentos e fomentasse e dialogasse. A gente criou a Mostra de Pesquisa do Arquivo junto com a Márcia, tinha outro evento que era o “Arquivo Público discute” que a gente fazia discussões de temáticas do momento. Porque o Arquivo tem essa possibilidade, guarda os documentos, mas ele também é um espaço. Um espaço incrível!

condições de publicar o catálogo em virtude de seu volume. Buscou-se, então, a CORAG, que era, na ocasião, a gráfica pública disponível. A Secretaria pagou uma parte.

Vocês tinham noção do número de documentos, do volume documental que seria encontrado ou foi uma surpresa?

Assim, o número exato não. Mas eu tinha uma ideia de que seria bastante, que era muita coisa. Não posso dizer que eu não tinha noção. Porque isso que fez eu gerar. Claro que algumas coisas nos surpreenderam. Eu não tenho uma ideia do projeto inteiro agora, porque, enfim, a vida pulsa lá fora, eu também estou enterrado de cabeça nas minhas questões como educador e as coisas que eu desenvolvi aqui no Arquivo continuam, mas eu não sei o volume dos outros acervos de quando eu estava aqui. Mas as cartas, não diria que me surpreendeu o volume final de números de alforriados, mas sabia que era muito grande. Porque pegava os livros e via, livros inteiros de Pelotas e cada alforria com 70... 80... 90, às vezes, pessoas no final da escravidão.

E como você levou essa experiência para o seu mestrado?

Eu diria que, de certa maneira, eu comecei as questões do meu mestrado durante o projeto. Entre levar uma leitura para os seus colegas, eram meus colegas, propor questões e tentar ler aqueles documentos, são todas questões que depois foram parar no meu trabalho, de certa maneira. Assim como o meu projeto do Arquivo era meio megalomaniaco, o meu projeto inicial de mestrado também era altamente megalomaniaco. E o Paulo Moreira, que foi muito legal, eu fui para a Unisinos para ter a experiência de fazer o mestrado com ele. Eu me lembro de apresentar o meu projeto, aquele logo após o projeto, aquelas ideias, era gigantesco, devia ter uns sete capítulos ou oito, era enorme. Era uma discussão tudo, porque tinha um acúmulo de documentos, uma coisa absurda. Nesses dois anos, no que eu ficava gerenciando e vendo de documentos, eu estava “ah, vou resolver a questão da família escrava, a questão dos africanos livres, das redes entre esses caras...”, eu tinha uma clareza daquele monte de documentos, da

Guerra do Paraguai, da Guerra dos Farrapos, tinha coisa para tudo que era lado. Então, isso foi um pouco, assim, legal para o meu mestrado, mas foi um pouco demais, eu tinha que aprender a selecionar, aprender a entender o que as fontes diziam, ver se eu conseguia responder algumas daquelas questões que a historiografia já levantava, tinha lido o que estava sendo discutido em outros lugares, foi um processo um pouco dolorido. O tempo que eu tinha para fazer o meu mestrado era menor do que a minha vontade. Eu tinha vontade de responder várias questões. Aí entra outras questões, questão de escrever, da sua capacidade de escrever, eu entendo que o mestrado, para mim, foi uma experiência interessante nesse sentido, porque ali eu desenvolvi a minha escrita. Eu tinha muita dificuldade de escrita, que vinha desde a graduação que, tem a ver com a minha formação enquanto estudante, tem pessoas que tem uma facilidade maior, outras têm sua própria formação. Eu não, tanto que eu escrevia mal mesmo, comecei a escrever um pouquinho melhor no mestrado, pelo exercício. Então, o projeto foi fundamental. A gente começou por Rio Grande, eu acabei indo pesquisar Rio Grande por isso, porque eu via a importância que a cidade tinha e eu achava que era uma cidade que não tinha tanta atenção historiográfica. Então foi um trabalho que desenvolvi na minha pesquisa de graduação. Eu, “bá, o que vou escolher?”, eu estava aqui, começamos por Rio Grande, comecei a ler sobre Rio Grande e pensei “pô, Rio Grande tem pouquíssima coisa publicada, de um estudo mais aprofundado! Vou começar por Rio Grande”, e adorei pesquisar Rio Grande. Porque Rio Grande tinha uma riqueza absurda em termos de fontes, mas que precisava de uma leitura mais aprofundada, uma discussão com uma historiografia mais contemporânea, no caso ali no meio dos anos 2000, mas eu tinha toda uma literatura de História da década de 1990, que a gente não via em quase nenhum lugar. Não sei se respondi essa questão, me perdi [risos].

Eu queria lhe perguntar por último, assim, concluindo a entrevista, é como é que você conseguiu encontrar essa comunidade africana, que você fala na dissertação, através das cartas de alforria?

Na minha dissertação, aí indo para o meu trabalho propriamente dito, ao mesmo tempo em que eu estava lendo as alforrias, e essas alforrias eu já tinha elas lidas desde a graduação, então quando entrei no mestrado eu já tinha um banco de dados das alforrias prontos. O que eu fiz foi pesquisar outras alforrias. Uma das coisas que eu aprendi no Arquivo como pessoa que ficava auxiliando os outros a pesquisarem, e tive contato com alguns pesquisadores bem interessantes – como eu falei que são daqui do Rio Grande do Sul, mas de outros lugares também –, então, uma das coisas que eu aprendi foi que os documentos não seguem necessariamente uma lógica perfeita da sua origem de produção, eles seguem outras lógicas. Então eu fui, durante o mestrado, procurar outras fontes que tinham alforrias. E durante o mestrado, lembro até de ter conversado contigo uma vez, eu vim aqui fazer uma pesquisa super regrado, eu olhava muitos inventários durante o mestrado. O volume de inventários que eu lia, durante o mestrado, foi um volume realmente grande. Então, o que eu estava procurando no meu mestrado era fazer uma comparação entre a população que se alforriava, que eu já sabia que era um número de africanos muito grande, mas eu nunca saberia qual a proporção deles se eu não soubesse qual era a proporção deles na população escrava, então, o que eu mais queria conseguir realizar no mestrado quando eu estava pesquisando era isso. Era como saber se esse dado não era um dado solto. Eu comecei a ler a historiografia de vários lugares, teses, dissertações, livros. Às vezes essa análise ela vem solta, comparando com outros lugares sem ter a noção a proporção daquela população. Então você fala “*tem 50% de africanos*”, mas quantos africanos existiam na população escrava? Tinha 50 [%] se alforriando? E quantos estavam na população? Eu não posso dizer que os

africanos se alforriavam mais, ou as mulheres se alforriavam mais, se eu não tiver a proporção daquela localidade. Com o dado começo a comparar com outras realidades. Então a minha ideia era essa. Encontro então aquela população africana nas alforrias, na documentação quantitativa, aí começa a me surgir aquela questão, os iorubás, os minas, já sabia que os minas que eram importantes, os nagôs, já tinha lido o trabalho do Paulo, comecei a procurar outras leituras desse tipo. Mas eu queria saber qual a proporção deles na população escrava de Rio Grande. E também não era uma proporção nada pequena, era uma proporção grande. Mas um número de alforrias muito maior. Então, eu fui a campo para... Porque eu entendi que seria, daí, a possibilidade maior é procurar as recorrências dos nomes, procurar as pessoas. Então eu comecei a tentar encontrar nas fontes, e você sabe que isso dá trabalho, aquelas pessoas que a gente pudesse mapear a trajetória para compreender essas ligações. Daí ali que apareceu o Jorge, o Jorge Mina Nagô, o Jorge Cipriano Rodrigues Barcelos, ele aparecia dando a alforria, aparecia em processo criminal, como o proprietário de um africano liberto, ele aparecia em várias situações. Então fui procurando esses indivíduos que pudessem mapear e me dar mais uma clareza daquele tecido social. Como é que essas pessoas conseguiam alforria? Eu ainda tenho algumas dúvidas. Eu teria um problema para um doutorado. Teria algumas ideias que eu deixei prontinhas, era só continuar, eram muito interessantes. E eu ainda tenho vontade, confesso que eu tenho uma certa vontade de continuar atrás desses indivíduos. Procurar essas fontes que são quase uma pesquisa artesanal, eu fiz uma pesquisa grande e quantitativa. Então a comunidade foi se desenhando através das fontes quantitativas. Mas não tem como você encontrar as ligações entre os indivíduos se não for nas fontes que deem uma questão das histórias de vida, essas ligações parentais simbólicas, essas ideias que vão surgindo, não só em processos criminais, mas, às vezes, numa leitura pouco mais cuidadosa de um inventário. A

questão nem é tanto a fonte ser diferente, mas um olhar mais cuidadoso. Você voltar bem naquelas fontes e procurar aqueles indivíduos, procurar de uma maneira assim, uma agulha no palheiro. Onde é que eu vou encontrar? E quando você não encontrar o indivíduo que você buscava, o Jorge [por exemplo], procurar pessoas que tenham uma experiência semelhante que possam criar um panorama possível, uma verossimilhança daquela situação, uma coisa que é possível. Eu penso que a minha busca pela comunidade africana de Rio Grande passou por isso. Teria outras coisas para prosseguir o trabalho, mas ele tem que acabar, o mestrado ele tem que acabar.

A gente interrompe, não termina.

Ele tem que acabar. Esse é um processo dolorido e acho que nós, que defendemos o mestrado em dois anos, passamos. As pessoas que entram no mestrado que têm um tema mais desenvolvido, seja por ser bolsista, seja por consequência da vida como foi a minha, é um tema que não permite erros e a gente erra. A gente erra em outras situações, só que a maneira que os programas são orientados, essa produção acelerada é uma forçação de uma posição para você defender que você acaba tomando caminhos. Acho que até encontrei algumas soluções interessantes, mas teria que ter desdobramentos para ficar um pouco mais tranquilo, para poder defender com um pouco mais de embasamento. Não só o material das fontes, mas também teórico.

Eu acho que essa possibilidade de uma continuidade do seu trabalho quem viria a ganhar seria a historiografia, com certeza.

É. Gostaria muito de continuar, mas eu não imagino. Até voltei algumas vezes aqui. Tenho vontade, tenho dois temas. Eu vim aqui no verão, Não tenho tempo para nada, tenho dois filhos, trabalho em duas escolas e gosto de pensar na ideia que ainda sou um capoeirista, apesar de treinar muito

pouco. Eu vim aqui procurar o Príncipe Custódio, até falei para o Paulo “Paulo, estou atrás do Príncipe Custódio, não é possível que ninguém achou!” e ele falou “Ah, todo mundo já procurou...”, “Eu tinha umas pistas da onde é que ele estaria, queria descobrir onde é que ele andou entre Rio Grande e Porto Alegre, eu vou achar onde é que esse cara está, né!?”. Como é só uma vontade, eu sabia que era por sorte. Eu sei que isso demandaria muito tempo, que é o que me falta agora. Então, eu tenho vontade de fazer um trabalho, mas ele tem que ser um trabalho que me traga muito prazer e que eu acredite que eu possa fazer. Entende? Eu penso assim. E o outro, que eu acredito que um dia, talvez, eu faça, que eu gostaria de escrever sobre a historia da capoeira nas épocas mais antigas ou de algumas outras questões culturais envolvidas com comunidades negras do século XIX. Eu acho que é possível encontrar, mas também é um trabalho artesanal que requereria muito tempo de pesquisa em arquivos, com tempo e muita sorte, mas é possível.

São duas coisas que andam juntas, né? A gente tem sorte quando vai atrás.

É, exatamente.

Luís Augusto Ebling Farinatti é professor na Universidade Federal de Santa Maria. Graduou-se em Direito [1993] e História [1997] na Universidade Federal de Santa Maria, tendo defendido seu mestrado em 1999 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul⁵⁰ e seu doutorado em 2007⁵¹ na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou um livro de contos.⁵² Sua entrevista foi postada em nosso blog em junho de 2019. Veja seu currículo em: <<http://lattes.cnpq.br/1043707938149901>>.⁵³

⁵⁰ FARINATTI, Luís Augusto E. *Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁵¹ FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais*. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

⁵² FARINATTI, Luís Augusto E. *Verão no fim do mundo*. Porto Alegre: Modelo de nuvem, 2018.

⁵³ Acesso em: 14 jan. 2020.

Queria lhe agradecer por estar participando desta entrevista e pedir para você falar um pouco sobre a sua trajetória de pesquisa e o papel das fontes do Arquivo público nessa trajetória.

Bom, eu... O Arquivo Público teve uma função iniciática, eu diria, na minha trajetória, porque quando eu fiz a graduação, na universidade onde eu estudei, ainda não havia uma grande tradição de iniciação científica. Eram alguns grupos, mas não era muito difundido, e eu vim até o Arquivo Público sem conhecer muito, ainda estava na graduação, as fontes e o que tinha em cada arquivo, em Porto Alegre. O primeiro arquivo que eu bati para conhecer, para explorar, foi aqui. Eu lembro que a servidora do Arquivo me disse: “São vinte milhões de documentos, rapaz. O que você quer, afinal de contas, me explica?” E bateu assim... Eu acabei fazendo o meu mestrado com história agrária do centro do Rio Grande do Sul, no século XIX e aí eu utilizei os registros paroquiais de terra, que estão aqui, e os inventários *post-mortem*, que também estão aqui. Também utilizei alguns processos criminais, foram a base da minha pesquisa. Depois, no doutorado, em que eu estudei a história social e econômica do mundo rural das regiões de pecuária no século XIX, região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, as fontes centrais também foram os inventários *post-mortem* e essa coleção, como sendo de processos judiciais, está no Arquivo Público. Então é o lugar aonde eu mais pesquisei, pesquisei em vários outros lugares também, mas é o lugar onde eu mais pesquisei e considero, sim, a oportunidade de ter, para um pesquisador do século XIX e para o XVIII também, para quem pesquisa, reunidos num só lugar, vários municípios. E em uma duração de média a longa, é um privilégio enorme, tanto no ponto de vista da conservação das fontes, de uma política de conservação – porque basta uma, não precisa uma por município – quanto da própria viabilidade da pesquisa. Então eu tenho uma relação que também é quase

afetiva com o Arquivo Público, porque, sem dúvida, é o lugar aonde eu mais pesquisei e ainda hoje, na minha pesquisa atual, é principalmente aqui no Arquivo Público. Então tenho uma relação muito próxima.

Uma coisa que chama atenção nos seus trabalhos é que quando você estuda os lavradores pobres, você traz a questão da escravidão e a presença dos escravos. Quando você estuda a elite, você traz a presença dos escravos e dos peões. Quer dizer, você nunca se desvincula do estudo dos “de baixo”, digamos assim. Como é que você vê as possibilidades de relações de uma história da elite e uma história desses ditos “de baixo”?

Eu acho que tem um pouco também da formação, depois no doutorado que eu tive com o meu orientador, que é o João Fragoso, e dos debates que a gente tinha. Eu nunca consegui enxergar um grupo social segmentado. Ele está inserido em uma sociedade em relação. Eu fiz um doutorado sobre a elite, sobre classes dominantes, elas não existem sem se considerar em relação com o restante da sociedade. Eu ainda sou um historiador que enxerga relações de dominação, de expropriação, ainda que elas não sejam mecânicas nem simples. Então é preciso colocar em relação. A gente coloca o foco sobre uma categoria, recortada por nós, mas ela está em relação com outros, então para mim é inevitável. Aliás, eu vou dizer que eu estudo a elite para entender a desigualdade social, para entender as formas de estratificação do espaço social, esse é o meu grande tema. E isso não dá para estudar um grupo só, então é uma questão de como ver a sociedade e a sociedade em movimento.

Uma grande contribuição do seu trabalho, eu creio, que é a análise dos peões. Querira lhe pedir para falar um pouco sobre isso, como é que você chegou nessas fontes...

Eu tenho umas influências aí, eu gosto de citar as influências porque a gente não inventa nada do zero não, da Helen Osório,⁵⁴ que é professora da UFRGS e do Juan Carlos Garavaglia,⁵⁵ historiador argentino, falecido em janeiro do ano passado... Que foi meu tutor no doutorado sanduíche, na tentativa de ver maior complexidade num mundo social rural do século XIX das regiões de pecuária, no sul da América. Sempre me incomodou a ideia de que os pobres no Rio Grande do Sul do século XIX, mormente nas regiões de pecuárias, eram homens soltos. Garavaglia tinha uma fórmula irônica para isso, ele dizia: “Unos cuantos varones de ambulantes nacidos no se sabe dónde y cómo”. Porque não teria famílias, não haveria nenhuma forma de produção familiar, campesinato, estratégia familiar dos mais pobres, eram quase anômicos e isso me incomodava muito. O Garavaglia conseguiu mostrar para o Prata, a Helen para o século XVIII, e eu acabei partindo em busca da grande pecuária no período da grande pecuária do século XIX na fronteira. Me interessou sempre conectar esses peões a seus vínculos sociais e de tentar compreendê-los dentro de estratégias familiares, de grupos próprios, e não sozinhos como homens que oscilam entre o crime e a guerra.

Tem alguns levantamentos que você faz, que eu acho que são, não digo inéditos nem únicos, mas não são tão usuais assim na historiografia do Rio Grande do Sul. Querida pedir para você falar sobre um pouco sobre eles. Primeiro no seu mestrado você analisa o preço da terra através das escrituras. Pode falar um pouco sobre isso?

⁵⁴ OSÓRIO, Helen. Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império Português. In: XX Jornada de Historia Económica. CD-ROM. Mar del Plata, 2006.

⁵⁵ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

Isso. É, tem também trabalhos fora do Brasil, no Brasil não são tantos trabalhos assim e na Argentina tem um bom grupo que trabalha com isso. Mas acho que é um campo ainda muito por explorar e é aí um exemplo de fonte do Arquivo Público que pode ser mais explorado. Eu, no momento, na pesquisa atual, fiz um êxodo rural historiográfico; estou estudando cidade, ainda de uma maneira genérica, mas uma das possibilidades que eu pretendo trabalhar no futuro, e que sugiro que outros trabalhem, por exemplo, são terrenos urbanos, mercado imobiliário urbano, mercado de terrenos urbanos. Isso me interessa muito e as escrituras públicas são fontes fáceis de pesquisar, no sentido de que são acessíveis e boas de trabalhar, eu acho muito interessante e é uma fonte pouco pesquisada, muito pouco pesquisada.

Outra questão que eu acho importante no seu trabalho, me chama muito a atenção, o uso serial e quantitativo dos processos criminais, que geralmente o uso que se faz é qualitativo, né?

É, eu para estudar os peões, por exemplo, foi bem importante para mim. Porque a gente não tem censo, mapas de população como tem para a capitania de São Paulo, por exemplo, ou censos detalhados como o pessoal do Rio da Prata tem, em que você tem a profissão e a idade. E eu precisava construir uma caracterização social, um perfil social, de alguns grupos como os dos peões, que é muito fugidio. Realmente, se tem menos informações sobre eles do que trabalhadores escravizados, por exemplo, por conta do próprio sistema escravista, já que eles não eram inventariados e considerados propriedade, como infelizmente os trabalhadores escravizados eram. E então os testemunhos, a caracterização, a qualificação das testemunhas e dos réus nos processos criminais me dava essa oportunidade, porque ali apareciam conjugadas informações como nome, idade, origem, a naturalidade, o estado civil e a profissão. Então eu podia

verificar, por exemplo, que os peões eram em maioria jovens e maioria solteiros, muitos deles não eram considerados brancos porque para quem construiu a fonte eram considerados pardos ou índios, ou chamados de pretos na fonte. E também pude observar que era um perfil diverso dos pequenos produtores, que eram chamados de criadores ou lavradores nas fontes e que já eram casados, com mais de trinta anos. Então a minha conclusão um pouco foi que, pelo menos, parte desses peões não eram homens soltos, eles estavam inseridos dentro de um ciclo de vida familiar, porque ou morriam todos aos 30 anos, ou alguns deles se tornavam pequenos produtores. Então a peonagem fazia parte, para uma parte dos peões, de uma diversificação da estratégia produtiva dos pequenos lavradores, mas eu só pude ver isso utilizando de forma serial os processos criminais.

Bom, queria lhe pedir para falar um pouco sobre esse projeto paralelo literário,⁵⁶ sobre como isso incide sobre a sua escrita historiográfica.

Eu, na verdade, apesar de só ter publicado literatura de ficção agora, eu escrevo desde sempre, e antes de ser historiador eu já escrevia literatura. Eu escrevi um livro de contos, e não publiquei por razões diversas, muito por culpa minha. Depois veio o doutorado em História e uma necessidade de uma especialização da leitura, inevitável. Eu fiquei com um interregno literário dos quatro anos do doutorado. E depois voltei a fazer as duas atividades paralelamente, até que agora publiquei o primeiro livro de literatura. Eu confesso que não é muito simples não, assim, porque são duas formas de raciocinar que para mim não são semelhantes. Elas têm semelhanças, mas têm suas especificidades. Eu admiro muito historiadores que conseguem ser muito literários na sua forma de escrita e eu acho que

⁵⁶ Referência ao livro de FARINATTI, Luís Augusto. *Verão no fim do mundo*. Porto Alegre: Modelo de Nuvem, 2018.

fico a dever muito. O que acontece é o contrário, eu tive dificuldade de construir qualquer projeto literário que envolvesse um passado que alguém vivo hoje não pudesse lembrar, oitenta anos para trás. Porque eu sempre tive medo que o historiador amarrasse o escritor, porque é preciso uma certa fluidez das ideias para escrever. E eu às vezes ficava pensando que eu ia escrever uma coisa que se passasse em 1900 e o historiador ia dizer “não, esse conceito não era usual, isso não existia”, mas eu hoje estou com um projeto literário que é escrever uma peça literária, talvez uma novela ou só contos, não sei, nesse período. Então é um desafio para mim, eu estou integrando essas duas áreas, vou ver o que vai acontecer. Está numa fase bem experimental, porque, você bem sabe, como historiador, que esses documentos do passado nos levam a enredos muito interessantes para ser base de possibilidades literárias, então, acho que vou tentar essa aventura.

Mas eu acho, se me permite dizer, que o seu trabalho, os seus títulos, seus subtítulos, seus capítulos, seus subcapítulos têm nomes bem sonoros. Eu percebo uma presença literária que não percebo na maioria dos historiadores...

Talvez. É, os títulos eu gosto, início de capítulos principalmente, o início do livro. Eu tenho um amigo que diz que o livro promete ser muito mais interessante, o livro de história, da tese, “Confins Meridionais”, promete ser mais literário do que é, porque ele inicia de uma forma literária e depois são muitas tabelas e gráficos. Mas talvez pela metodologia que eu usei muito tempo. A metodologia serial, ela é mais descritivo-analítica do que narrativa, ainda que sempre será narrativa, é claro. Mas, sem dúvida, agora que você falou, talvez interfira mais do que eu queira admitir.

Eu acho que sim. Já que você falou desse trabalho mais recente, eu queria pedir para você falar um pouco sobre esse êxodo rural historiográfico,

sobre seus projetos mais recentes, tanto do ponto de vista metodológico, como a questão das fontes. Você está voltando para o Arquivo Público, como é que o Arquivo entra nisso?

Bom, eu me interesso muito por uma combinação de história serial com análise micro-histórica, acho que ela é possível, tento praticar em termos metodológicos. E eu trabalhei vinte anos na sociedade rural da fronteira sul do Brasil. Alain Corbin em uma entrevista, historiador francês, disse que a gente tem que mudar de tema a cada dez anos para se apaixonar de novo.⁵⁷ Eu não sei se é exatamente isso, mas eu sempre tive uma interrogação muito forte sobre o mundo urbano, apesar de estudar o mundo rural. O mundo urbano sempre foi algo sobre o que eu li em literatura, antropologia, li urbanismo, sempre foi algo que esteve presente nas minhas indagações sobre o mundo. Agora eu resolvi então levar os meus instrumentos de historiador para uma análise do mundo urbano. Para me aproximar disso, eu estou com um projeto utilizando uma metodologia que eu conheço. Já que eu estou indo para um tema novo, achei prudente me aproximar da cidade a partir de uma metodologia que eu conheço. Estou trabalhando com uma história socioeconômica de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Porto Alegre tem uma historiografia riquíssima, interessantíssima, sobretudo no que se trabalha com a cidade, com urbanidade e com a ampliação da pobreza, do controle social sobre a pobreza, da criminalização da pobreza, há uma tradição de estudos sobre isso. Muitos bons estudos sobre o pós-Abolição também em Porto Alegre, sobre escravidão urbana em Porto Alegre. Mas eu senti a falta de estudo mais estruturais sobre Porto Alegre: passou a moda dos estudos estruturais e Porto Alegre passou em silêncio. A gente tem sobre Alegrete, tem sobre

⁵⁷ CORBIN, Alain. O prazer do historiador. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 49, jan.-jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000100002. Acesso em: 13 jan. 2020.

Santa Maria, tem sobre Pelotas e não tem sobre Porto Alegre. Ela está conectada a isso que se chamou a primeira globalização ou a Segunda Revolução Industrial... E como uma capital periférica se insere nesse mundo e como os estímulos econômicos e estruturais são socialmente metabolizados por uma configuração social que é sempre específica? Eu formularia assim a minha pergunta. Para me aproximar começo a trabalhar com os inventários *post-mortem*, num trabalho que é metodologicamente nada inovador, mas que eu possa fazer comparações, é um projeto para dois ou três anos, para eu tomar conhecimento da cidade e aí fazer um projeto mais vertical que ainda vou decidir qual é. As minhas interrogações passam por espaço urbano e configuração do espaço social e como esse espaço social pode ser descontínuo, pode ser heterogêneo de cidade para cidade. Apesar de eu usar uma historiografia ligada lá à segunda fase dos *Annales* na metodologia, eu tenho horizontes fortes, por exemplo, de um historiador italiano Maurizio Gribaudi, de enxergar a cidade não apenas como espaço urbano, mas como um espaço social que é organizado de formas muito diversas, cujas combinações dessas formas e suas dinâmicas vão formando o “urbano”.⁵⁸ É nesse sentido que eu quero estudar Porto Alegre, e os inventários *post-mortem* são a primeira coleção que eu investigo. Estão aqui no Arquivo Público. Voltei e estou bem feliz de novo de estar aqui.

⁵⁸ GRIBAUDI, Maurizio. *Paris, ville ouvrière. Une histoire occultée, 1789-1848*. Paris: La Découverte, 2014.

Marcus Vinicius de Freitas Rosa é professor adjunto no departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde bacharelou-se em 2005 e licenciou-se em 2006. Ali mesmo, completou seu mestrado, em 2008.⁵⁹ É doutor em História pela Unicamp, tendo defendido sua tese em 2014. É autor de “Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição”⁶⁰ e, com outrxs historiadorxs, de “Pessoas Comuns, Histórias Incríveis”⁶¹, e é especialista em história social do carnaval e história social do racismo, tendo pesquisado processos criminais custodiados pelo Arquivo Público no fundo judiciário. Sua entrevista foi publicada em abril de 2019. Seu currículo pode ser lido na página <<http://lattes.cnpq.br/7600006965100895>>.⁶²

⁵⁹ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14987>> Acesso em: 13 jan. 2020.

⁶⁰ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição*. Porto Alegre: EST, 2019.

⁶¹ SILVA, Fernanda Oliveira; SÁ, Jardélia Rodrigues de; GOMES, Luciano da Costa; ROSA, Marcus Vinicius de Freitas; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SILVA, Sarah Calvi Amaral; SANTOS, Sherol. *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*. Porto Alegre: EST, 2017.

⁶² Acesso em: 14 jan. 2020.

Marcus, eu queria pedir para você falar brevemente sobre a sua trajetória e o papel da documentação do Arquivo Público nela.

OK. Hoje em dia eu estudo a temática racial, principalmente a história do racismo e a maneira como a cor e a raça orientam as relações, principalmente entre as classes subalternas. Mas não foi sempre esse meu tema de pesquisa. Eu comecei pesquisando a temática do carnaval em Porto Alegre na década de 30 e de 40, e essa temática, como o carnaval nesse período estava associado muito a determinados espaços de Porto Alegre, determinados bairros onde era larga a presença de trabalhadores e de pessoas negras, a temática do carnaval e o estudo desses espaços me conduziu para uma outra temática. Eu queria saber como esses espaços tinham se formado, como esses espaços tinham se consolidado em Porto Alegre, como as pessoas que moravam lá efetivamente tinham ido parar lá. Então o tema do carnaval foi me conduzindo aos poucos para a temática das relações raciais, da raça e do significado da cor. Quando eu propriamente defini que a temática do tema de interesse era principalmente cor e raça, aí que eu fui entrar mais em contato com a documentação do APERS, justamente por conta dos processos criminais, processos judiciais, porque essas fontes trazem um potencial de conflito e criminalização muito fortes, sobretudo das classes subalternas. E como meu interesse era justamente perceber como pessoas oriundas das classes subalternas se relacionavam umas com as outras e como elas construíam significados próprios para cor e para raça, diferente dos entendimentos dos letrados, os intelectuais, ou os integrantes do poder público tinham e lhe atribuíam, eu queria saber como eles se relacionavam. Então à medida que eu fui me interessando por essa temática, eu fui me aproximando das fontes do APERS. Porque na época que eu trabalhava com o carnaval, eu

trabalhava muito mais com documentação da imprensa. Até na época do Estado Novo, que foi o período que eu pesquisei, basicamente a documentação nos jornais do período. Mas um pouco isso, eu fui me aproximando porque a temática racial pedia que eu chegasse com fontes que mostrassem mais e melhor as relações entre as classes subalternas. Então foi assim que eu fui me aproximando da documentação do APERS.

Desde quando você começou a pesquisar a documentação do Arquivo Público?

Isso foi já na fase de preparar o projeto para o doutorado, então isso foi em 2007, 2008. Por aí. Porque no final de 2008 eu já estava com esse projeto pronto. E aí dali por diante foi que eu me aproximei bastante dessas fontes. Foi nesse período, 2007-2008.

Você trabalhou com alguma fonte além dos processos-crime, alguma fonte do Arquivo Público?

Agora não me recordo, principalmente processos-crime. Não me recordo se foi aqui que eu encontrei os Relatórios de Presidente de Província, não lembro se foi aqui que eu achei.

Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul].

Deve ter sido lá. Então foram principalmente as fontes criminais.

E de que maneira os qualificativos raciais, e étnicos, e de cor aparecem nos processos criminais?

Então, esse tema é central justamente para hipótese de pesquisa que eu desenvolvi na tese, que é: negros e brancos aparecem identificados por meio da cor, mas não aparecem na mesma proporção. Negros aparecem muito mais identificados por meio da cor do que pessoas brancas. E as

peças que são identificadas por meio da cor via de regra são associadas também a adjetivos e predicados e qualidades que são muito desabonadoras, muito negativas. Enquanto pessoas brancas, mesmo tendo uma tendência a não serem identificadas por meio da cor, elas aparecem associadas a adjetivos bem mais, vamos dizer assim, a qualidades bem mais positivas. Geralmente nesse período, final do século XIX, início do século XX, como a presença imigrante é muito forte, os imigrantes são identificados pelas nacionalidades europeias deles. E alguns grupos, por exemplo, judeus, são identificados, e claro, a própria forma de classificação é étnica, ela remete para o aspecto religioso, para determinada comunidade. Mas o critério étnico às vezes pode funcionar como um critério racial, na medida em que ele é acompanhado também por determinadas qualidades ou determinados defeitos, vamos dizer assim. Às vezes é possível encontrar convergência entre critérios étnicos e critérios raciais, quando a gente olha para determinadas nacionalidades europeias que eram acompanhadas por determinadas peculiaridades. Isso fica muito evidente no caso dos alemães mas pode ser encontrado para outras nacionalidades também, por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul, a imigração italiana é muito forte. Então isso aponta para uma maneira muito local, muito brasileira de construir significados, que já não são os mesmos significados que os europeus construíam para suas próprias distinções raciais. Mas os significados que são construídos localmente e seus significados que são construídos, e às vezes são construídos, às vezes são reproduzidos entre as próprias classes subalternas. Porque a ideia de atribuir significados positivos, por exemplo, para os alemães, que são vistos como os melhores trabalhadores, os melhores agricultores, por exemplo, nesse período, não é muito diferente dos significados que as elites atribuem para esses grupos raciais. Étnicos e raciais. Então você às vezes encontra significados que são bem parecidos por pobres e pelas elites letradas.

E seria possível dizer, acredito que sim, que quando existem características negativas, consideradas negativas, características pejorativas associadas aos brancos a cor não aparece?

Não aparece. Não aparece. São outros critérios. Mesmo quando eles são descritos nas fontes pela vizinhança de uma maneira muito depreciativa, esses significados depreciativos não incidem sobre a cor. Essas pessoas aparecem descritas pelo nome completo. Que é bem diferente da maneira como os negros, via de regra, aparecem. Claro que eles podem aparecer, os negros podem aparecer com o nome completo, mas é mais frequente encontrar apenas o nome acompanhado pela cor, por exemplo, João preto, João pardo, e pessoas brancas não tendem a aparecer com esse mesmo padrão.

Identifica eles como brancos pela presença de sobrenomes europeus?

É. Identifico tentando cruzar diversos elementos. A presença de sobrenomes europeus... Que eu falo sempre que é uma tendência, porque é sempre muito difícil ter certeza absoluta de que essas pessoas são brancas. Quando eu pesquisava algumas regiões da cidade que já são associadas a uma determinada presença étnica, como o Bom Fim, por exemplo, onde você tem uma presença de imigrantes judeus, principalmente, mas a gente encontra outras nacionalidades ali também, então eu tendo a acreditar que essas pessoas ou eram brancas ou tinham a pele clara. Justamente porque elas têm sobrenomes europeus. Mas ao mesmo tempo a gente não pode fechar os olhos para o fato de que houve, sim, miscigenação entre imigrantes e libertos. Por exemplo, quando a gente encontra pessoas que são reconhecidas como pardas ou reconhecidas às vezes como negras, mas que aprenderam em casa idiomas estrangeiros, porque elas têm o pai ou a mãe europeus. Então a gente sabe que esse processo de miscigenação

aconteceu. A gente sabe também que essas pessoas vão herdar o sobrenome europeu. Então isso é um complicador. É muito mais fácil identificar pessoas negras do que identificar pessoas brancas. E eu acho que uma das maiores conclusões a que eu cheguei no estudo é justamente, a gente tem uma demanda muito forte por tentar entender como se constroem identidades raciais brancas, o que elas significam e quais as vantagens que são atribuídas para essas pessoas. Que é uma lacuna nos estudos históricos.

E em que medida você acredita que o seu trabalho pode apresentar uma contribuição para o campo do pós-Abolição?

Para o campo do pós-Abolição, eu imagino que seja justamente a importância das relações entre as próprias classes subalternas. Como a noção de raça sempre foi pensada como algo a partir de cima, construída por letrados ou imposta por administradores públicos, ou pela própria polícia. Também é importante pensar as relações entre as próprias classes subalternas. Porque as maneiras como eles se relacionam também condicionam as possibilidades de inserção social da população de cor nesse período. Então eu acho que a contribuição é nesse sentido. Também é importante pensar as relações entre as classes subalternas como algo que pode ampliar ou reduzir as possibilidades de inserção social.

E também a questão da problematização da branquidade?

A questão da problematização da branquidade é um tema que eu hoje estou centrado, debruçado, na discussão que eu permeei, que eu fiquei, que ficou implícita na tese. Porque eu estou o tempo todo olhando para negros e brancos em uma perspectiva comparativa. Porque é justamente essa perspectiva comparativa que denuncia as diferenças. Fica mais explícita a diferença de sentido para cor, quando a gente bota, compara.

Mas o meu foco, naquele período não era pensar os brancos, era pensar como cor e raça são utilizados de uma forma prejudicial para os negros. Por isso uma história social do racismo entre as classes subalternas. Então o tempo todo eu fiquei permeando a discussão dos significados raciais brancos. Aí agora sim. Antes não era, ficou muito secundarizado.

É, mas você descrevendo a sua problemática foi possível reconhecer algumas dessas questões.

Sim.

E nessa nova perspectiva de pesquisa mais recente, o Arquivo Público está no seu repertório de pesquisa? É um espaço que você pretende voltar?

Sim, sim, sim. Bom, o que eu pesquiso agora é a formação de identidades raciais brancas, como essas identidades foram construídas, o que elas significam, e quais são as vantagens, os privilégios associados a essa identidade branca. Só que em um período completamente diferente do pós-Abolição. Agora estou analisando a primeira metade do século XIX, tendo uma motivação justamente base da minha trajetória de pesquisa, que é pensar identidades raciais de uma maneira desvinculada da raça entendida de uma maneira científica. A noção de raça não surge no século XIX, como via de regra a gente está acostumado a pensar. Ela assume um caráter científico ao longo do século XIX, mas antes disso, durante muito tempo ela teve uma significação religiosa. A gente pega lá o dicionário do Bluteau,⁶³ de 1712, ele define a raça como algo que incide a mouros e judeus. Então tem um longo percurso histórico que a raça teve até se tornar científica no

⁶³ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/simple-search?query=Bluteau>> Acesso em: 06/02/2020

século XIX, principalmente na segunda metade do século XIX, que é o momento que essas teorias científicas raciais são adaptadas ao contexto brasileiro. Então eu quis me distanciar e pensar como a raça e a identidade racial branca foram construídas em um período anterior à cientificação do conceito. Continuo mesmo com questões muito parecidas, pensar como as relações entre as classes subalternas se dão, mas agora com foco em uma noção de raça, que é diferente daquela que predomina na segunda metade do século XIX. E, aí sim, as fontes do APERS estão no horizonte. Porque são processos que são muito bons para pensar as relações entre os grupos raciais.

Processos-crime.

Processos-crime.

Não pensa em inventários, outras possibilidades?

Por enquanto ainda não. Porque eu estou muito centrado nos processos-crime.

E uma outra questão, que até a gente já estava conversando outro dia. Eu acho muito interessante no seu trabalho, e outros trabalhos de história urbana, trabalhos com a cidade de Porto Alegre, que é a possibilidade de reconhecimento por parte do leitor. Ele lê o texto e diz, não, esse lugar eu já andei, esse lugar eu já fui, esse lugar tinha tal coisa, hoje em dia tem tal coisa. Queria lhe pedir se você pode falar um pouco sobre isso.

Sim. Eu tive essa preocupação, apesar de não ter trabalhado com plantas urbanas e mapas da cidade como eu gostaria de ter trabalhado, principalmente eu gostaria de ter demonstrado mais, mostrar mais ao leitor no próprio corpo da tese. Fisicamente imprimir todos os mapas, todas as plantas urbanas que eu utilizei... Por que é importante que o leitor se dê por

conta de quais são esses espaços na cidade? Identifique na cidade de hoje essas referências? Porque determinados espaços da cidade são referenciais para a população negra de Porto Alegre hoje em dia, mas podem não ser para maioria da população da cidade. Então é importante que as pessoas que andam pela João Alfredo saibam que aquele foi um espaço importante para o carnaval da população negra de Porto Alegre. Que ali, na década de 1880 e 1890, tinha várias agremiações negras. Ali, clubes, sociedades bailantes que tinham a cor como nexos para sua própria formação. É importante que as pessoas saibam que o Rio Branco nem sempre se chamou Rio Branco. Um dia aquele espaço da cidade se chamou Colônia Africana, porque daí a gente consegue entender porque, como, as pessoas começam a se questionar, se se chamou Colônia Africana, por que não se chamou mais? E aí já temos uma discussão sobre modernização urbana e como ela impacta a vida das populações mais pobres, com foco na população negra. Não é que pessoas brancas não passem pelas mesmas experiências de serem removidas dos seus espaços quando elas moram em espaços marcados pela miséria. É que os negros são mais visados quando esse processo acontece. Porque a cor os torna um alvo no processo de modernização. Então é importante, na escrita do texto, ficar o tempo todo mostrando que aquelas ruas antigas tinham outros nomes, elas têm nomes atuais. E as pessoas conseguem encontrar essas referências no espaço da cidade.

Maria do Carmo Moreira Aguilár é licenciada em História pela Universidade La Salle [2009], mestra [2012]⁶⁴ e doutora [2018]⁶⁵ pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É coautora do laudo histórico-antropológico de reconhecimento da comunidade quilombola do Rincão dos Caixões e agora trabalha naquele de reconhecimento da Família Machado. A entrevista foi publicada em outubro de 2019. Confira seu *curriculum vitae* em <<http://lattes.cnpq.br/0560970902181497>>.⁶⁶

⁶⁴ AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. *Famílias negras no planalto médio do Rio Grande do Sul (1940-1960): terra, migração e relações familiares*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76244>> Acesso em: 13 jan. 2020.

⁶⁵ AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. *Experiências de trabalho de libertas, libertos e seus descendentes em Cruz Alta no Rio Grande do Sul (1870-1900) : uma abordagem social*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196713>> Acesso em: 13 jan. 2020.

⁶⁶ Acesso em: 14 jan. 2020.

Maria, queria pedir para você falar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica.

Bom, eu iniciei a minha graduação em 2005 lá no La Salle. Logo quando eu iniciei a graduação, já fui para a iniciação científica. Na iniciação científica eu participava de um projeto em uma comunidade quilombola que era a Chácara das Rosas, é um projeto de memória e identidade quilombola e nesse projeto a gente trabalhava com história oral. Então, eu ia com a orientadora, o grupo de pesquisa, participava das entrevistas, fazia as transcrições, tinha as leituras, mas a fonte era fonte de história oral. Então fiquei na iniciação científica, eram dois projetos, um com Chácara das Rosas e outro com Manoel Barbosa, que são da mesma parentela, um em Canoas e outro em Barro Vermelho, Gravataí. Aí eu estava na iniciação científica e nesse período eu conheci o Vinícius, Vinícius Pereira de Oliveira, que foi o historiador que fez e participou do relatório socioantropológico da Chácara das Rosas. A gente começou a conversar, trocar bibliografia, ele me indicava autores e livros. Aí ele me convidou, ele estava compondo a equipe da elaboração do laudo sócio histórico-antropológico da comunidade do Rincão dos Caixões, que fica em Jacuizinho, no planalto do Rio Grande do Sul. Aí ele me convidou para participar da elaboração desse relatório. E aí que deu meu primeiro contato com o Arquivo Público, porque antes disso as minhas fontes eram, basicamente, história oral. Aí eu vim para o Arquivo, pesquisei inventários, processos-crime e aí se deu o meu primeiro contato com Arquivo Público. Aí eu me formei, e quando eu conheci essa comunidade, o meu tema de mestrado começou a ser elaborado. Ali na graduação eu já comecei a pesquisar algumas coisas e aí, no mestrado, os sujeitos da minha pesquisa foram os quilombolas dessa comunidade. E aí, mais uma vez foi com história oral. Então trabalhei com história oral, mas vim também aqui no Arquivo fazer pesquisas pontuais sobre alguns

aspectos do contexto do pós-Abolição e rever alguns fichamentos que já tinha feito nesse projeto, na elaboração do laudo. E aí eu terminei a dissertação e também no andamento da dissertação veio o tema, a proposta da minha tese. A minha tese foi sobre a relação de trabalho de libertos pós-Abolição e aí eu me joguei no Arquivo, aí sim eu vim para o Arquivo. Pesquisei inventários, processos-crime, livros de transmissão de notas, aí a base da minha pesquisa foi o acervo documental aqui do Arquivo Público, na minha tese.

E como você encara o compromisso social do historiador que trabalha com comunidades remanescentes de quilombos ou outros temas sensíveis?

A gente está lidando com pessoas vivas! É uma demanda extremamente atual! Eu tive todo o cuidado na minha dissertação, na questão das discussões que eu ia fazer, as discussões dos laudos, como eu faria essa discussão de uma forma que a discussão que eu colocasse ali não fosse capturada para contralaudos. Então, eu tive toda essa preocupação. Eu sou historiadora e sou ativista também, então, a minha pesquisa de mestrado teve todo o rigor acadêmico, a objetividade, estar bem fundamentada, mas ela foi criada para servir de instrumento de demandas daquela comunidade quilombola. Então, o meu objetivo era também esse, de que servisse para demandas da comunidade, como serviu. Então eles pegaram a minha dissertação, colocaram de baixo do braço e foram bater à porta da Prefeitura reivindicando direitos dizendo “Olha, nós temos um livro contando a nossa história, meu antepassado fulano de tal foi escravizado nessa região e está aqui e isso, isso, isso, isso...” E demanda os seus direitos. Então tem toda essa preocupação. A gente é muito impactada, acho que a primeira vez que eu cheguei numa comunidade quilombola e que você vê aqueles sujeitos e aquelas demandas, você conversa com eles igual, conversando com a Dona Funé, a Dona Edoilde, acho que uma tinha 102 e a

outra 98 [anos de idade] e elas contando que o pai contava o que o avô contava, elas estavam lembrando coisas do tempo da escravidão. Então, nossa, elas conviveram; aí elas falavam “a minha bisavó foi escravizada e eu convivi com ela, ela sentava na beira do fogão” e contava os casos das tristezas como que era, então você ficando ali com aquelas pessoas e elas estão reivindicando seus direitos, isso dá aquele impacto. Eu tive todo esse cuidado na minha escrita, que a minha escrita fosse servir de mais um instrumento para as demandas quilombolas. E é muito bacana isso, porque eu me lembro que estava lendo a questão da economia interna dos escravizados e tal, e eu estou lá em Rincão dos Caixões, a seis horas de distância de Porto Alegre, a gente chega na cidade e ainda tem que andar de carro uma meia hora de estrada de chão batido, estou sentada lá com o senhor Etuíno e aí eu pergunto “Com quem o senhor aprendeu a plantar?”, “Ah, com o meu pai, que aprendeu com o meu avô, que aprendeu com o meu bisavô e o meu bisavô é lá do tempo dos escravos”, eles contavam que tinham um pedacinho de terra para plantar; “era só um pedacinho que o senhor deixava para plantar só para comer mesmo, né?”, aí você, poxa... Que fantástico! Isso a gente só consegue quando vai lidar com essas pessoas, com essas pessoas que estão vivas, porque quando a gente vem aqui para o Arquivo vê os processos e tal, mas é quando a gente sai para as comunidades quilombolas a gente vê essa memória, essa coisa viva, isso é muito bacana. Não sei se eu respondi...

Eu acho que sim, e você também deixou um gancho para a próxima questão. Como você vê esse cruzamento entre a oralidade e a escrita, entre a fonte oral e a fonte escrita?

Elas são, as duas, importantes. Eu acho que na minha dissertação uma complementou a outra. Mas eu usei muito pouco fontes escritas na minha dissertação e mais fontes orais. E não senti falta. Tem toda uma questão em

torno da história oral. Tinha, né? Não se tem mais em torno da história oral, mas eu não senti a necessidade de “Ah, tem que comprovar aquilo que a Dona Erocilda está falando”, não, é o que ela está falando, é isso! Mas eu acho que são fontes que elas se complementam, uma complementa a outra. Eu, na minha dissertação, vim para o arquivo para poder mostrar esse contexto com pós-Abolição que eles estavam falando, então tentei mapear um pouco esse contexto, mas eu não vim para o arquivo tentar comprovar a partir de uma fonte escrita o que eles estavam me dizendo. Mas eu acho que são duas fontes... A história oral, eu gosto de trabalhar com história oral, mas é difícil trabalhar porque eles subvertem os nossos marcos temporais o tempo inteiro. Você vê, eu venho aqui para o Arquivo, na minha tese de doutorado o meu marco é 1870 a 1900, então eu pego os processos de 1870 a 1900. Mas quando eu vou para uma entrevista o meu marco é 1960, mas eles não estão nem aí para o meu marco, eles vão contar história lá da época do cativo, e volta, e vem, e vai; e as senhoras que a gente faz entrevistas com elas, conversam entre elas e ignoram a gente por completo. A gente fica ali tentando, mas eles vão subvertendo e é interessante como é que a história oral problematiza as fontes. Então, na minha dissertação, os meus entrevistados estão sempre subvertendo marcos e problematizando 1888 como marco universal do trabalho negro, eles estão dizendo que “Não é bem assim do jeito vocês estão falando nesses livros, aqui nós tivemos tentativas de captura do trabalho negro aos moldes do trabalho escravo”, eles estão falando de 1930, 1920 e 1940. Então eles problematizam. Na dissertação, eu também utilizei história oral para problematizar esses nossos marcos, porque a gente cria esses marcos muito fixos ali, e os entrevistados subvertiam o tempo inteiro esses nossos marcos.

E outra questão, assim, provocando um pouco. Você não acha que existe o risco para nós, e eu me coloco também como historiador do pós-Abolição em áreas rurais, de a gente se centrar nas fontes orais no pós-Abolição ao contrário de fazer um cruzamento com as fontes escritas como a gente faz para o século XIX?

Na dissertação eu fiquei centrada nas fontes orais, mas se a gente pegar a minha dissertação e a minha tese e unir as duas aí a gente vai ver o cruzamento. Porque a minha dissertação começa em 1930/40 e a tese ela vai de 1870 a 1900. E aí na tese eu voltei para o final do XIX justamente para poder analisar esse contexto dessas relações de trabalho que eles, os entrevistados, estavam falando. Então eu fiz essa partição, na dissertação eu usei história oral e na tese eu fiquei nas fontes escritas, mas na tese eu também puxo, eu vou puxando as entrevistas; tem as entrevistas na tese também, eu vou trazendo argumentos da minha dissertação para a tese, então, eu uso ali na tese também história oral e as fontes escritas, faço meio que esse cruzamento. Mas num capítulo, num capítulo que eu estou discutindo o trabalho análogo ao escravizado e tal, aí eu vou puxando essas entrevistas. Mas se juntar, porque eu vejo a minha dissertação e a minha tese como um grande conjunto. Porque o que me levou a pesquisar o meu problema na tese foram as provocações que os quilombolas fizeram na dissertação, então, eu vou pegando na mesma região; se eu for pegar os dois em conjunto é de 1870 a 1960, então eu tenho esse recorte temporal e ali tem fontes primárias, fontes orais, fontes escritas, tem uma gama de fontes. Mas é difícil fazer isso.

É um desafio?

É um desafio, é difícil. Tem a questão do tempo, o nosso tempo de pesquisa. No mestrado são dois anos, é pouco tempo para você aprofundar, para você

fazer esses cruzamentos de fontes. É difícil, né? É difícil você conseguir fazer isso.

E continuando na questão das fontes, dá para ver nos seus trabalhos que você é uma historiadora com fundamentação empírica muito grande. Então, queria pedir para falar um pouco sobre o papel das fontes do Arquivo Público no seu trabalho.

Foram fundamentais, foram as fontes que jogaram luz nesse imediato pós-Abolição. Então eu pesquisei. O meu objetivo na tese era analisar as relações de trabalho estabelecidos entre libertos e empregadores nesse pós-Abolição, de ver algumas questões, a questão de inclusão e exclusão desse mercado de trabalho, como é que se deu esse processo, quais eram as expectativas de ex-senhores, dos libertos em relação a esse mercado de trabalho, que mercado de trabalho era esse e o que é esse trabalho livre para ex-senhores e para libertos. Então havia a possibilidade de trabalho autônomo na região que eu pesquisei, que foi Cruz Alta, eles ficaram nas propriedades. Qual era o grau de autonomia ficando ali na propriedade, onde conheceram o cativo? Como é que eles negociaram com esses ex-senhores os termos dessa nova relação? Então tinha uma série de perguntas e para eu responder eu fui para fontes fazer esse cruzamento. Então, eu analisei uma série de fontes documentais, analisei os processos-crime, eu acho que para Cruz Alta tinha uns seiscentos e poucos processos. Desses seiscentos e poucos eu achei uns cerca de cinquenta e poucos que mencionava “negro”, “preto” ou “pardo”, e, desses cinquenta e poucos, quase trinta mencionava a condição; era preto forro ou ex-escravo de fulano de tal, era o preto liberto ex-escravo de fulano de tal e aí era em torno de uns trinta, assim. Aí, nos processos-crime eu consegui ver ali a experiência, a trajetória desses sujeitos ali envolvidos naquela contenda ali. E nos processos-crime você vê as redes de sociabilidade, no que

trabalhavam, a partir dos processos eu consegui. Eu tinha acesso à planta de Cruz Alta de 1880 e poucos, aí eu consegui mapear as residências deles ali, então eles estavam, alguns, próximo, perto uns dos outros, aí tem processos-crime sobre festas, bailes de fandangos na casa de libertos, porque tem vários libertos juntos e são moradores das proximidades ali. Então, a gente consegue pesquisar, fazer esse mapeamento, essas trajetórias e experiências que o processo-crime me deu. Fui para os inventários para ver a questão da produção, a estrutura fundiária da região. Os inventários em Cruz Alta, eu acho que era quatrocentos e poucos, aí já tem mais de mil documentos que eu pesquisei. E aí ali também tinha... Eu consegui localizar alguns libertos trabalhando nessas propriedades, também pesquisei os livros de transmissão em notas, que aí eu fui olhar os contratos de locação de serviços, os contratos estabelecidos entre os libertos e empregadores, e também dei uma olhada nas cartas de alforria com cláusulas de prestação de serviços. Então, eu acho que os processos, os documentos custodiados pelo Arquivo são fundamentais, sem eles... Com eles eu consegui responder aos meus problemas de pesquisa e através deles, igual aos processos-crime, eu consegui problematizar os dados do censo. Você pega as profissões que aparecem no censo, as profissões em Cruz Alta têm um alto número de assalariados, números que eu jamais encontrei nos processos-crime, então, eu consegui problematizar os dados do censo. A gente sabe que tem todo um problema na questão dos censos e que os censos eles vêm a fixar no tempo, ali, aquele sujeito. E nos processos-crime você vê o movimento e permite fazer uma análise mais qualitativa. Então, no processo-crime tem o liberto que vai dizer que a sua ocupação é lavrador, mas ele está construindo um muro. Então como é que ele aparece no censo, ele é um lavrador ou ele é um jornaleiro? Como é que isso aparece? Até a questão dos libertandos, não tem no censo os libertandos. Eles não são assalariados, estão trabalhando num trabalho

compulsório para cumprir as cláusulas da carta de alforria. Então como é ele aparece ali? Onde é que ele está? Não está, né? Os libertos trabalhando por casa e comida, também não são assalariados, né? Os libertos trabalhando para pagar dívida não estão ali. Então, isso os processos-crime e os contratos, eles me permitiram fazer essas problematizações dos dados do censo. Então, para mim foi fundamental para a minha tese. Foi um trabalho gigante, porque eu esgotei toda a documentação que tinha para Cruz Alta, deu trabalho, a gente fica no arquivo, vem toda semana, já conhece todo mundo. Eu colocava o Jorge [Miranda da Silva, servidor do Arquivo Público] como um doido correndo atrás de processos para mim, ia atrás da Neide [Givaneide Neusa de Farias, também servidora]... Mas tem que fazer isso. Lá pelas tantas a gente começa a sonhar, eu sonhava, assim, com... Você sonha! [risos]. Porque você está ali. Quando eu fui fazer a estrutura de posse, então gente, era um tal de contar boi. Você tem que fazer isso. Olhar ali as propriedades, nossa! Aquilo para mim, sabe? [risos] Eu sou historiadora qualitativa e quando você vai para fazer essa questão mais quantitativa, para a estrutura de posse, isso para mim foi meio um desafio. Entrava num desespero para fazer aquelas quantificações ali, mas fiz...

Você encontrou testamento e inventário de libertos, de pessoas negras?

Pouquíssimos. Acho que inventários eu achei uns dois e testamento um. Muito, muito poucos... E poucos recursos. Você vê ali a pobreza, o processo de exclusão ali, quando você vai ler esses documentos. Mas foram muito poucos ali, uns dois ou três, assim...

Eu queria pedir para você falar um pouco sobre os livros notariais. O que você encontra nesses livros, que tipo de informação?

Os contratos, contratos de prestação de serviços. Eu achei alguns. Eu achei libertos pegando empréstimos com terceiros, escravizados pegando

empréstimos com terceiros para pagar a carta de alforria, e aí voltando ao cartório para poder assinar o contrato de locação de serviços com esse terceiro, para poder pagar a dívida de liberdade. Então eu acho esses contratos de locação de serviços e também contratos firmados entre libertos e empregadores que não está ali especificado que emprestou algum dinheiro para pagar a dívida de liberdade. E são contratos também que não têm muitas especificações. Então, o liberto vai trabalhar no horário de trabalho que é comum na região. Mas aí que horário de trabalho que é comum? É o horário de trabalho de quem? Porque você tem vários, na realidade, tipos de trabalho em disputa ali, você tem o trabalho compulsório, trabalho escravizado, trabalho assalariado, você tem vários arranjos de trabalho. Então, o horário de trabalho vai ser referente a que tipo desses arranjos? Então, os contratos são poucos, achei muito poucos, acho que não chegou a dez e assim, não tem nenhuma especificação, não são muito específicos. É de acordo com a região. O valor também, o valor do salário também nesses, para pagar a dívida de liberdade. Aí eu tive que fazer as contas. Aí a gente percebe que a mão de obra é cotada muito abaixo do valor, que daí eu pego o trabalho dos libertos e comparo com esses libertos que estão assinando contrato de trabalho para pagar dívida de liberdade, a mão de obra deles é cotada muito abaixo do valor e aí eles tem que trabalhar um tempo maior. Isso é uma forma de você esticar o máximo essa dominação, esse instrumento de dominação.

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores é

professora no departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria. Fez sua graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também concluiu seu mestrado⁶⁷ em 2007. cursou seu doutorado na Pontifícia Universidade Católica, tendo defendido em 2012.⁶⁸ Sua tese foi premiada no concurso da Anpuh / RS – 2012-2014. Seu currículo pode ser conferido em <<http://lattes.cnpq.br/0741500213422724>>.⁶⁹

⁶⁷ FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11163>> Acesso em: 13 jan. 2020.

⁶⁸ FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdIPUCRS / ANPUH, 2014.

⁶⁹ Acesso em :14 jan. 2020.

Mariana, eu queria pedir para você falar um pouco sobre sua trajetória e sobre o papel das fontes do Arquivo Público nela.

A minha trajetória como pesquisadora começou na iniciação científica, mas sem contato com fontes primárias. Eu trabalhava com o professor Guazzelli com fontes impressas. A minha empreitada de trabalhar com fontes primárias, isso foi aqui no Arquivo Público que começou. Quando eu resolvi fazer o mestrado, eu pensei em pesquisar contrabando, e essa ideia surgiu porque me parecia que a questão do contrabando na historiografia do Rio Grande do Sul era uma daquelas questões calcadas de um largo consenso historiográfico e em ausência de pesquisa. Porque todo mundo referia a questão do contrabando no Rio Grande do Sul, mas ninguém se dedicava a pesquisar. E, de alguma maneira, havia uma desculpa geral de que era difícil pesquisar contrabando, que era uma coisa que acontecia na clandestinidade, afinal ninguém vai deixar registro disso. E quando eu resolvi tomar isso como meu tema de mestrado, a minha ideia foi, desde o princípio, que era evidente que haveria algum tipo de registro. Se o contrabandista por si não deixou registro, que eu acho correto que ele não produza provas contra ele, mas algum contrabando foi apreendido em algum momento. E por isso eu vim para o Arquivo Público, procurar nos processos-crime. Mas era uma coisa totalmente intuitiva. Nunca ninguém me disse de ter encontrado processo. Pelo contrário. As pessoas diziam que a minha empreitada talvez não desse certo. E eu vim para o Arquivo Público e comecei a olhar caixas de processos-crime de municípios da Fronteira Oeste... O início foi muito penoso. Porque eu vi muita coisa, muito processo-crime sem encontrar nada que me interessasse e aquilo foi me desestimulando, e eu cheguei em algum momento a abandonar. Fui para o Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul]. Achando que nos fundos da polícia eu encontraria mais coisas. Aí nos fundos da polícia do Arquivo Histórico,

pouca coisa, pouquíssima coisa que não me renderia uma dissertação. E em algum momento eu me decidi. Eu disse, não, eu vou seguir meu faro inicial, como diz Ginzburg, os historiadores têm faro.⁷⁰ Eu vou seguir meu faro inicial, eu vou voltar para o Arquivo Público e vou continuar olhando os processos-crime. Com mais calma, com mais treino nessa leitura, eu vou seguir fazendo isso. E voltei para cá e continuei nessa leitura. E a parte que eu digo que é um pouco engraçada é porque aqui, ao longo de todo esse tempo de pesquisa, a gente fez uma rede muito bacana. De pessoas que pesquisavam ao mesmo tempo aqui. E quase todos os dias alguém, ou mais de uma vez, mais de uma pessoa, vinha até a minha mesa perguntar, e aí, já encontrou alguma coisa, e eu sempre balançava a cabeça, não, não encontrei nada. Até o dia que eu encontrei o primeiro processo de apreensão. E eu saí caminhando por todas as mesas, achei, achei o processo, e no final todo mundo se alegrou comigo, porque viram que há muitos meses eu estava na busca. E aquele foi o primeiro, e a partir daquele, outros começaram a aparecer. Eu fui desenvolvendo uma metodologia melhor para tratar com essas fontes. Eu fui treinando a minha leitura, eu fui também aprimorando a técnica como um todo, de ler mais rápido, de ler o que eu sabia que era necessário ler para identificar o teor de um processo. Porque o processo-crime tem essa característica, ele tem uma capa, só que a capa é a última coisa que vai no processo. É a primeira coisa que o historiador encontra, mas é a última coisa colocada no processo. Então aquela data, aquele título que se coloca eventualmente ali na frente do crime, tudo aquilo foi concluído por fim do processo. E a gente encontra aquilo como a nossa primeira informação. E a gente tem que tentar driblar isso e ler o processo na cadência na qual ele foi se construindo mesmo. E na capa dificilmente você encontra o rótulo fiável do que está ali

⁷⁰ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

dentro. Então nem sempre você vai encontrar na capa “Processo de apreensão de contrabando”. Pode encontrar qualquer outra coisa. E aí você tem que ler para saber se ele interessa ou se ele não interessa para você. Então tinha que ler todos os processos. Não adiantava olhar só a capa e excluir “esse é de contrabando”, esse é, esse não é. É olhando todos os processos. E à medida que eu fui aprimorando essa técnica de leitura, desenvolvendo a minha metodologia, no trato empírico, eu acho que foi facilitando, o caminho foi ficando mais fácil, ficando mais rápido, mais produtivo, e aí os processos foram aparecendo. Eu consegui reunir um número bem significativo de processos-crime para fazer minha pesquisa de mestrado sobre o contrabando no Rio Grande do Sul. Paralelo a esses processos-crime de apreensão de contrabando propriamente, e outros que mencionavam apreensão de contrabando, eu fui me atentando também para processos que se chamam de autos de responsabilidade, que são processos que envolvem sempre funcionários públicos, que no exercício de suas funções conduziram mal os seus trabalhos. E nessa minha zona de fronteira ali que eu recortei (que era Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento), com imensa frequência, os processos de auto de responsabilidade envolviam funcionários da alfândega em Uruguaiana. E quase sempre também tinha alguma questão relativa a contrabando. Por permitir a passagem de contrabando, ou não vigiar como deveria ter sido vigiado. E esses processos de auto de responsabilidade foram num número muito maior que as apreensões. E a partir daí eu consegui cruzar esses dois para conseguir chegar num desenho um pouco mais bem acabado. Porque o número de processos que eu encontrei de apreensão de contrabando não era um número muito grande. Ou seja, eles não condiziam com o que a gente supunha ser a incidência de contrabando na fronteira. Deu algo como, ao longo de todo o período, deu um por ano. Evidente que havia mais contrabando do que um por ano! É claro que esses eram só os

apreendidos, todos aqueles que tiveram êxito ninguém ia ficar sabendo. Mas mesmo assim, aquele um por ano representava muito pouco do que o que a gente supunha ser. E daí cruzando com esses autos de responsabilidade a coisa foi ficando menos nebulosa, porque foi possível compreender que a própria alfândega era o vetor da passagem desse contrabando. Havia uma convivência entre uma rede de comerciantes e os inspetores da Alfândega, a fim de demonstrar que a Alfândega se justificava, ela recolhia impostos, mas então o comércio ia passar por dentro dela, só que com uma redução de taxaço. Isso não era legal, mas era a maneira como o contrabando acontecia. Com uma fachada de legalidade. E a partir dessa pesquisa de mestrado, enquanto, como eu disse, eu tinha que olhar todos os processos para ir depurando o que me interessava, uma coisa que ia me chamando a atenção ao longo dos processos é que a questão do espaço de fronteira sempre aparecia nos processos daquela região. De uma maneira ou de outra. Então o crime de contrabando, é óbvio que ele é um crime de fronteira, ele precisa de uma fronteira para acontecer. Mas eu percebia que a fronteira apontava em vários processos das mais diferentes naturezas, e eu fui, digamos, separando aquilo. Guardando aquilo na manga para outro momento. E o outro momento foi justamente o doutorado. Quando eu resolvi pegar todos aqueles processos que apareciam que guardavam relação com a fronteira para pensar uma rede de crimes de fronteira. Que está baseada em uma legislação internacional, que crimes cometidos de um lado da fronteira, cometidos num determinado lugar só podem ser julgados por aquela jurisdição. Ou seja, no momento que você vara a fronteira, você tem a possibilidade de se colocar fora da alçada da jurisdição que pode julgá-lo, puni-lo, e pensando nessa valência estratégica de fugir pela fronteira, eu comecei a identificar não tipos criminais específicos, mas posturas dos fronteirões manejando essa legislação de um lado e de outro, levando vidas

entre o lícito e o ilícito, e se movimentando pela fronteira, e acabou isso rendendo o próprio doutorado. Que é esse, o “Crimes de fronteira”.

Tem uma questão que eu achei bastante importante no seu trabalho, que você diz que a fronteira não é apenas um cenário, ela é definidora de lógicas. Ela define o formato, o funcionamento de uma série de coisas, não é espaço físico somente.

Sim, eu faço essa afirmação, embora, se descontextualizada, ela pode ser mal lida e pode nos empurrar para uma leitura sobre o espaço de fronteira que já está vencida desde o século XIX, que atribui um determinismo geográfico, um determinismo do meio sobre as pessoas, e não é essa a ideia. A ideia é justamente pensar que a fronteira enquanto espaço territorializado, quer dizer, a fronteira que não é um espaço vazio, é um espaço que só existe porque as pessoas fizeram uso dele, se apropriaram dele, fizeram uso, e construíram as lógicas que aquele espaço permite. Então eu estou fazendo essa ressalva só para deixar claro que tem... Sim, eu entendo que a fronteira é quase que um agente, eu digo isso, a fronteira não é um cenário, a fronteira é um agente, mas ela é um agente porque as pessoas territorializaram aquele espaço. As pessoas instituíram um limite político, justapondo soberanias, justapondo legislações. Os sujeitos fronteiriços apreenderam essas margens e conseguiram estabelecer essas estratégias em suas vivências através da fronteira. Ao mesmo tempo também isso precisa ser dito com certo cuidado, porque também para não incorrer numa total racionalidade desses agentes nas suas condutas. A minha ideia de racionalidade, do quanto eles se valem e estabelecem estratégias é muito mais numa linha Giovanni Levi,⁷¹ naquela linha de racionalidade limitada, é racional mas é racional dentro do meu cotidiano,

⁷¹ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

dentro do meu costumeiro, e não porque todos os dias arduamente eu defino o que eu vou fazer para sobreviver. Uma coisa muito mais absorvida, orgânica, do que propriamente refletida... Porque a palavra estratégia, ela traz um pouco essa carga.

E essa concepção da estratégia no sentido de uma racionalidade limitada está relacionada ao seu conceito, e do Farinatti, de fronteira manejada?

Esse conceito, ele nasceu aqui, no Arquivo Público.

Conta como foi?

Acho que vale a pena. O que havia da minha parte, quando eu comecei a fazer o mestrado, foi quase uma agonia, uma angústia muito grande. Porque toda oferta que eu tinha de historiografia a respeito do conceito de fronteira, que era uma historiografia tributária dos anos 90, de uma ideia de fronteira plenamente integrada, que os fronteiriços formavam grandes “comunidades do ‘nós’”, quase que se opondo aos seus Estados de origem, e tecendo redes bem articuladas nas regiões, quase que dirimindo o limite político que passava por ali: a própria fronteira. Essa é uma historiografia dos anos 90, que é uma historiografia que teve os seus avanços, porque trouxe o lugar da fronteira para o fronteiriço, para essas redes, venceu uma historiografia tradicional, que pensava a fronteira como um espaço de barreira, limitador de relações, então essa historiografia dos anos 90 ela foi genial. Avançou imensamente. Rompeu com paradigmas que foram importantes. Só que em alguns momentos ela também forçou um pouco. Ela acabou carregando um pouco na interpretação e tendeu para uma integração plena do espaço fronteiriço. E essa era a historiografia que havia disponível quando eu estava fazendo minhas pesquisas. E quando a gente vai pras fontes, eu não consegui enxergar isso. Eu percebia sim, que havia essa fronteira, feita pelo indivíduo, pelo fronteiriço, mas eu percebia ao

mesmo tempo o papel do Estado, o Estado não era irrisório, inútil, inoperante. Ele estava ali. Adaptado às redes locais, OK, mas ele estava ali. E eu percebia também que aqueles fronteiriços, por mais que tecessem suas redes sociais, familiares, de trabalho dos dois lados da fronteira, eles nunca deixavam de reconhecer estarem de um ou de outro lado da fronteira. Eles nunca deixaram de reconhecer o seu pertencimento, ainda que não fosse um pertencimento nacional, mas o seu pertencimento territorial diante do outro que vinha do outro lado. Eles percebiam essas diferenças. E isso não combinava com essa historiografia dos anos 90. E essa angústia foi crescendo em mim. E eu também era nova e não achava que eu podia debater com uma historiografia consolidada. Minha angústia exatamente era esta. O que eu vou fazer? Eu vou mutilar as minhas fontes para tentar fazer caber em um conceito de fronteira que já existe? E em conversas, isso foi um momento muito bacana, também, do Arquivo, como eu falei no início, a gente fez amizade, a gente saía para almoçar todos juntos, a gente saía para tomar café todos juntos, e essas saídas eram para conversar sobre tudo, mas era muito para falar sobre as pesquisas de cada um, e foi nessas conversas que eu, o [Luís Augusto Ebling] Farinatti e a Márcia Volkmer compartilhamos, todos os três estavam com a mesma angústia. Todos os três estavam... “Pois é, que que a gente vai usar então? Que conceito de fronteira a gente vai usar?” E aí eu acho que a gente foi se encorajando também. Os três se encorajaram para dizer “não, se essa historiografia não serve, a gente talvez não tenha o vigor intelectual para propor um novo conceito, mas a gente pelo menos vai, diante da munição que a gente tem, debater com essa historiografia, dizer o que serve e o que não serve. E isso foi ganhando corpo, até que se formulou, já na dissertação de mestrado eu apresentei uma primeira formulação, o Farinatti também na tese de doutorado dele, logo depois a gente publicou juntos um capítulo avançando um pouco mais nessa discussão, e aí eu acho que o fechamento foi na

minha tese de doutorado, a apresentação assim mais bem acabada do que se pensou quando se propôs repensar esse conceito de fronteira e pensar a partir dessa nova perspectiva que a gente batizou fronteira manejada.

E qual foi o papel da pesquisa empírica com os processos criminais na formulação, na reflexão sobre esse conceito?

Foi tudo, porque toda essa agência dos fronteirços que eu estou relatando, toda essa percepção que a gente teve do quanto os fronteirços, desculpe a redundância, percebiam a existência de uma fronteira ali, eles sabiam inclusive onde passava o limite. A linha. Embora não estivesse riscada em lugar nenhum, eles sabiam onde passava o limite. Tudo isso estava, era perceptível nos processos. O Arquivo Público tem, eu trabalhei com alguns processos, nos quais o sujeito que comete uma infração, um delito, imediatamente vai em direção à fronteira. Usando daquele recurso que eu comentei antes, de se colocar livre de quem pode punir, de quem pode prender. Imediatamente ele foge em direção à fronteira. Isso se repete inúmeras vezes nos processos. Eu quantifiquei isso nos diferentes capítulos. Mas em alguns processos eles estão fugindo, já sendo perseguidos pela polícia. E eles fogem em direção à fronteira, e quando eles cruzam a fronteira eles param, porque sabem que a partir dali a polícia não pode mais prender e a polícia também sabe. E veja, é um limite imaginário, um limite que não está riscado, eles simplesmente sabem que é por ali... E eles passam a fronteira e param de fugir. Porque a polícia não pode mais prender. Então os processos-crime foram fundamentais na percepção dessa forma como os fronteirços se portavam na fronteira, como o Estado está presente ali. Como que as leis agem nesse espaço, como os fronteirços se dão conta disso e manipulam essas leis. Quando eu trabalhei com casos de sedução de escravos e fugas de escravizados pela fronteira que iam em busca da sua liberdade também, porque do outro lado a legislação já havia

abolido a escravidão. Também fica muito claro como escravizados vão em busca da sua liberdade cruzando a fronteira e como (isso não foi só eu que fiz, tem inúmeros trabalhos que lidam com esse tema).

Trabalhou só com os processos-crime ou trabalhou também com processos civis?

Eu trabalhei com processos cíveis, processos-crime, eu trabalhei bastante com ações ordinárias, com ações possessórias, principalmente na dissertação de mestrado. E essas ações ordinárias foram muito interessantes porque elas na grande maioria trazem cobranças de comércio. Especialmente comerciantes que morrem e na abertura do inventário todo mundo com quem ele mantinha dívidas vai abrir suas ações para saldar essas dívidas, o que era normal. Era normal em um comércio que circula sem moeda e que se reproduz no crédito. E normalmente, muitas vezes essa dívida é saldada no momento da morte, quando se abre inventário. Nessas ações ordinárias você percebe que tem um volume grande de comerciantes cobrando dívidas. Foi bacana, porque eu fui fazendo uma espécie de mapeamento dessas cobranças de dívidas. Quem cobrava de quem. Qual região do estado cobrava de qual região do estado. E aí de alguma forma você consegue ver quais são as regiões que mais fornecem mercadorias e quais as que mais compram mercadorias. E por aí eu consegui ainda entender um pouco do alcance desse comércio feito pela fronteira oeste. Sabendo que esse comércio era baseado em grande medida por contrabando. E a gente consegue identificar comerciantes lá de Uruguaiana, lá de Alegrete, vendendo para lugares muito distantes. Lugares que estavam muito mais próximos de Porto Alegre. Muito mais próximos de Pelotas e Rio Grande. No entanto, compravam de Alegrete, compravam de Uruguaiana. Que eram muito mais distantes, mas certamente ofereciam um

preço muito mais barato. E só ofereciam mais barato porque a mercadoria entrava por contrabando.

Eu acho interessante que essa documentação tem um grande potencial. E os historiadores geralmente se atêm aos processos criminais, aos inventários, mas se apropriando também das possessórias, das ordinárias, eu acho que o seu trabalho é um exemplo de que pode render muito.

Rende, e tem uma outra coisa que eu tenho feito, fincado pé, também, que é a valência dos processos-crime. Eu comento isso muito com meus alunos. Quando a gente fala, pessoa que pesquisa elite, ah, vai olhar inventário. A pessoa que pesquisa populares, vai pesquisar processos-crime. A pessoa está pesquisando um determinado contexto ou sujeito. Vai olhar os processos-crime para fazer a pesquisa mais verticalizada, mais qualitativa. Então, essas máximas, elas estão impregnadas no nosso senso comum de historiador. A ideia de que processo-crime é para acessar camadas populares e a ideia de que processo-crime é para pesquisas de cunho mais qualitativo. E eu tenho feito essa reivindicação já há algum tempo. É claro que o processo-crime dá uma visibilidade maior de populares. Mas isso também tem que ser visto com olhos críticos, porque essa afirmação, feita de qualquer maneira, é muito perigosa, porque ela vai endossar que, então, populares cometem mais crimes. Eles não cometem mais crimes. Só que sobre eles recai a criminalização. Sobre eles recai o patrulhamento, que não recai sobre a elite. Então naturalmente eles estão mais representados. Segunda coisa, que processos-crime é para análises de cunho mais qualitativo. É claro que nos processos-crime você tem pessoas falando. Você tem o discurso das pessoas, por mais que ele seja, a gente sabe, manipulado, manipulado pelo que o Boris Fausto chama manipuladores

técnicos,⁷² todas aquelas regras de registro de processos-crime que vão tolhendo a redação e tolhendo, muitas vezes recortando, editando, as falas dos depoentes, a gente sabe que apesar de tudo isso a gente tem acesso às falas dessas pessoas. É claro que isso nos dá uma qualidade para um trabalho mais verticalizado que é diferente de outras fontes. Por mais que tenham as manipulações, a gente sabe que o processo tem essa riqueza. Agora, além de tudo isso, o que eu tenho reivindicado muito é que o processo-crime é, os processos-crime são uma janela também muito interessante para se acessar elite. Vejam, os ladrões de gado, quem mais rouba gado nos processos que eu recolhi, são estancieiros. São criadores, assim, criadores pensando assim como médios proprietários, estancieiros como proprietários maiores. Mas são criadores com propriedades, que vão roubar entre vizinhos. Do sujeito da propriedade ao lado. Esses são os que roubam em maior número. O popular rouba uma cabeça de gado para subsistência. Os que roubam muito gado são os proprietários, os estancieiros. Contrabandistas. Quem faz o grande contrabando? O grande comerciante. Então o processo-crime é também uma janela para acessar uma classe média e uma elite também. E a outra coisa, nesse sentido então é que, sim, processos-crime servem para essas análises qualitativas, é claro que servem, não é à toa que a gente tem isso impregnado no nosso senso de historiador. Mas processos-crime são fontes que se prestam a análises seriais! Elas respondem aos requisitos básicos. São fontes massivas, homogêneas e reiterativas. A gente consegue fazer análise serial com processo-crime. E eu tenho feito. Se pegar os resultados dos trabalhos... Você vai ver, tem muita tabela, tem muita quantificação. Ivan Vellasco, que é um historiador de Minas Gerais faz isso brilhantemente!⁷³ Quantifica processo, mapeia processo, faz georreferenciamento para trabalhar com

⁷² FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. São Paulo: EdUSP, 2014.

⁷³ VELLASCO, Ivan. *As seduções da ordem*. Guarulhos: EDUSC, 2004.

processo-crime. Eu tenho insistido muito com isso, com os meus orientandos, com os meus alunos. Processo-crime também pode ser tratado como fonte serial, como fonte quantitativa, portanto!

Nôva Marques Brando, Analista em Assuntos Culturais do APERS, é graduada em História com especialização em ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. Já atuou profissionalmente como professora de História nas séries finais do Ensino Fundamental e no Arquivo, já trabalhou nas áreas de gestão documental, difusão cultural e educativa. Atualmente é membro do Comitê Gestor do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul [SIARQ-RS] e coordena as atividades de conservação documental, o estágio curricular obrigatório em História e a Mostra de Pesquisa APERS. Sua entrevista foi realizada em agosto de 2016, em alusão ao dia do historiador, e a entrevistada optou por editá-la em 2019. Seu currículo pode ser acessado por meio do link: <<http://lattes.cnpq.br/2900407852460108>>.⁷⁴

⁷⁴ Acesso em: 14 jan. 2020.

Nôva, você poderia comentar um pouco sobre como decidiu cursar História?

Difícil pensar sobre isso em 2019. Mas vamos lá: gosto de História e de histórias. Tenho a impressão que gosto desde muito e foi isso que me levou ao curso de formação inicial. Além de gostar, achava que as ferramentas produzidas por esse campo de conhecimento poderiam contribuir na construção de um mundo mais justo e solidário. E desde então, brigo com ele, decido que não quero mais gostar, que não quero mais com ele trabalhar. Nada resolvido, um caminho, mesmo que não linear, sem volta. Cá estou eu, sempre com o Sobre História,⁷⁵ o Manifesto Comunista⁷⁶ e um romance histórico, para variar durante as horas vagas [risos], debaixo do braço.

No Arquivo Público do RS, entre outras atividade que já desempenha, está se qualificando para assumir a área de preservação e conservação de documentos. No seu entendimento, qual o papel dos historiadores que atuam em arquivos?

Sim. Depois de atuar em projetos de avaliação, classificação, descrição e difusão documental, na organização de eventos, na elaboração de materiais pedagógicos a partir de acervos do Arquivo, há algum tempo estou me qualificando para trabalhar nas atividades de conservação e restauração de documentos, área bastante importante dentro de um arquivo. Desde 2015 estou realizando cursos para poder responder a essa demanda. O trabalho é complexo, sobretudo quando nos deparamos com documentos marcadamente danificados por fatores externos e internos. Uma

⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁷⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

responsabilidade e tanto. E esse, por exemplo, pode ser um dos papéis desempenhados por historiadores em um arquivo, desde que estejamos dispostos a percorrer trajetórias formativas que complementem a nossa formação ou mesmo mudem nossa direção. De um modo geral, penso que os historiadores devem compor as equipes de trabalho das principais atividades desenvolvidas em uma instituição arquivística - gestão documental, preservação, acesso e difusão. Entendo que a capacidade que temos de historicizar as relações sociais, inclusive a produção de documentos, e os vestígios que sobre elas restaram, nos permite contribuir de forma significativa (e significativa) para o cumprimento daqueles que eu considero como objetivos centrais de um arquivo, a preservação e a garantia de acesso ao maior número possível de documentos para um público que seja cada vez maior e mais diverso.

Você contribuiu para a organização de acervos, como o produzido pela Comissão Estadual da Verdade. Quais foram as etapas do trabalho e como você percebeu esta experiência?

Quando comecei a trabalhar no APERS, em fevereiro 2013, fui acolhida pela equipe que estava elaborando o Catálogo Resistência em Arquivo, instrumento de pesquisa que tem auxiliado na divulgação do Acervo da Comissão Especial de Indenização. Esse foi o primeiro contato que tive com um conjunto documental custodiado pelo Arquivo. O acervo já estava organizado, avaliado, classificado, descrito e indexado no Sistema de Administração de Acervos Públicos (AAP), e passava, naquele momento, por um processo de descrição mais minuciosa que atendesse e qualificasse o atendimento ao pesquisador e que divulgasse a documentação. No final de 2014, foi recolhido ao APERS o Acervo da Comissão Estadual da Verdade cujos documentos, na perspectiva do conteúdo, são semelhantes àqueles que havia trabalhado em 2013. Acho que esse foi o motivo principal pelo

qual fui demandada para compor a equipe de organização desse acervo. E percebi, já no início da organização, que o conhecimento sobre o contexto e sobre o processo de elaboração da documentação, bem como sobre o conteúdo registrado nela, foram de importância ímpar para a qualidade do trabalho que realizamos no conjunto documental. Acho que esse conhecimento foi minha maior contribuição e acredito que ele tenha auxiliado nas fases que foram desde o mapeamento, passando pela classificação e avaliação, pela decisão dos critérios para organização da documentação (dossiês e documentos individuais), até a fase de descrição. Também elaboramos um Catálogo para auxiliar na pesquisa ao acervo, indexamos as informações de cada documento e as imagens no AAP (Administração de Acervos Públicos), um dos instrumentos de busca do APERS. Diferentemente da primeira experiência com o Acervo da Comissão Especial de Indenização, o trabalho desenvolvido com o Acervo da Comissão Estadual da Verdade me permitiu entrar em contato com todas as fases da organização de um acervo, uma atividade repleta de novos aprendizados e do desenvolvimento de competências que não possuía antes desse trabalho...

A partir de sua experiência no Arquivo Público do RS, qual perfil acredita que o historiador que atua na área de arquivos deve ter?

Mais que um perfil definido, penso que um historiador que atua em arquivos tem de ter é disponibilidade para aprender. Aponto isso, porque exceto aquela “capacidade de historicizar”, que mencionei acima, pouco estamos preparados para o trabalho em um arquivo ao sair dos cursos de graduação (quantos de nós sabemos o que é um Plano de Classificação ou uma Tabela de Temporalidade de Documentos?). Acho que os currículos apontam para mudanças, mas ainda estão centrados na formação de professores e de pesquisadores que produzem um tipo específico de

conhecimento, o conhecimento acadêmico. Embora nossas atividades encontrem pontos de intersecção com o ensino e com a pesquisa acadêmica, não são elas que caracterizam nossas principais atribuições. As atividades pedagógicas e de pesquisa que realizamos nos arquivos são qualitativamente diferentes daquelas desenvolvidas por professores nas salas de aula ou por pesquisadores na Academia. Os tempos de produção de conhecimento e de execução de tarefas também são outros. Temos que dialogar com uma série de conhecimentos que vão desde os arquivísticos, de comunicação, até os da Filosofia do Direito. O público de um arquivo, para quem produzimos conhecimento, é muito diverso - poder ser o burocrata, um turista, um aluno de um curso profissionalizante ou do 6º anos do ensino fundamental, ou ainda um pós-doutorando em História. Talvez estejamos falando um pouco daquilo que a História Pública tem discutido teoricamente nos últimos anos. Dessa forma, pelas lacunas existentes na formação inicial (que nunca terá condições de contemplar tudo), acredito que a característica necessária seja a disponibilidade para aprender e para dialogar, numa perspectiva interdisciplinar, com os outros profissionais e com as experiências desenvolvidas nas mais diferentes instituições de memória.

Enquanto historiadora, você pode comentar alguma situação inusitada ou maior desafio vivenciado?

O maior desafio foi (está sendo) me resignificar profissionalmente neste outro espaço de atuação, um arquivo, que era improvável para a acadêmica que mirava na sala de aula seu futuro local de trabalho.

Para que conheçamos um pouquinho mais sobre você, nas horas vagas quais são suas atividades preferidas de lazer?

Gosto de estar na companhia da família, dos amigos, da Capitú e da Negrinha, as cachorras da família.⁷⁷ Nos últimos tempos tenho vivido uma fase colorada das fortes. Acompanho todos os jogos do Internacional pelo radinho, pela televisão ou no Beira-Rio. Assisto filmes e séries com meus sobrinhos (amo ir ao cinema) e novela com a minha mãe. Com os cachorros, gosto mesmo é de ficar de frescura – correr no pátio, deitar no chão, ficar de barriga para cima. Os amigos são aquela companhia indispensável para os happy hours tão necessários à saúde psíquica da gente. Costumo também frequentar lugares com música ao vivo – como viver sem música? E quando sozinha, ioga e literatura.

Em alusão ao Dia do Historiador, 19 de agosto, deixe uma mensagem à classe!

Porque desnaturalizamos as relações e porque questionamos o que parecia óbvio, nas mais diferentes esferas de atuação, nós somos parte daqueles que incomodam e que desacomodam. Que incomodam e desacomodam nas ruas, nas escolas, nas universidades, nos arquivos e nos churrascos de domingo. Que assim seja, que hoje em 2019 seja mais e que a gente possa ser feliz com isso!!!

⁷⁷ Quando da entrevista original além da Capitú e da Negrinha, tínhamos o Baixinho, um cachorrinho (bem pequeno mesmo) que adotamos já velhinho. Nos deixou no início de 2018. Ficaram muitas saudades.

Patrícia Bosenbecker é bacharel em História [FURG/2006], mestra em História [UFRGS/2011;]⁷⁸ e doutora em Sociologia [UFRGS/2017],⁷⁹ com doutorado sanduíche realizado na Alemanha, na Ruhr-Universität Bochum. Atualmente, é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos [UFSCar] e bolsista FAPESP. Tem atuação no campo de sociologia histórica, com ênfase na área das migrações internacionais, e tem experiência em pesquisas sobre imigração alemã e sobre colonização privada no Brasil. Desenvolve atividades de pesquisa documental, especialmente referente ao século XIX e início do XX, incluindo pesquisas no âmbito da genealogia. Sua entrevista foi realizada em fevereiro de 2013 e atualizada pela entrevistada em outubro de 2019. Seu currículo na plataforma Lattes pode ser acessado através do link: <<http://lattes.cnpq.br/9872024376579917>>.⁸⁰

⁷⁸ BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/37811>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

⁷⁹ BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159175>> Acesso em: 13 jan. 2020. Acesso em: 13 jan. 2020.

⁸⁰ Acesso em: 14 jan. 2020.

[2013] Patrícia, você poderia comentar um pouco sobre o trabalho que vem desenvolvendo atualmente?

Sim. Trabalho com imigração, mais especificamente imigração alemã na Região Sul do Estado, que é uma área com muitas possibilidades de pesquisa para os estudiosos da imigração. Trabalho com inventários, com mapeamento de casais imigrantes, e com os primeiros anos da colônia São Lourenço. É uma área considerada periférica nos estudos de imigração no Rio Grande do Sul e apresenta uma configuração muito diversa em comparação com a outra parte do Estado. Quando fiz meu mestrado, havia poucos trabalhos desenvolvidos sobre essa temática, o que significou também que a metodologia de pesquisa deveria ser diferenciada, no sentido de possuir outra forma de sistematização. Teve dias aqui no APERS que eu naveguei pelas caixas livremente, buscando pistas, me sentia montando um quebra-cabeças. Também fui bolsista e meu trabalho era fazer um levantamento sobre os escravos da metade Sul do Estado, com uma metodologia que vou chamar de mais sistemática, como, por exemplo, na utilização de uma pesquisa serial em processos de determinada comarca, em determinado período. Ou seja, eram duas temáticas completamente diferentes, mas que me oportunizaram conhecer bastante sobre a Região Sul do Estado do século XIX. Basicamente trabalho com isso, em especial com processos de inventários e processos criminais envolvendo estas duas linhas. Essas duas pesquisas que parecem tão diferentes, me ensinaram muito sobre o diálogo entre as temáticas, sobre os entrecruzamentos de dados e sobre o meu próprio campo de pesquisa.

[2013] Como se deu a sua aproximação com esse tema?

Acho que tudo começou com minha primeira anotação, ainda adolescente, da história da minha família. Sentei junto a minha avó e ela ditou tudo que

lembrava e tinha capacidade de fornecer como informação. A partir daí comecei a pesquisar sobre a família, não havia nada, nenhuma informação, foto ou qualquer coisa e essa pesquisa começou a crescer... Até que cheguei aos casais de imigrantes que aportaram na Colônia São Lourenço, de onde sou natural. Quando cheguei nesses imigrantes, pronto! Sabia o que queria para minha vida! Queria ser historiadora para estudar imigração! Entrei para a faculdade e isso começou a ganhar um peso, passei a trabalhar com acervos... Lembro que o primeiro acervo em que pesquisei foi o da Biblioteca Rio-Grandense, que tem uma massa documental bem valiosa. Desenvolvi meus primeiros trabalhos nessa temática e vim para Porto Alegre para ampliar as pesquisas. São Lourenço é uma região de muitas estâncias e sempre fui fascinada por esse contraponto, a estância ao lado de uma colônia alemã. Aqui tive a oportunidade de virar bolsista, trabalhando com processos que envolviam escravos, fazendeiros... Foi muito interessante porque meu trabalho foi ligado a isso, a relação entre esses primeiros colonos imigrantes e esse sistema já montado. A pesquisa sobre escravidão foi importante para o meu crescimento profissional, mas a questão da imigração é algo que me impulsiona a trabalhar na História. Comecei fazendo a genealogia da minha família, fiquei muito curiosa com os casais e filhos que se perderam, pois se tem pouca informação sobre eles. Consegui listas de imigração, fui formando os casais e famílias... Hoje busco mais informações acerca da condição de vida que tiveram, como se relacionaram naquele ambiente, mas quando tenho um tempinho continuo ampliando a pesquisa sobre a família, tanto que até hoje mantenho um blog⁸¹ com dados de pesquisa sobre a minha família e outras de São Lourenço. Muitas pessoas me procuraram nas redes sociais ou no meu e-mail para falar sobre as histórias de família, mas também para buscar

⁸¹ <<https://familiasdosul.blogspot.com/2011/07/familia-bosenbecker.html>> Acesso em: 13 jan. 2020.

informações, especialmente, sobre fontes. É difícil, por muitas razões, pesquisar famílias naquela região, há uma ausência de acervos, dificuldades de acesso, distâncias entre os lugares e distribuição das informações em diferentes cidades. Eu tento ajudar sempre que possível.

[2013] Qual a importância do acervo do APERS para sua atuação enquanto pesquisadora?

Fundamental! Aqui você tem acesso a documentos de todo o Estado, das mais variadas localidades. Não trabalha apenas com aquela pessoa que em geral produziu mais documentos, que são os grandes fazendeiros ou militares, por exemplo. Tem acesso a documentos produzidos com informações sobre muitas famílias. Trabalho com colonos, pessoas que em geral tinham um lote de terra e algumas delas eram analfabetas, então não deixaram muitos documentos. Quando você encontra um inventário deles é fantástico, porque tem as mais variadas informações possíveis! Em alguns você encontra informações que nem esperava, como referência parentes na Alemanha ou de outros países, algumas cartas, por exemplo. Claro, quando você vem no arquivo, você sabe que há certo tipo de informações num inventário, outros tantos dados numa habilitação de casamento, mas você precisa estar aberto ou aberta para aquilo que o arquivo pode oferecer, quer dizer, eu já achei coisas muito inesperadas dentro de processos. O melhor exemplo foi toda a história da primeira comunidade católica da colônia que pesquisei no interior de um processo de força nova e, com esse processo, vi toda a história de irregularidades fundiárias, disputas políticas internas na colônia, disputas entre elites, abandono do Estado aos problemas coloniais, etc. Este acervo é fundamental para o trabalho do pesquisador que gosta de fontes primárias. Quem quer trabalhar com fontes precisa visitar, mesmo não sendo de Porto Alegre, o que é uma dificuldade. O que leva a outra questão que é o fato deste ser um grande e

diverso acervo, público, que propicia o contato direto do pesquisador com a fonte, que possibilita que o pesquisador providencie cópias do material. Essa não é a realidade do interior do Estado, onde há dificuldades de acesso, cobranças, impossibilidades de fazer cópias, entre outros tantos problemas. Isso também envolve a valorização do nosso patrimônio histórico e acho que o APERS tem um importante papel nisso, basta nos lembrarmos do abandono, dos descartes inadequados, da falta de conservação e de todo um escopo de problemas que encontramos nos acervos e arquivos do interior.

[2013] Você participou da Mostra de Pesquisa do APERS, a qual valoriza o uso das fontes primárias. Enquanto pesquisadora, como avalia a importância da participação de pesquisadores em eventos como a Mostra?

Acho essenciais esses eventos. Primeiro pelo intercâmbio entre os trabalhos, um pesquisador colabora com o outro, apresenta um arquivo que ele desconhecia ou acervo que não estava acostumado a trabalhar... O intercâmbio é para mim o mais importante, depois a oportunidade de divulgar o trabalho. Muitas vezes, assistindo à apresentação de alguém, é possível obter informações que temos interesse e não sabemos muito sobre. Para alunos que estão começando a pesquisar, é interessante participar para saber a quem procurar no caso de troca de informações, é um campo fundamental. Na maior parte das vezes você fica só produzindo artigos, são raros os eventos que você pode falar com outros pesquisadores... Gostaria que tivesse mais possibilidades desses diálogos.

[2013] Qual a sua dica para os pesquisadores que estão começando agora a lidar com fontes primárias?

São duas. A primeira é paciência, seja para o pesquisador que está fazendo a genealogia ou pesquisando sobre as terras do avô ou um tio que morreu na guerra ou aquele pesquisador acadêmico, que é bolsista e vem para o Arquivo fazer um trabalho bem específico. É preciso ter paciência! A letra, a grafia dos processos é diferente do que ele está habituado a ver, então leva um tempo para conseguir pegar prática na leitura. É um trabalho demorado. Depois tem que se habituar à documentação, como manusear, entender como funcionava a administração dos sistemas... Comarca, fundo, subfundo, município, distrito... Às vezes não há uma boa noção disso, então é preciso estudar. Realmente é demorado, e junto com a paciência vem a persistência. A segunda dica é organização! Para o pesquisador da faculdade, o estudante em geral, o orientador já explica como é, mostra que tipos de recursos utilizar para organizar o material, como vai organizar o banco de dados, o que não pode esquecer de anotar, como página, número do processo... Mas quem está iniciando a pesquisa sobre a família ou veio apenas olhar algumas coisas, muitas vezes não consegue ter essa percepção quando está na sala de pesquisa. Ele quer fazer tudo hoje e, às vezes, não funciona assim. É importante pensar desde a primeira nota o que precisa... A página, o número do processo, da caixa/maço onde está a informação... Depois, claro, vai se dar conta que tem informação desnecessária e outra importante que esqueceu de anotar... É preciso cuidar esse quesito, o da organização do material. São essas as duas coisas para começar: paciência e organização.

[2013] Nas suas horas vagas, quando não estás pesquisando, quais são suas atividades preferidas de lazer?

Depende! Se ficar na cidade, gosto muito de filmes, então provavelmente esta vai ser a primeira atividade da lista. Também se tiver um cantinho com um pouco mais de silêncio, vou procurar alguma coisa de literatura clássica,

autores do século XIX. Lembro que no colégio não lia muito, e depois fui ficando com essa vontade. Acho bem legal, é um exercício de paciência. Mas se tiver condições vou para o campo, onde minha família mora, na zona rural de São Lourenço, equilibrar minhas energias com a natureza. É o que vai me deixar de bateria carregada, pelo menos uma vez por mês, se eu consigo está ótimo!

[2019] *Quais têm sido suas atividades desde 2013?*

Eu continuo fazendo pesquisas, ainda tenho meu blog e pesquiso na área de genealogia, continuo com minha formação acadêmica... Acho que escrevo mais agora do que antes. Mas muito aconteceu desde então. Em 2013, eu estava começando o doutorado. E cursar o doutorado foi uma experiência incrível. Além de provocar muitas reflexões, além de incentivar muitas mudanças, além de conhecer pessoas interessantes e fazer amigos para sempre, cursar o doutorado me proporcionou viajar, e, naturalmente, fazer pesquisas em lugares que eu jamais imaginei que pudesse conhecer; proporcionou me conhecer melhor, entender melhor a minha própria história; mas acredito também que me proporcionou uma forma diferente de me posicionar no mundo, de escolher as lutas que se vai lutar. Eu venho de uma família de colonos, meus bisavôs eram pequenos agricultores, meus avós também eram, meus pais foram trabalhadores rurais e hoje estão aposentados. Eu sou a caçula, pude estudar. Isso não significa que não existissem dificuldades. Minha primeira bolsa de estudos foi no doutorado. E com isso vem grande responsabilidade. Queria eu, que nós estudantes do interior pudéssemos ter esses auxílios, diminuindo as dificuldades. É preciso entender que isso vem de uma política pública, que tem objetivos de formar gerações, de dar mais oportunidades para as pessoas. Você, de forma individual, não abre portas que não existem, você naturalmente precisa de persistência e dedicação, mas é preciso existir uma porta. Educação é o

caminho mais importante na minha visão, então, eu hoje continuo o meu caminho, não só como professora, mas também aperfeiçoando a minha formação, continuando o meu trabalho, e isto passa pela preservação da documentação, dos acervos, pelo compartilhamento de conhecimento. São bandeiras mais que necessárias nos tempos de hoje.

Paulo Roberto Staudt Moreira é professor de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq. Graduou-se em História na Unisinos em 1989, e defendeu mestrado e doutorado na UFRGS em 1993 e 2001, respectivamente. É autor de diversos livros e artigos científicos. Dentre eles, destacam-se sua tese de doutorado,⁸² a dissertação de mestrado,⁸³ além de diversos outros trabalhos.⁸⁴ Por seu papel na historiografia do Rio Grande do Sul e pelo destaque na pesquisa no Arquivo Público, decidiu-se por realizar com Paulo Moreira uma entrevista mais extensa, publicada em julho e agosto de 2019. Seu *curriculum vitae* na plataforma Lattes pode ser acessado no link: <<http://lattes.cnpq.br/7416066730700319>>.⁸⁵

⁸² MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem*. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST, 2003.

⁸³ MOREIRA, Paulo R. S. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX)*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2019.

⁸⁴ Ver, por exemplo, MOREIRA, Paulo R. S.; BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam; FERNANDES, Mariana B; FUJIMOTO, Nina S.; MÜLLER, Cíntia B.; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de A. *Comunidade Negra do Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004; MOREIRA, Paulo R. S.; TASSONI, Tatiane. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007; MOREIRA, Paulo R. S.; MÜGGE, Miquéias. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

⁸⁵ Acesso em: 14 jan. 2020.

Paulo, como você vê sua inserção no campo da história da escravidão e do pós-Abolição?

Como eu vejo? Eu acho que são temas que de certa forma grudaram em mim, assim, meio sem eu ter pensado muito a respeito, pelo menos não no início. Eu comecei a pesquisar sobre isso ainda na graduação, foi lá no século passado, na década de 1980, na época que eu fazia ainda a graduação na Unisinos e aí eu tinha aulas com a professora Helga Piccolo. A Helga na época dava aula na UFRGS e na Unisinos, e aí eu me apaixonei pelas aulas dela, pelas aulas expositivas dela. E, também, hoje em dia a gente naturalizou muito essa coisa de professor pesquisador. Mas durante a minha graduação não era, assim, “normal” que os professores fossem pesquisadores, principalmente pesquisadores de frequência a arquivo. A gente não tinha muito... Não era tão frequente que os professores levassem para sala de aula a experiência de ter frequentado o arquivo ou qualquer coisa assim. Aí então as aulas da Helga tinham muito esse sentido, ela era uma professora que não só gostava muito de história do Brasil, como ela frequentava arquivo. Se a gente pegar a produção da Helga e comparar com produções que vieram depois, com o boom da pós-graduação, a gente até acha que a Helga não era, assim, uma frequentadora tão assídua de arquivos como a gente vai ter depois uma certa geração bem mais empirista. Mas a Helga, ela já trazia isto, essa coisa do prazer de frequentar arquivo, de viajar para frequentar o Arquivo Nacional, de conhecer os arquivos, de falar do Arquivo Público, de falar do Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul], e então ela passava isso muito. E eu me lembro que a Helga fez uma disciplina uma vez na graduação e ela pediu que essa disciplina tivesse documentos, que ela fosse alicerçada em fontes primárias. Aí então pela primeira vez eu entrei em um arquivo, que foi o Hipólito da Costa para pesquisar jornais. E aí comecei a pesquisar jornais, fiz esse trabalho com a

Helga e já aí, é interessante, que eu já comecei a pesquisar escravidão. E eu acho que eu comecei a pesquisar escravidão e me inseri nesse campo, primeiro da escravidão e o pós-Abolição veio depois. E eu me inseri porque é... Primeiro que, durante as aulas da Helga, a Helga falava muito de que o campo historiográfico da escravidão no Rio Grande do Sul ainda era muito... Era um vazio historiográfico, digamos assim, e você tinha pouquíssima gente investindo nisso ou que já tinha investido. E ela estava absolutamente certa. Se a gente pegar aquela época, estou falando da década de 1980 do século passado... Você tem lá o Dante de Laytano na década de 1930,⁸⁶ aí depois você tem o Fernando Henrique Cardoso no final da de 1950 e início de 1960,⁸⁷ e aí depois você tem os trabalhos do [Mário] Maestri⁸⁸ dentro de um campo mais acadêmico e ainda era muito pouco, assim, pesquisa realmente de arquivo e tal. E por outro lado, eu acho que a Helga também, ela estava se preparando para um certo “vão” que foi para mim muito importante, de que estava se aproximando a comemoração de cem anos da abolição, 1988. E a Helga então organizou, saiu da sua área de conforto e ela organizou um projeto de pesquisa, entre vários no país todo que estavam acontecendo, que era de... Na época se falava muito da transição da mão de obra escravizada para mão de obra livre e a Helga pensou em fazer isso com um projeto de pesquisa que pensava quatro *loci* regionais, ela pensava Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e São Leopoldo, são as quatro cidades que ela elegeu. Porto Alegre porque era a capital administrativa, de uma população escravizada bem grande; Rio Grande por ser o nosso porto atlântico, então também tinha uma população grande escravizada e

⁸⁶ LAYTANO, Dante. O negro no Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS GAÚCHOS, 1., 1957, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Champagnat, 1958.

⁸⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.

⁸⁸ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST / EdUCS, 1984.

também um lastro de africanidade bem grande; Pelotas por ser charqueada e ter uma proporção demográfica até de mais população escravizada do que livre em vários momentos; e São Leopoldo talvez tenha sido uma das melhores sacadas da Helga, porque como a Helga ela vem... Na verdade ela trabalhava... Ela era conhecida por estudos de história política do império e por história de imigração alemã. Ela tinha se tocado de que esse vazio historiográfico no Rio Grande do Sul sobre escravidão no geral era, na verdade, em áreas de imigração europeia, maior ainda. Eu acho que a Helga foi a primeira pessoa talvez que tenha começado a pesquisar os inventários aqui do Arquivo Público, os inventários post-mortem de São Leopoldo, e viu presença escravizada. Ela não aprofundou muito isso, ela fez esse projeto, produziu um Caderno de História na UFRGS,⁸⁹ alguma coisa nesse sentido, mas ela, pelo menos, fez esse projeto e foi quando eu me inseri como bolsista. Então por um lado, eu acho que fui incentivado por esse projeto da Helga, pela comemoração do centenário de 1988, e também por esse vazio historiográfico que tinha sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, então me pareceu que era uma boa. E politicamente, eu acho que me... Também não dá para a gente esquecer que me constituí um pouco como historiador, como pesquisador, no período de redemocratização, então a gente estava vivendo um momento de emergência de uma série de discussões, estávamos vivendo um momento de pressão de movimentos sociais, de movimento negro e você tinha uma pressão para que as universidades se voltassem para isso e, discutindo isso, discutisse o racismo atual. Aí então, eu acho que comecei a entrar dentro dessa nessa onda, de trabalhar escravidão. Aí que eu me constituí, eu acho, um pouco como historiador da escravidão e um pesquisador de arquivo. Eu me identifico muito com esse perfil, assim, eu sou um cara muito empírico. Para mim a frequência em

⁸⁹ PICCOLO, Helga Iracema Landragf. A resistência escrava no Rio Grande do Sul. *Cadernos de estudo*, Porto Alegre, n 6., 1992.

arquivo, frequência aqui no Arquivo Público, para mim tem um sentido profissional, eu sou um pesquisador profissional, me sinto assim, profissional. Tem um sentido político: eu acho que frequentar arquivo, fazer pesquisas históricas de temas, que são esses que a gente pesquisa, escravidão, pós-Abolição, história da presença negra e da própria constituição do racismo e essas coisas todas, eu acho que tem um sentido também político que eu não consigo retirar. E, para mim, pela coisa lúdica, pesquisar em arquivo é lúdico, arquivo é o “lugar nenhum”, onde eu fico e me desligo das políticas acadêmicas, dos papos de corredor, “facebook” da vida e consigo voltar para o século XIX e início do XX. Então, para mim, tem isso: para mim, frequentar arquivo e ser um pesquisador de arquivo tem o lado profissional, político e lúdico, então não tem como desvirtuar. Acho que não respondi nada, assim, né? [risos].

Respondeu várias coisas, eu inclusive vou mudar um pouquinho a ordem das perguntas... Na apresentação aos “Os cativos e os homens de bem”, a Sandra Pesavento, que foi a sua orientadora, faz a brincadeira de que você “atravessa o espelho” e quando você desaparece, vai para o século XIX. Então, o que a gente queria perguntar é: se essa metáfora faz sentido para você e se o arquivo tem esse sabor, que a Arlette Farge fala?

Para mim tem todo o sentido. Para mim, quando eu li o livro da Arlette Farge,⁹⁰ eu digo: “Bá, eu gostaria muito de sentar e tomar um vinho com ela ou um café e falar da experiência de arquivo”. Para mim, a frequência no arquivo é uma experiência de prazer, de sentidos mesmo. Os meus sentidos são alertados quando eu entro num arquivo, eu gosto do prazer, assim, de sentar na mesa e tal. Tanto que é uma coisa interessante isso, quando eu comecei a pesquisar aqui no Arquivo Público, os arquivos em geral, mas, pensando no Arquivo Público e minha experiência aqui, a gente... É

⁹⁰ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2009.

interessante explicar isso para os alunos hoje em dia, que não tinha computador, não tinha máquina digital, então eram muitas horas “bunda-trabalho”. A gente se apegava em copiar, a gente era escriba. A gente lê o “Nome da Rosa”⁹¹ e a gente se identificava com aqueles caras fazendo iluminuras, não dos documentos em si, mas copiando os documentos. Eu não quero parecer um velho nostálgico, mas eu acho que isso, de certa forma, a gente perdeu. É o ônus e o bônus da tecnologia na pesquisa. Bom, eu não vou querer dizer que fotografia, máquina fotográfica digital, não é uma maravilha, não vou querer dizer que o computador não é um troço fantástico, mas quando eu comecei a pesquisar aqui no Arquivo Público e a sala de pesquisa era lá no fundo, eu adorava quando eu chegava na sala de pesquisa, adorava que a mesinha onde eu sentava estava sempre desocupada, era uma mesa que dava para o pátio com aquelas janelas grandes e dava para ficar olhando para o pátio. Como não tinha máquina digital, não tinha computador, a gente ficava mais tempo aqui. Então, às vezes, eu fico pensando que esse é um espaço de sociabilidade que a gente acabou perdendo. Porque eu me lembro, por exemplo, na década de 1980, quando eu entrei no mestrado, um pouquinho antes até, quando eu comecei a frequentar aqui o Arquivo Público, eu frequentava a sala de pesquisa e tinha o Roger Kittleson, que é um norte-americano e pesquisava populares aqui, tinha a Sílvia [Maria Fávero] Arend, que pesquisava famílias populares, tinha a Rita [de Cássia Krieger] Gattiboni trabalhando escravidão em Rio Grande e tinha o Jorge Euzébio Assunção que pesquisava também escravidão em Pelotas. O Jorge e a Rita eram orientandos do Maestri na PUC, a Sílvia era orientada pela Sandra Pesavento no mestrado da UFRGS, era minha colega de mestrado, e o Roger veio dos Estados Unidos para pesquisar o Rio Grande do Sul e os populares. E era muito legal essa coisa do entrosamento, a gente trocar experiência do sabor do documento e na

⁹¹ ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

apreciação de cada um sobre os documentos. Isso é uma coisa que a gente não tem [mais] muito. Porque a frequência no arquivo é muito mais rápida, a gente vem aqui, fotografa o documento. Então, acho que a gente perdeu um pouco disso. Eu gosto ainda de sentar na sala de pesquisa e fazer o fichamento e às vezes acham, dizem que eu sou muito burro por fazer isso, mas eu digo assim: eu tenho muita coisa para fazer fora daqui e se eu tirar foto e tiver que trabalhar com essas fotos em casa, fazer o fichamento em casa às vezes demora muito. Então, acabo fazendo isso aqui. Então, eu acho que o arquivo como espaço de sociabilidade, principalmente para a minha geração, que era uma geração que ficava manhã e tarde, a gente almoçava juntos aqui no centro, então, a gente ficava trocando um pouco isso. E era legal, porque se a gente pensar direito, assim, eram escolas diferentes de apreciação dos documentos, e quando eu digo de apreciação do documento eram também de escolas historiográficas diferentes. A gente tinha o Roger Kittelson e Sílvia, – a Silvinha, que hoje é professora em Santa Catarina – que trabalhavam mais na onda de uma renovação historiográfica, trabalhar populares e tal. Porque essa é uma época que a UNICAMP já estava, não só nos servindo com os trabalhos do [Sidney] Chalhoub⁹² e da Sílvia Lara,⁹³ como em função da redemocratização, a gente estava tendo acesso aos neomarxistas ingleses, então a gente estava lendo Thompson,⁹⁴ a gente estava relendo Hobsbawm,⁹⁵ a gente estava pensando nessa coisa da experiência social e isso faz com que a gente olhe as fontes de forma

⁹² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁹³ LARA, Sílvia H. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988.

⁹⁵ HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*. Barcelona: Ariel, 1983. HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

diferenciada. Então eu sinto muito esse prazer, esse sabor de frequentar arquivo, eu tenho um gosto muito grande de sentar, usufruir, de curtir o documento, de pensar o documento, esse gosto do arquivo, para mim, ele é fantástico. Essa coisa da Sandra é pouco uma puxada de orelha, assim, porque ela achava que às vezes eu não dava muita atenção para ela, quando ela me mandava os recados, mas ela sabia também que se eu não estava ali, eu estava dentro de arquivo. É um lugar que eu me sinto muito bem, me sinto muito seguro e quando eu digo “lugar nenhum” é como se... É um momento mesmo que parece de interrupção da correria, de interrupção de tempo, é meio maluco dizer isso, eu sei, mas é uma coisa que eu sinto bem. O arquivo parece que é um pouco... Acho que é meio lugar-comum dizer que é uma máquina do tempo, mas é um hiato no tempo, é uma percepção minha que tenho, assim, de que o tempo passa mais lento - talvez seja isso. Às vezes, a gente está tão na correria de relatórios, da superprodução acadêmica que a gente está envolvido, das orientações, das aulas, que é muito legal se dar esse tempo. O que também é uma coisa, para mim, é... Às vezes as pessoas dizem “Como você consegue ir para arquivo?”; mas é um prazer que eu me dou indo para arquivo, eu tenho prazer de ir para arquivo. Porque, para mim, arquivo, também a documentação que eu acesso, ela é acesso a experiências humanas do passado. Eu sou de uma geração que humanizou essas experiências, que olhou esses documentos de uma forma que não era só de, sei lá... Acho que a gente vinha de uma história muito rígida em termos de comportamento humano e isso marca muito a historiografia. Quando a gente pensa o próprio [Mário] Maestri, que foi muito importante, que é muito importante historiograficamente, se pensa muito, talvez, de uma forma muito fechada, muito monolítica a própria experiência humana. Então, eu acho que a minha geração, ela se permitiu humanizar os personagens que a gente encontra na documentação privada e na documentação pública, e com isso

eu acho que se tornou mais interessante acessar os documentos. A gente não está procurando essa heroicização mais absoluta. A gente não está mais tão interessado em pegar heróis absolutos. As próprias fraquezas que a gente encontra, como o pessoal diz, muitas vezes os nossos personagens agem pelo estoco, eles estão agindo pela necessidade e isso, eu acho que essa fluidez no comportamento, nos permite olhar com muito mais sabor o documento, curtir muito melhor o documento, entender muito melhor os nossos personagens, isso dá uma sensibilidade com relação ao arquivo, que eu acho muito legal. E nesses momentos, assim, que a gente tinha de troca, eu, o Roger, o Euzébio, a Rita, a Silvinha, era muito interessante que cada um via diferente os documentos e trocávamos muito, e isso tudo foi muito bacana. Também uma outra coisa que deve ser destacada, que é geracional, é de que nesse momento na década de 1980, existe, talvez, um documento que esteja sendo salientado como foco principal, onde a gente pode encontrar essa experiência humana na história, que são os processos criminais, os documentos judiciários. O Arquivo Público conservou aqui para a gente. Então, esses pesquisadores todos, é interessante que cada um deles, com a temática diferente, eles estavam indo para uma mesma fonte e estavam encontrando nessa fonte não uma fonte monolítica, porque o documento judiciário não é isso, o documento judiciário ele é quase um dossiê, ele é um dossiê, ele é um conjunto de várias fontes que estão ali juntos, vários documentos que são costurados juntos e no final se coloca uma capinha. Então, essa coisa de acessar essa realidade histórica e essa experiência humana através dos processos-crime, eu acho que marcou muito essa minha geração, o que eu acho que é muito uma geração marcada pela UNICAMP; de novo Sílvia Lara, [Sidney] Chalhoub ou mesmo o João José Reis⁹⁶ e outros caras que estavam pesquisando por aí e estavam

⁹⁶ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociações e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. REIS, João José.

tentando entender um pouco essa experiência humana através dos processos judiciais. E eu continuo, é uma coisa que eu não perdi ainda, o prazer de frequentar arquivo, por mim eu continuo com o maior prazer de frequentar arquivo, adoro sentar e vasculhar. Tenho encontrado experiência humana em outras fontes, obviamente. Você pode pesquisar um inventário post-mortem, um testamento, uma fonte policial ou alguma coisa nesse sentido, que é muito do olhar que você vai dar para essa fonte, mas o prazer eu continuo sentindo do mesmo jeito. Isso para mim é muito bom, acho que isso mantém o tesão que tenho ainda pela pesquisa, porque eu estou sempre inventando coisa nova para pesquisar e eu acho que se tem uma coisa que eu transmito bem é essa paixão pela pesquisa. Quando eu começo a falar as pessoas sentem e veem assim, que para mim é profissão, é político, mas é lúdico também. Para mim, isso tudo está lincado e é indissociável.

Uma coisa que chama atenção no seu trabalho, justamente é isso, a variedade de temas que despertam seu interesse, é saúde, é infância, é escravidão em áreas de colonização alemã... Então, queria pedir para você falar um pouco sobre qual é a fonte de tanta curiosidade intelectual.

Eu acho que é uma crítica... Acho que tudo isso navega um pouco numa certa crítica política bem contemporânea, né? Acho que as minhas insatisfações políticas contemporâneas acabam condicionando também a minha visão do passado. E nesse sentido, eu acho que sou um grande privilegiado, num certo sentido. Quando eu trabalhava em arquivo – eu trabalhei 22 anos em arquivo [Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul] – isso também me dava contato com gerações sempre novas de historiadores, e eu estou ligado há dezessete anos a um programa de pós-graduação,

Rebelião escrava no Brasil: história do levante dos malês em 1835. ed. ver. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

durante um período político em que os programas de pós graduação cresceram, então, eu vi esse crescimento e essa estruturação dos programas de pós-graduação. Eu sou, eu fui cria disso como aluno, fiz mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e depois retornei professor de um programa de pós-graduação, durante dezessete anos. Então, essa questão da orientação, ela também mantém você atualizado e rejuvenesce você, porque são gerações que vão chegando e que vão, e digo isso com maior a tranquilidade, mais do que você chegar e bancar o orientador e ter resposta para tudo, mas, na verdade, você se atualiza com as orientações. Porque os caras trazem novas demandas. Agora, por exemplo, eu tenho orientado muitas historiadoras ligadas a gênero, historiadoras feministas e tal, e isso tem me obrigado a atualizar, me obrigado a ler historiografias que não estava... Eu sou obrigado a sair da minha zona de conforto. É um “problema” porque você tem que estar toda hora se sentindo um pouco desconfortável, mas, por outro lado, você se atualiza e você se sente sempre provocado. Então, eu acho que nunca me senti num certo fim de carreira historiográfico, porque parece que sempre novas temáticas têm me provocado e eu acho que muito por essas duas coisas, uma questão de orientação, que eu tenho que me atualizar e outra por questões contemporâneas. Por exemplo, os trabalhos que fiz com a presença negra em São Leopoldo, isso para mim foi, como professor de universidade localizada no Vale dos Sinos, em São Leopoldo, eu percebia isso. Ou seja, é uma região marcada pela imigração alemã, pela imigração europeia... Um local que você tem um clube negro, você tem o clube negro em São Leopoldo, tem o Cruzeirinho em Novo Hamburgo, que pertencia a São Leopoldo, você tem uma presença negra muito grande, desde os tempos da própria instalação da colônia alemã, tem a Feitoria do Linho Cânhamo, tem uma presença escravizada, você tem uma presença negra escravizada, mas também livre e forra, muito grande durante todo esse

período. Os trabalhadores dos curtumes daquela região, que vão dar origem à indústria calçadista mais contemporânea, eram basicamente trabalhadores negros, e essa população era praticamente invisibilizada. Então, se a gente tem uma invisibilidade da população, se a gente tinha uma invisibilidade da população negra muito extensa, em alguns locais essa invisibilidade era ainda maior. Então, trabalhar população negra nessa região com um passado escravista, para mim, politicamente, foi muito interessante. Porque esse livro que eu lancei com o Miquéias, que é sobre a presença negra escravizada em São Leopoldo, talvez tenha sido o livro que eu mais apresentei por aí, porque a editora Óikos fez questão de entrar em contato com as prefeituras municipais do Vale dos Sinos. Então a gente saiu dando curso para os professores, palestras e tal, falando disso, falando para os professores que sentiam necessidade disso, eles não tinham muito material para a sala de aula. E eu acho que esses temas todos vão se desdobrando, essa questão da presença escravizada em zonas de imigração foi um pouco essa questão. No início, quando eu fui para o mestrado, eu entrei para trabalhar com escravidão, meu projeto de entrada na UFRGS foi sobre escravidão, mas quando comecei a trabalhar com processos-crime eu comecei a me encantar muito pelos processos-crime, com as experiências populares e eu estava muito thompsoniano, eu nunca deixei de ser thompsoniano, eu sou muito conservador, assim [risos], e aí eu comecei a me encantar muito por essas coisas das experiências populares. Então, o processo-crime me levou muito para isso, porque eu sou muito influenciável, as fontes me levam... É muito aquela coisa da dialética do conhecimento histórico do Thompson, eu não tenho essa de entrar com a caixinha pronta em arquivo, a minha própria dialética do conhecimento, as próprias fontes, elas vão bagunçando o meu esquema e aí, no mestrado, eu acabei trabalhando uma questão mais de populares, que é um troço que eu gostei muito de fazer. Eu mesmo tenho várias críticas ao meu trabalho de

mestrado, mas eu gostei de fazer, me deu muito prazer em trabalhar com isso, de pensar Porto Alegre através de uma perspectiva “de baixo”, pensar essas questões. E aí depois que eu terminei o mestrado, em 1992, o Arquivo teve um concurso público, isso modificou muito as instituições também, porque o último grupo que entrou nas instituições tinha sido na década de 1970, e aí em 1992 nós temos o ingresso de um monte de gente. O Arquivo Público muda muito. E a partir de 1992 que eu entrei no Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul] e aqui nós tivemos vários arquivistas no Arquivo Público, nesse hiato entre mestrado e doutorado eu percebi que a historiografia começou a bombar uma certa fonte que eu não tinha nunca olhado, que eram as cartas de alforria. Eu fiquei muito curioso de pesquisar essas cartas de alforria e aí, sem ter entrado ainda no doutorado e já comprando um computador, eu vinha aqui para o Arquivo quando tinha tempo livre e comecei a fichar as cartas de alforria cartoriais, foi quando eu comecei a preparar o material para aquilo que eu achava que ia ser o meu doutorado. Aquele era um momento que o Arquivo Público estava começando a mudar, porque quando eu pesquisava aqui no Arquivo Público lá atrás, tinha uma senhora que se aposentou, e eu não lembro o nome dela, me lembro que era assim: a gente era atendido por essa senhora, pelo Jorge e pelo Zé Carlos, que eram os caras que nos atendiam ali. E não tinha instrumento de pesquisa, então a gente chegava aqui e tinha uns fichários antigos, mas eram uns fichários que remetiam para os documentos individuais, não para conjuntos documentais. Então me lembro quando eu cheguei aqui e dizia “Eu quero os processos criminais de Porto Alegre de 1850” e a senhora essa que trabalhou aqui, ela dizia para os gurus “Subam aqui, estante tal, eles estão ali” e aí eles traziam um maço e a gente ia... “Bom, então esse aqui é o maço 58 que é de tal ano”, “então eu terminei, me dá o 59”... A gente ia pesquisando desse jeito, então a gente ia pesquisando esse tipo de coisa. Hoje em dia você vê, o Arquivo Público tem

os instrumentos de pesquisa, o grosso do acervo ele está organizado e catalogado, o Arquivo não é um arquivo morto, então a todo momento estão entrando fontes novas e refinando, hoje a gente tem um site onde você pode fazer a pesquisa individual, a gente tem os catálogos maravilhosos. Quando eu comecei então a pesquisar, quando eu saí do mestrado, comecei a pesquisar as cartas de alforria, que era algo que começou a me atirar muito a curiosidade. Aí eu tive outras experiências, não eram só aquelas experiências dos processos judiciais, mas eram outras experiências que remetiam a outras coisas que estavam presentes também nos processos judiciais, mas que nas cartas de alforria eu acho que estavam mais, que eu via mais, que era, por exemplo, a questão familiar, a questão de um escravizado ser alforriado por grana da madrinha, ou por grana da mãe, ou por grana do pai. Então, você percebia um certo esforço coletivo por trás daquilo, um esforço coletivo e político ainda dentro do período da escravidão, então isso me remetia a coisas muito legais. Aí então, as cartas de alforria acabaram me ajudando nesse sentido, assim, que foi quando eu fui para o doutorado e fiz um trabalho sobre a questão das alforrias em Porto Alegre nesse período. E esse trabalho das alforrias acabou crescendo depois, que é o livro que vem depois. Porque eu terminei meu doutorado, defendi meu doutorado, orientado pela Pesavento, meu mestrado foi pela Helga. Aí eu fui para a Pesavento, porque a Sandra estava passando de fase, assim, ela estava saindo do marxismo gramsciano dela, ela estava numa fase que estava namorando os neomarxistas ingleses e ela estava indo para uma nova história cultural, e aí eu meio que fiquei no meio termo do caminho dela; eu fiquei nos neomarxistas, nessa coisa da experiência social, namorei um pouquinho com história cultural, tem gente que fala que eu faço uma história muito sociocultural, que a história cultural acabou me dando uma sensibilidade nesse sentido; o Rodrigo [Weimer] tem a mesma sensibilidade, mas pela via

da antropologia, eu acho, então, para mim, foi um pouco da via da história cultural. E depois de eu ter defendido a tese, eu fui convidado pelo Frei Rovílio, Frei Rovílio Costa, que é meu conhecido já do Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul], o Frei Rovílio me convidou para fazer uma palestra na feira do livro em São Leopoldo, que era justamente para dar uma mexida nessa questão da escravidão e tal. E eu fiz essa palestra e o Frei Rovílio depois me perguntou duas coisas. Ele perguntou: “Vamos publicar sua tese? Eu publico ela em livro pela EST [Escola Superior de Teologia]” e eu digo “Tá, tudo bem”. A gente não tem canais de financiamento de livro, então quando a gente tem condições de colocar na rua... E aí ele disse assim: “E outra coisa, será que a gente não podia ampliar essa sua pesquisa? Será que você não podia pensar essa pesquisa das alforrias de uma forma maior, pensando Porto Alegre, mas pegando um período meio completo das cartas de alforria cartoriais?” Daí foi que a gente começou a fazer esse trabalho. A gente conversou com o pessoal aqui do Arquivo Público, que estava interessado em começar a fazer isso, em pensar essas ideias. Era um projeto que unia EST e Arquivo Público num primeiro momento e foi legal, porque o pessoal do Arquivo Público inclusive nos liberou documentos que estavam fora de acesso, alguns livros de cartório que estavam fora de acesso e tal, para mim e para a Tatiane Tassoni. A gente conseguiu pegar esses livros para fazer o levantamento das cartas de alforria, então a gente pegou do século XVIII até 1888. Isso nos possibilitou fazer, pelo menos de Porto Alegre, depois o Arquivo Público completou esse projeto fazendo as cartas de alforria do interior, e por isso a gente tem os catálogos aqui no Arquivo Público, que são as cartas de alforria do interior, mas não tem catálogo de Porto Alegre, porque esse projeto que a gente fez era para fazer parte desse projeto.

Era, mas não foi?

Eu não sei. Não sei direito como é que foi. Eu sei que deu algum desentendimento e acabou não rolando, assim, acabou a EST lançando o livro das alforrias, meu e da Tati [Tatiane Tassoni], e não ficou fazendo parte dos catálogos, mas no final das contas acho que... Quer dizer, foi uma experiência genial, foi uma experiência muito boa, sei lá, foi uma experiência muito legal de trabalhar com essa fonte que eu não conhecia. E aí depois, bom, depois das cartas de alforria ou meio paralelo com isso teve o Morro Alto, que foi uma experiência que, para mim, me jogou em outras searas que era a questão da história oral, de trabalhar com pessoas vivas, o que para mim até hoje é uma coisa meio dramática de participar de entrevistas e tal, que para mim foi uma experiência genial, é uma coisa que lincou muito. Se eu pensava esse passado escravista dentro de uma perspectiva política de diálogo com a contemporaneidade, trabalhar com o Morro Alto foi me jogar na contemporaneidade, foi me jogar para uma demanda contemporânea viva, lincada de uma forma muito legal na minha vida. Porque isso é de uma reivindicação lá da constituição de 1988, das disposições transitórias, dos direitos que as comunidades quilombolas teriam de reivindicar seus direitos à terra. Para mim, na verdade, linca dois períodos da minha trajetória profissional e de vida, que é eu lá no início da graduação pensando nisso que seria a comemoração da lei Áurea em 1988 e aí depois essa questão toda da Constituição e tal, e depois, já nesse século agora, fazendo essa pesquisa de Morro Alto. Para mim foi, assim, sei lá, trabalhar num grupo interdisciplinar, de trabalhar com gente que é da Geografia, gente que é da Antropologia, de gente que é da História, trabalhar com uma fonte que para mim era completamente desconhecida e que, na verdade, eu não retomei basicamente depois, ou muito pouco, que a questão da história oral. Então, entrar em contato com essas comunidades, perceber a demanda e perceber também como os trabalhos da gente, trabalhos muito isolados, muito distantes, acadêmicos, eles

dialogam com essas reivindicações contemporâneas atuais, de como elas são importantes para isso e como esse passado escravista é recente, é um troço que eu fico apavorado. Eu sempre lembro... Como que é o nome da senhora lá que a gente entrevistou?... A Dona Aurora... A Dona Aurora que, a gente conversando com ela, a gente se deu conta de que ela era filha de um escravo, era filha de um escravizado e ela tinha tido um contato com um cara que tinha sido, que tinha a experiência de ser escravizado, e ela tinha uma experiência de décadas convivendo com esse cara, que era o pai dela! E estava ali, era uma coisa impressionante. Então, isso para mim foi um choque, um choque político. Às vezes a gente sabe as coisas, a gente se conscientiza de que o nosso trabalho tem relevância política contemporânea, mas tem certos momentos que a vida nos joga isso muito na cara, evidencia tudo. Morro Alto foi isso, né? De perceber o link da nossa pesquisa histórica com essas demandas contemporâneas de comunidades ainda atuantes e reivindicando o próprio inventário de Morro Alto, da Rosa, que nunca saiu, que nunca foi concluído, como o pessoal da comunidade dizia, de uma forma meio mítica. Eles diziam assim: “Olha, isso aqui nunca foi demarcado e quando for demarcado o morro vai cair”. Quando a gente encontrou o inventário aqui, o inventário não foi terminado justamente por isso, porque eles teriam que chamar os descendentes, os moradores da senzala, os escravizados que receberam direitos no testamento e os herdeiros resolveram não chamar porque isso comprometeria a própria distribuição da herança. E aí eles justificaram dizendo que eles não tinham encontrado esses herdeiros, que eles tinham se dispersado, e aí no final das contas o inventário não foi terminado. Então, essa experiência para mim foi marcante, foi de ter contato com uma comunidade atuante e reivindicatória, foi muito legal. E isso de certa forma eu acho que... Eu nunca tinha pensando muito nisso, mas talvez isso tenha me alertado para o legal, que seria trabalhar com o período pós 88, que é uma coisa meio pós-

Abolição. Isso, para mim, me caiu muito. Também foi uma provocação das próprias fontes, que é a pesquisa que até hoje eu tenho... Que foi o que me jogou muito para o pós-Abolição que é trabalhar com Aurélio Viríssimo de Bittencourt.⁹⁷ Eu acho que foi um pouco isso, porque mais ou menos nessa época eu já tinha terminado o doutorado e tal, mas eu sempre estava vasculhando e procurando, trabalhava no Arquivo Histórico [do Rio Grande do Sul]. E aí eu comecei a pesquisar documentação eclesiástica, que era algo que eu conhecia, mas não tinha, assim, tanta intimidade. E comecei a constatar que... Bom, eu estava levantando os registros de batismo, de casamento de escravizados lá na cúria metropolitana de Porto Alegre, e toda hora aparecia como padrinho, seja de casamento, seja de batismo, o tal de Aurélio Viríssimo de Bittencourt. E a gente sabe, que quem faz pesquisa nominal, quem segue o rastro nominal, a gente sabe que se você tiver que seguir um cara chamado Paulo Moreira, você está ralado, porque você tem tantos homônimos que você não vai conseguir encontrar o desgraçado. E para gente é complicado porque, muitas vezes, você trabalha personagens que só tem prenome, então complica ainda mais. Por isso que muitas vezes você pesquisa é o senhor daquele sujeito escravizado, família senhorial que é onde você vai encontrar isso. Mas quando eu encontrei um cara chamado Aurélio Viríssimo de Bittencourt, eu pensei “Pô, esse é um nome que dá, né?”; e ele aparecia repetido e eu comecei a vasculhar e pensar quem era esse sujeito. Eu fui conversar com um conhecido meu que era do Instituto Histórico e Geográfico aqui do Rio Grande do Sul e perguntei para ele, assim: “Escuta, você já ouviu falar de Aurélio Viríssimo

⁹⁷ Ver: MOREIRA, Paulo R. Staudt; BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.) *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 83-107. MOREIRA, Paulo R. Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan-jun. 2014.

de Bittencourt?” e ele disse: “Claro que sim, o cara era chefe de gabinete do Júlio de Castilhos” e eu disse: “Porra, não pode ser!” aí ele: “É sim!” e eu olhei para o cara e falei: “Eu tenho pressentimento que esse cara era negro.” E ele olhou para mim e disse: “Não. É impossível, ele não era negro”, e eu disse: “Por que ele não era negro?”, ele disse: “Porque ele era filho de um oficial da Marinha.” [risos]. Porque a minha cara era uma sociedade, no Brasil tem essa coisa. Não que você vá embranquecer completamente, mas a sua cor invisibiliza, ela desaparece e você se torna como se fosse um socialmente branco e no caso do Aurélio tinha isso. Aí eu comecei a pesquisar o Aurélio e descobri que não. A gente tem um inventário, não dele, porque eu nunca achei, mas tem inventário da viúva dele, tem inventário da primeira mulher dele, tem inventário da mãe dele que morreu lá em Jaguarão, onde ele nasceu e tal. Então, o Aurélio, acho que me jogou um pouco no pós-Abolição, começou a fazer com que eu entrasse no pós-Abolição a partir de algo que eu gosto de fazer cada vez mais, que é a ideia da trajetória e a trajetória, é pensar essa vida individual, as opções que essas pessoas têm, as estratégias, as inserções que essas pessoas têm e como ir seguindo aquilo que o Giovanni Levi chama de vicissitudes biográficas,⁹⁸ já que a gente nunca vai conseguir reconstituir toda a biografia do cara. Também, a gente não tem que pirar com isso, né? Nem a nossa biografia a gente conhece, né? Com um pouco de psicanálise a gente sabe disso. Se a gente sentasse com o Aurélio hoje em dia e ele contasse a vida dele, nós íamos duvidar dele. Ele ia fazer uma versão da vida dele que era uma versão dele, como a gente faz da nossa.

E os nossos entrevistados de história oral...

⁹⁸ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Então a gente não tem que pirar muito com isso, né? Às vezes, eu pego algumas discussões, assim, entre o que é trajetória e o que é biografia e fica uma discussão que, às vezes fico pensando onde é que a gente vai chegar com isso; porque “ah não, trajetória é possível porque é mais fragmentado e tal, e biografia é uma coisa mais completa”, mas não rola isso, cara, biografia nunca vai ser completa. Mesmo que você entreviste o cara, mesmo que você conte o diário do cara, que o cara conte diariamente tudo o que ele fez, tem muito ilusão biográfica ali dentro, então não tem como você achar que vai reproduzir na totalidade. Então, para que pirar no que é trajetória e o que é biografia? E às vezes, a impressão que eu tenho – e espero que isso não caia mal, se você achar que cai mal você não coloca na entrevista [risos] – às vezes eu acho que os pesquisadores que são acostumados a trabalhar sociedades escravistas, eles, talvez, tenham uma certa vantagem quando eles pulam o pós-88, porque eles tem um hábito de certos documentos que muitos historiadores do pós-88, do pós-Abolição, não estão tão acostumados assim. Eu vejo que, bom, para nós que trabalhamos sociedades escravistas, é habitual você pegar uma habilitação matrimonial, registro de batismo, inventário *post-mortem*, testamento, de você usar esses documentos, para nós fica... E eu acho que quando a gente começou a trabalhar sociedade escravista, quando a gente avança para o pós-Abolição eu acho que tem uma densidade empírica nas pesquisas, não estou falando de mim, estou falando do Rodrigo [Weimer],⁹⁹ que eu acho que ajuda a gente a tornar consistentes essas trajetórias. Por exemplo, a tese da Melina Perussatto,¹⁰⁰ a Melina se atreveu a trabalhar com o assunto

⁹⁹ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

¹⁰⁰ PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-Abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892-c. 1911)*. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-

que é o Jornal Exemplo, porque você já tem gente boa que trabalhou com isso, tem a [Maria Angélica] Zubarán,¹⁰¹ tem o José Antônio dos Santos,¹⁰² tem gente que já trabalhou com isso, mas a Melina, ela faz um esforço de pensar esses promotores do Exemplo dentro de uma perspectiva geracional, de ver os caras para trás, que dá uma consistência para essas trajetórias. Quer dizer, você pensa esses caras como imiscuídos numa estrutura familiar, de parentesco, de redes mais afetivas e tal, você percebe esses caras ali. Eu acho que tem uma... Isso pode ser piração minha, assim, mas às vezes eu acho que a gente tem uma vantagem do pessoal que trabalha com isso. E no caso do Aurélio, foi um cara que me abriu esse campo do pós-Abolição. Eu comecei a pesquisa do Aurélio ao lado de parceiros, o Jonas [Moreira Vargas] que começou comigo e que está em Pelotas agora, a própria Daniela Vallandro de Carvalho começou, a Sherol [dos Santos], a gente começou juntos trabalhando, porque o Aurélio é um cara que ele está em tudo! E ele permitiu isso, como é um cara que tinha nascido lá em Jaguarão, de um ventre negro e tal, vem para Porto Alegre e se constitui como sujeito negro aqui em Porto Alegre, então eu acho que ele ajudou bastante, assim, a me interessar um pouco mais para essa questão do pós-Abolição, porque eu estava muito nesse período mais na sociedade escravista. E nos últimos tempos me caiu no colo, assim, que foi, literalmente isso, outra figura negra que é do Alcides de Freitas Cruz, que é

Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

¹⁰¹ ZUBARAN, Maria Angélica. O acervo do jornal O Exemplo (1892-1930): patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista memória em rede*, Pelotas, v. 7 n. 2, p. 1-16, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9396>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁰² SANTOS, José Antônio. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

um cara que, para mim, também, foi genial, porque ele vem de uma orientação. O Ênio Grigio, que eu estava orientando, e que trabalha com a Irmandade do Rosário de Santa Maria;¹⁰³ e de repente o Ênio descobre uma discussão num jornal de Santa Maria em que um cara chama o outro de mulato e o cara, esse mulato, vai para o jornal, faz um “a pedido” e o cara se apresenta. O cara tinha sido chamado só de mulato, não tinha sido nominado. E aí o cara vai para o jornal e diz: “Meu nome é esse e não sei o quê, não sei o quê... E quanto a ser chamado de mulato, como diz o grande Doutor Alcides de Freitas Cruz, eu não me molesto por epítetos como este porque eu sei quem eu sou e tal”. E quando o Ênio me passou isso eu pensei “Não, só um pouquinho, eu conheço o Alcides Cruz, né? Nome de rua de Porto Alegre, mas eu não sabia da negritude desse cara, não tinha sido alertado para isso”, e aí eu comecei a conversar com várias pessoas, aí a gente encontrou três manifestações de Alcides de Freitas Cruz. Alcides de Freitas Cruz foi formado agrimensor na Escola Militar de Porto Alegre, ele se formou em direito em São Paulo e ele foi fundador da Faculdade de Direito aqui de Porto Alegre. E ele, sorte de historiador, três vezes ele é ofendido de forma racista nos jornais e três vezes ele vai para o jornal se defender. Então, a gente tem uma posição de um cara assim, se posicionando dentro do seu autopertencimento e tal, muito bom. E aí, uma outra coisa que é genial é que ele morre em 1916 e ele era professor da faculdade de Direito, o inventário dele está aqui no Arquivo Público e ele deixa uma biblioteca de mais de 3.000 livros. Bom, se isso não fosse pouco... A sorte mesmo é que ele doa os livros para a faculdade de Direito, então, os livros são listados

¹⁰³ GRIGIO, Ênio. “*No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse*”: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5765>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

individualmente. A gente tem aqui no inventário a biblioteca dele listada. Então, você pode, no meio dessa trajetória toda que você pode fazer do Alcides, trabalhar com a biografia intelectual dele, porque você pode saber o que ele lia. Então ele lia desde textos sobre Darwin, ele lia Machado de Assis e Shakespeare, então você pode pitar um pouco nessa coisa das práticas de leitura do cara e isso são coisas que os inventários nos possibilitam. Então, trabalhar com pós-Abolição eu fui meio jogado para isso. E nesse trabalho do Alcides eu fiz com a Vanessa [Gomes de Campos], a Vanessa que é historiadora e arquivista lá da Cúria [Metropolitana de Porto Alegre] e do Instituto Histórico e Geográfico [do Rio Grande do Sul], então a gente trabalhou juntos e foi uma dobradinha perfeita. A Vanessa é especialista nessa coisa da genealogia e da pesquisa com documentação eclesiástica. A gente recuou a família do Alcides de Freitas Cruz à colônia de Sacramento, a gente recuou até lá e a gente foi encontrando depois os inventários aqui no Arquivo Público, os testamentos e tal, foi bá... É uma possibilidade de construir essas trajetórias. E é interessante que no registro de batismo dele assim, ele já vem de uma família, que é uma família negra, mas é uma família bem posicionada socialmente. Só que é muito interessante, você pega o livro de batismo, você abre o livro e tem registros dos dois lados, então, tem um escravizado, porque está escrito que o cara é escravo, aí depois tem três brancos, está dizendo ali que o cara é branco e tem que ele não tem cor. Então a própria invisibilidade da cor é uma marca de racialização. Os caras não botam a cor nele, quer dizer, eles não dizem que o cara é negro, mas também não apontam a branquitude dele. Apesar de que eu acho que para ele também isso não era questão, porque nesses textos que ele se defende da questão racial, ele trabalha de uma forma muito tranquila. Ele diz “não, eu sei que não sou branco”, ele diz isso com todas as letras, ele fala isso com toda clareza e é interessante porque essas trajetórias nos ajudam a pensar essa coisa da racialização, que é como a

Wlamyra Albuquerque¹⁰⁴ diz, que esse trato cotidiano da questão racial, de como é que as pessoas se definem, como é que elas são definidas, como é que isso aparece sutilmente nos documentos.¹⁰⁵ É por isso que também eu acabo não... Eu não sinto monotonia na pesquisa, porque a pesquisa historiográfica nos últimos tempos ela tem se tornado muito rica, ela tem, bá... Está sendo muito bom. Muito bom ser historiador nos últimos tempos. Não, quer dizer, nos últimos tempos não mais, Ciências Humanas não mais é muito bom assim... [risos]

Mas ao mesmo tempo a gente percebe, mesmo sem nenhum estudo mais consistente sobre isso, uma intuição que se tem no Arquivo Público, e em outros arquivos, de diminuição do número de frequentadores nas salas de pesquisa, diminuição dos frequentadores dos arquivos. Então, a gente queria perguntar se você acha que tem um risco de um empobrecimento da produção historiográfica com esse recuo por procura aos arquivos, ao mesmo tempo em que existem profissionais da História que meio que exortam a abrir mão da pesquisa empírica, secundarizar, como se não fosse tão importante assim...?

Eu acho que a gente teve um crescimento, assim, geracional da questão empírica. Quer dizer, a minha geração sentiu direto isso, era uma empolgação de ir para arquivo e pesquisar documentação de arquivo de uma forma intensa, muito quantitativa e tal, a gente foi muito para arquivo

¹⁰⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁰⁵ Paulo Moreira refere, a respeito de Alcides Cruz, a dissertação de Vinícius Furquim de Almeida. ALMEIDA, Vinícius Furquim. *Das prateleiras da alcidiana: os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7319>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

e foram gerações nesse sentido. Eu não consigo ainda avaliar direito, não sei se a gente pode nesse momento avaliar se a diminuição do público de arquivo ela está diretamente ligada a uma diminuição da utilização de fontes primárias na pesquisa histórica ou se é um pouco do impacto da tecnologia. Porque hoje em dia a gente tem várias fontes primárias que estão disponíveis na internet, por exemplo, quem já caiu na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional sabe disso, a gente enlouquece lá. Então você tem muitos jornais à disposição, você tem muitos acervos que estão ligados a essa questão. Acho que também as pessoas que vêm para o arquivo, muitas vezes, é uma frequência rápida, a máquina digital possibilita isso, então, as pessoas vão para os arquivos e fotografam e levam para casa pesquisar. Os tempos de mestrado e doutorado são muito exíguos, um mestrado de dois anos, cara, é muito pouco tempo. Então as pessoas têm que otimizar muito isso. Eu ainda não estou vendo essa questão muito de um recuo da empiria, assim, eu acho que a gente ainda está numa certa onda mais empírica que eu espero que se mantenha, só que eu acho que os próprios prazos estão prejudicando que o pessoal faça pesquisas mais exaustivas. É por isso que normalmente o cara que vai fazer uma boa pesquisa no mestrado, ele já vem com essa pesquisa como bolsista de iniciação científica, ele já está inserido num projeto, então, eu acho que nesse sentido a gente vai verificar isso. O que eu sinto como historiador é que a gente perdeu um pouco dessa sociabilidade arquivística, assim, sabe? A gente tem frequentado muito pouco arquivo. Às vezes eu acho que certas iniciativas dos arquivos, como eu tenho visto aqui, me parece muito positiva, por exemplo, a Mostra do Arquivo Público eu acho muito legal, não tenho vindo nas últimas, mas as primeiras que a gente teve era muito bom. Era a gente vir para arquivo para discutir pesquisas entre pessoas que frequentavam o Arquivo, então, isso era um ambiente que saía um pouco das disputas institucionais e tal, e o Arquivo aparecia como tipo um oásis,

assim, “Venham aqui discutir as suas pesquisas”. Então eu não sei, eu ainda não consigo avaliar direito que a gente está tendo um recuo do empírico, eu acho que a gente ainda tem que pensar um pouco a respeito disso, um pouco esse impacto tecnológico, as fontes sendo disponibilizadas pela internet e tal, não sei ainda como é que isso vai impactar. O que eu vejo é que há um certo desânimo com as ciências humanas em geral, eu acho que tenho visto muita gente deprimida na pós-graduação, doente mesmo, pelo clima político que se instalou no país nos últimos tempos, de agressividade a determinados temas, temas mais reivindicatórios que dialogam com a contemporaneidade, questão de gênero e também, assim, tenho visto pessoas que sentem muito o impacto da própria profissão de professor, porque você termina um mestrado, você vai ser professor, doutorado, você vai ser professor, então, o impacto disso, assim, negativamente dentro do nosso *ethos* profissional, a gente tem sido muito achincalhado. Eu vejo muito isso, as pessoas se sentindo muito tocadas por essa questão. Mas eu continuo achando que a investigação empírica é muito importante para nós. Acho que é um pouco da coisa do campo, que é de você sair da Academia e ir para campo, seja você fazer história oral, seja você frequentar arquivo, isso mexe com a sua sensibilidade. Produzir uma investigação que tenha esse contato com fontes, seja elas de que origem for, eu acho que acaba modificando a sua sensibilidade ou aprimorando a sua sensibilidade com relação aos projetos de pesquisa e também os objetos de pesquisa.

Mas você não acha que de parte [da Academia], de dentro, não vem, por alguns setores, um questionamento à pesquisa empírica?

Pode ser, e eu acho também que, uma coisa que eu vejo e percebo em alguns colegas, a gente hoje em dia está numa onda que não sei como vai sair, porque somos corresponsáveis disso: nós estamos numa superprodutividade, a gente é obrigado a produzir muito em termos de

artigo, não só de produção técnica, de dar parecer, mas de produção bibliográfica, escrever artigo, capítulo de livro e tal. E a pesquisa empírica, ela não é algo rápido de fazer, então, se você pensa um projeto de pesquisa e tem como lastro a pesquisa empírica, você pensa em algo que tem um tempo de maturação mais longo e que, muitas vezes, você não consegue durante esse tempo produzir coisas, mesmo que sejam resultados parciais. Hoje em dia a gente tem produzido muitos resultados parciais, a gente não está dando tempo de a pesquisa terminar. Então, eu vejo em alguns colegas de que se você faz um projeto de pesquisa cujo lastro é a documentação empírica, a fonte primária, é a frequência em instituições que custodiam, quer dizer, a frequência a lugares de memória propriamente dito, isso demanda que o tempo que você tem de produção bibliográfica e de produção intelectual é um tempo maior. Então, nesse sentido, talvez sim. Talvez o que eu tenho percebido, às vezes, é um acréscimo ou um desvio para projetos de discussão mais historiográfica. Mas eu acho que isso está muito ligado a essa armadilha que a gente se colocou que é da superprodução, de que a gente tem que produzir. Hoje em dia o mundo acadêmico não permite que você termine seu projeto para produzir alguma coisa, você é demandado a, durante o projeto, ir produzindo produtos ocasionais, subprodutos daquilo. Então, trabalhar com documentação empírica tem isso, você está alicerçando o seu projeto numa potencial produção de no mínimo médio prazo, é no mínimo médio prazo, ninguém vai se jogar numa pesquisa empírica e produzir a curto prazo. Isso pode gerar uma certa timidez dos historiadores de pensar uma pesquisa que - os colegas não empiristas não vão gostar - mas de uma pesquisa mais cômoda, talvez, uma pesquisa que você realize de forma historiográfica e tal. Acho que a gente perde o prazer da pesquisa, acho que quem faz isso não sabe o que está perdendo. Porque nada como sentar a bunda num arquivo e saborear um processo-crime... [risos] É genial isso, é muito bom.

Bom, uma última questão. Em um mundo de pós-verdades, de narrativas autovalidadoras, como você percebe a importância dos arquivos para a historiografia?

Eu acho que o arquivo, quando eu digo que o arquivo ele tem sentido para mim, que é sentido político, para mim dialoga diretamente com essa questão mais profissional, mais historiográfica. Eu acho que o documento, a fonte primária, a frequência em arquivo, para mim, ela representa um pouco, não vou dizer a garantia, porque isso me parece muito empirista e positivista, mas eu acho que é um certo investimento quanto historiador numa História que não desiste de ser explicativa, de uma História que não desiste de ser interpretativa, de montar um discurso historiográfico. Às vezes, eu sinto um certo receio das pessoas de construírem essa verdade histórica com medo de virar vitrine, com medo de receber pedrada e fazerem críticas. Mas eu acho que o acesso a esses documentos de experiência humana no passado nos ajudam a pensar essa ideia de que a História pode construir, pode elaborar um discurso explicativo e sempre um discurso que dialoga entre passado e presente. É um discurso que, às vezes, é muito cheio de ansiedade. Quando o presente nos oprime e nos enche de ansiedade, mas é também um discurso que nos enche de esperança, porque a gente sabe que vai passar. Então, eu acho que a possibilidade de construção de um discurso histórico explicativo, para mim, eu sei que tem historiadores que não estão nessa perspectiva, mas eu acho que eles ajudam a gente pensar numa História que construa algo, um discurso do entendimento do passado, assim como um diálogo com o presente. Para mim é um pouco essa questão.

Ricardo Taraciuk é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2011] e pesquisador em Educação. Atualmente é professor de História em escolas municipais de Porto Alegre: EMEF Vila Monte Cristo e EMEF Professora Judith Macedo Araújo. É coordenador do Projeto Jovens Pesquisadores, que visa iniciação científica de alunos da educação básica em escolas públicas. Ele concedeu a seguinte entrevista para o blog do APERS, em junho de 2013. Atualizamos esta descrição do entrevistado e incluímos, ao final, uma pergunta sobre suas atividades profissionais mais recentes. Confira seu currículo Lattes em: <<http://lattes.cnpq.br/5857517799053193>>.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Acesso em: 14 jan. 2020.

[2013] Ricardo, como se deu a sua aproximação com o tema da escravidão?

A minha aproximação com a temática de escravidão ocorreu durante a graduação, quando fui monitor da professora Regina Célia Lima Xavier, que estava iniciando seu pós-doutorado nessa linha. Esse contato propiciou muitas conversas sobre o assunto e indicações de bibliografia que foram capazes de alimentar o surgimento de novas ideias de pesquisa de uma historiografia que está sempre se renovando. No entanto, as aproximações dos historiadores com determinadas temáticas são ainda mais subjetivas que um encontro com uma especialista no assunto. Por ser mulato, minhas experiências, mesmo antes de ser historiador, fizeram com que questionasse os espaços sociais ocupados pelos negros, bem como percebesse os significados sociais por ser um “descendente de cor”.

[2013] O que fez com que você delimitasse para escravidão em Porto Alegre no século XIX?

No meu primeiro contato com as fontes primárias, estava interessado em verificar os relacionamentos entre senhores e escravos, a partir da análise de 122 testamentos, pressupondo que eles não fossem baseados apenas em interesses, meramente, econômicos e políticos, verificando as possibilidades de melhorias da qualidade de vida dos escravos, a partir desses relacionamentos. O cenário escolhido para essa temática foi a cidade de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, devido, sobretudo, a ser um momento de urbanização e crescimento populacional da cidade e, também, de avanços nas leis de emancipação escrava. Com essas características se acreditava que fosse possível encontrar em Porto Alegre um ambiente histórico favorável para perceber nos documentos os relacionamentos e a interação senhor-escravo e as consequências que

poderiam surgir a partir dessas relações. Com esse escopo foi escrito o Trabalho de Conclusão de Curso: “Africanos, crioulos e brancos: seus intrincados relacionamentos na Porto Alegre de 1857 a 1865”.

[2013] Qual a importância do acervo do APERS para sua atuação enquanto pesquisador?

Sem o acervo do APERS esse trabalho não poderia ser realizado. Esse acervo é responsável pela continuidade, manutenção e revisão da historiografia da escravidão no Rio Grande do Sul. Seus documentos são muito ricos, com informações muito pertinentes capazes de evidenciar vestígios de inúmeras problematizações que poderíamos desenvolver para a escravidão gaúcha. Com a digitalização da documentação, o APERS possibilita que ampliemos nosso período de análise, utilizando ainda mais fontes, sobretudo, pela facilidade de computar os dados. Afinal, há não muito tempo atrás, um número de 122 testamentos raramente aparecia em trabalhos de TCC, esse número era cabível para fazer uma dissertação de mestrado ou até mesmo tese de doutorado.

[2013] Você poderia comentar um pouco sobre o trabalho que vem desenvolvendo atualmente?

Atualmente estou realizando a pesquisa para dissertação do mestrado cujo título será: “Para morrer mais tranquilo: vida e morte dos libertos em Porto Alegre”. Continuo com as análises dos testamentos, agora para o período de 1857 a 1888, totalizando 339 documentos e ampliando meus questionamentos. O foco desse trabalho será analisar o cotidiano vivido pelos libertos com a utilização, principalmente de inventários e testamentos, bem como suas preparações para a morte e os significados de suas heranças materiais e culturais, focando nas observações comportamentais que se pressupõe serem frutos de misturas,

enfrentamentos ou conflitos de valores europeus e africanos que trouxeram novas situações e práticas sociais em Porto Alegre. Um dos escopos desse olhar será verificar que as posturas de descendência da África estão imersas em um emaranhado de misturas, envolvendo valores e atitudes de heranças africanas e europeias reconfiguradas por um novo contexto histórico. Com essa análise se busca, então, atingir uma melhor percepção sobre o comportamento e visão de mundo dos libertos.

[2013] Qual sua dica para os pesquisadores que estão começando a lidar com fontes primárias?

Antes de ir para o Arquivo, acredito ser necessário e prudente desenvolver uma boa leitura sobre a historiografia de sua temática para saber os olhares que já foram propostos, as escolhas que já foram realizadas, os argumentos que já foram superados, para terem-se ideias de novas problematizações a serem propostas. Depois disso, o contato com as fontes e a pesquisa em si, é preciso ser feitos gradativamente e sem medo. Aliás, uma pesquisa deve ser realizada de forma semelhante quando aprendemos a dirigir; devemos arriscar, sem medo de errar, fazendo as conversões necessárias, utilizando freios e acelerador quando prudentes! Sendo muito relevante, também, olhar para fora “do seu carro”, nesse caso, sempre conversando com colegas e professores que estão usando fontes semelhantes a sua, ou seja, o seu trabalho e suas questões não devem estar isolados do contexto historiográfico, pelo contrário, devem-se enquadrar dentro de outros emaranhados de questionamentos que dão fôlego e vida para o desenvolvimento da escrita da História!

[2013] Nas suas horas vagas quais são suas atividades preferidas de lazer?

Momentos de paz mental são importantes para reciclar ideias e novos raciocínios. Para tanto, em atividades de lazer procuro descansar muito a

mente, com viagens, caminhar em praças, realizar leituras que, aparentemente, não se relacionam com minha pesquisa, e participar de encontros com amigos e familiares.

[2019] Que trabalhos você tem desenvolvido entre 2013 e 2019?

Desde ano passado ainda uso fontes de testamentos do Arquivo, mas para alunos de educação básica realizar pesquisa com eles. Desenvolvi em duas escolas municipais o projeto jovens pesquisadores que visa iniciar alunos de escolas públicas a pesquisa científica. Um dos grupos, alunos de sétimo ano, estão utilizando fontes do Arquivo. A pesquisa deles se chama “testamentos escravistas na visão de alunos do morro da Cruz”.

Sarah Calvi Amaral Silva tem sua formação como historiadora pela UFRGS, completando a licenciatura em 2005, o bacharelado em 2007 e o mestrado em 2010.¹⁰⁷ Defendeu sua tese em 2018. Sua entrevista foi publicada em janeiro de 2019. Seu currículo Lattes pode ser acessado em <<http://lattes.cnpq.br/9145607194581022>>.¹⁰⁸

¹⁰⁷ SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil* : raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do IHGRS (1940). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36931>> Acesso em: 13 jan. 2020.

¹⁰⁸ Acesso em: 14 jan. 2020.

Sarah, você pode nos dar um resumo da temática do seu trabalho e das suas principais conclusões?

Na minha tese eu analiso processos de significação da cor no sistema repressivo e no sistema de justiça de Porto Alegre, principalmente os procedimentos de identificação criminal feitos na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, e depois como esses encaminhamentos identificatórios vão ser relidos no sistema de justiça, no Tribunal do Júri da Comarca de Porto Alegre. E, na medida do possível, quando as fontes permitem, quando os discursos registrados nas fontes permitem, eu procuro colocar essa significação mais científica, mais formal, em confronto com as significações da cor trazidas pelos sujeitos acusados, vítimas, testemunhas, os demais envolvidos. Isso tudo nos anos 30 e 40 do século XX, que é quando existe toda uma renovação dos arcabouços científicos da Polícia Civil e do Direito Penal no nível nacional. Daí eu percebo como isso funciona aqui no Rio Grande do Sul.

Nisso você pega os Inquéritos Policiais anexados aos processos...

Aos processos que vão culminar no Tribunal do Júri. Então a análise tem essas duas partes. A primeira só referente ao Inquérito e numa segunda etapa, aí são incorporadas na análise as peças produzidas no sistema de justiça. Na mesma documentação. Esse conjunto é que forma o processo-crime.

E como é que você chegou a esse assunto na sua trajetória?

Eu comecei a trabalhar com história social do racismo há mais ou menos onze anos, quando eu fui bolsista de iniciação científica da professora Regina Xavier, e aí eu comecei a trabalhar com a temática em outro tipo de registro, registros historiográficos produzidos por intelectuais polígrafos que

estavam interessados em pensar a formação do Brasil utilizando alguns conceitos, dentre eles a cor, a raça, e as categorias correlatas a esses conceitos de cor e raça. Aí, no decorrer da pesquisa do mestrado, eu fui atrás um pouco das trajetórias desses intelectuais polígrafos que escreveram essas interpretações historiográficas para interpretar a formação histórica e social do Brasil. Eu fui descobrindo que muitos desses intelectuais escreviam História, mas também eram médicos, eram advogados, eram homens que estavam no aparelho de Estado pensando outras questões além da formação do Brasil, pensando a criminalidade, pensando as doenças mentais, pensando problemas sociais como a prostituição, que é a chamada vadiagem, que é uma noção que se usava bastante nas primeiras décadas do século XX, e aí pela trajetória desses intelectuais eu fui chegando no aparelho repressivo e no sistema de justiça, pelo fato de alguns deles atuarem nesses ambientes, então aos poucos os meus objetos de pesquisa foram se transformando, sempre com foco na cor e na raça mas dessa vez, já no doutorado, pensar esses conceitos a partir de outros contextos.

E qual a importância das fontes primárias do Arquivo Público na sua trajetória e no seu trabalho especificamente, o trabalho mais recente?

Ah, é toda, porque você só consegue acessar o cotidiano de uma delegacia de polícia e do tribunal do júri através desses registros. Porque é nos processos-crime, no caso das fontes que eu usei, que você encontra os delegados na sua atuação, os promotores, os advogados, os juízes, interagindo realmente com seus objetos, entre aspas, de intervenção e estudo. Que são as pessoas, na verdade, os moradores, os homens e mulheres da cidade de Porto Alegre que em algum momento tiveram suas práticas sociais criminalizadas, e dentro disso vão ser classificadas de acordo com as categorias que estavam ali disponíveis. Sem a fonte primária você

até pode estudar essas categorias, você pode ir atrás das trajetórias desses homens em outros registros, mas perceber como isso acontecia na prática, nas instituições, como que isso era colocado no momento de identificar uma pessoa, no momento de interrogar um preso, um réu, só através das fontes primárias. Então o meu trabalho seria outra coisa se eu não tivesse acesso às fontes guardadas no Arquivo. Eu comecei a pesquisa no Arquivo Público em 2013. Que eu tomei contato com as fontes, que eu comecei a olhar os catálogos, que eu comecei a pedir as minhas amostras, conheci um pouco da documentação, que é uma documentação bem complexa, tem que entender como é que aquilo ali funciona, daí foi todo aquele processo, de fotografar, de tratar, fazer tratamento da documentação.

Você encontra sistematicamente os registros de cor e raça ou não é uma coisa tão comum? Porque a gente tem toda aquela discussão historiográfica sobre a presença da cor e da raça.

Aparecem, aparecem. Nos anos 30. Isso é uma coisa que eu identifiquei nas fontes criminais, mas tem outros historiadores que para esse período, a partir dos anos 30, começam a identificar o registro da cor de uma maneira mais sistemática, então é raro você *não* encontrar o registro da cor. Porque você tem as peças produzidas nas delegacias, você tem as peças produzidas no Instituto Médico Legal, você tem as peças produzidas no Instituto de Identificação, você tem as peças produzidas na Casa de Correção, já pras pessoas que estão encarceradas. Então em todas essas etapas da investigação criminal, e depois da investigação criminal no âmbito da polícia e depois na formação de culpa do Tribunal do Júri esses registros aparecem. Eles são mais comuns nas peças produzidas pela Polícia Civil. Você não vai encontrar a cor como categoria num interrogatório feito por um juiz, por exemplo. Mas nos inquéritos, a cor aparece. Em quase todas as peças. Quando não, pela boca de um promotor, que chama uma pessoa de

maneira pejorativa de um ou outro termo de cor, isso daí de vez em quando acontece. Fora daquele formulário mais duro, quando uma autoridade, um advogado, um promotor, até o juiz tem oportunidade de falar através de sua escrita, uma sentença, uma tese de defesa, acusação, às vezes a cor aparece. Não formalizada, mas aparece.

Quais são as contribuições que você acredita que o seu trabalho pode ter para o desenvolvimento do campo do pós-Abolição?

Eu acho que uma das principais questões que começaram a surgir ao longo da pesquisa é a vitalidade de uma noção de raça baseada na percepção do fenótipo. Você nota que reconhecer as pessoas pela aparência é uma coisa muito, muito arraigada. Principalmente porque nos anos 30 é registrado, principalmente numa literatura mais sociológica como uma quebra do uso de noções biológicas de raça para pensar a população brasileira em políticas públicas, e uma série de questões que envolvem identidade nacional e outras pautas políticas que surgiram nesse período. E o que você vê na prática é uma noção bem diferente. A raça não só sobrevive a toda essa discussão, como é reinventada e recolocada sob outros termos do mesmo objetivo, que é classificar as pessoas pelo fenótipo. Pela textura do cabelo, pela largura do nariz, pela cor. Então a cor e a raça, na sociedade brasileira que é racialmente hierarquizada, elas têm uma plasticidade teórica e dos seus usos sociais que é muito arraigada mesmo nas nossas relações, então eu acho que é ver mesmo que existe uma política institucional do Estado brasileiro de reconhecer as pessoas dessa maneira. Assim como as pessoas também têm a sua maneira de reagir a isso e reinventar e ressignificar a raça biológica científica, por exemplo, de acordo com as lutas negras. De se reapropriar desses conceitos de uma outra maneira para poder organizar as pautas políticas dos grupos negros, enfim.

Você estava falando e eu me lembrei de uma questão que é interessante se você fizer um contraponto... É bem o período de difusão das teses do Gilberto Freyre.¹⁰⁹ Da democracia racial, da positivação da mestiçagem.

É claro que as teses do Gilberto Freyre abriram uma nova perspectiva. Evidente que a gente não está falando do mesmo contexto da virada do século XIX para o XX, daquele racismo científico super duro que veio com as teorias raciais no Brasil ali no final do XIX. Então é um outro contexto mesmo, e a discussão da positivação da mestiçagem recoloca o debate numa outra perspectiva. No mínimo as pessoas têm que responder àquela pauta ali. Ou seja, se você quer justificar que você ainda acredita na raça biológica, pelo menos você tem que dar uma volta para poder colocar aquilo como uma coisa aceitável frente a um contexto que já questiona isso de uma maneira bem veemente. Já tem vários contrapontos ao racismo científico à raça biológica, muito nessa esteira que o Gilberto Freyre criou no Brasil. Gilberto Freyre e os pares dele, porque ele não estava sozinho. Existia todo um grupo de intelectuais que também estava tentando repensar as relações sociais brasileiras de uma outra maneira que não baseadas na noção de raça. Mas eu acho que a gente tem que contextualizar esses debates de uma maneira adequada para não perder de vista que nem só de cânones vivia a intelectualidade brasileira e as áreas de saber que se apropriavam disso, porque os médicos, por exemplo, eles tão discutindo eugenia ainda nos anos 40. Nas revistas médicas, a discussão ainda é como formar uma raça eugênica, como a mestiçagem vai desembocar na degenerescência de toda população brasileira, esse discurso

¹⁰⁹ Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2005. [original de 1933].
FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2006. [original de 1936].
FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 4. ed. São Paulo: Record, 1990. [original de 1959].

ainda existe, talvez travestido de outros conceitos, de uma maneira um pouco diferente, mas ele persiste ainda. Então a gente está falando de que? De medicina legal? De direito penal? De sociologia? De antropologia cultural? Apesar de essas áreas ainda nos anos 30 e 40 não serem bem delimitadas, tem um monte de intersecções entre elas, existem algumas especificidades. Em que um médico está pensando quando vai interpretar o Brasil? Em que um antropólogo está pensando quando vai interpretar o Brasil? Em que um delegado, um inspetor de polícia está pensando quando ele enxerga os suspeitos dele andando na rua?

Qual é o sentido de discutir raça em um contexto de retrocesso como o que estamos vivendo e qual é a perspectiva de que esse debate possa chegar numa sala de aula?

Para responder essa pergunta eu vou me deslocar do meu papel de pesquisadora para o meu papel de professora da educação básica. Quanto você começa a pensar o pós-Abolição a partir dos seus alunos, quando você olha para eles e vê tudo aquilo que você está pesquisando, que você está pensando, ali no Arquivo, com as suas fontes, acontecendo na sua frente, sabe, que os problemas... Por exemplo, discutir a criminalidade... O genocídio da juventude negra. Da violência que as mulheres negras ainda estão socialmente e estruturalmente falando na base da pirâmide. Quando você vê na escola, por exemplo, várias mulheres chefes de família, a maioria negras, quando você perde os seus alunos para o tráfico, são realidades que se vê nas periferias das grandes cidades, isso é uma coisa super comum. Você vê como um trabalho como esse meu, por exemplo, eu acho que do campo como um todo, que pensa essas questões, como isso pode contribuir para fazer a gente refletir. Eu acho que antes até de abordar diretamente esses assuntos em sala de aula, como estruturar as nossas relações com os nossos alunos de uma maneira antirracista. Sabe? Porque eu acho que

fazendo uma história social do racismo o foco em estudar a criminalidade, quando eu fiz, você vê que o pior do racismo é que ele desumaniza as pessoas. Sabe? Então para mim, assim, como professora da educação básica, todo esse debate que eu estava fazendo na minha pesquisa ao mesmo tempo em que eu estava dando aula na escola pública, no ensino fundamental, serviu para eu estruturar minhas relações com meus alunos de uma maneira bem diferente. Sabe, tentando, trabalhando, sempre isso, autoestima dos meus alunos, tentando trazer temáticas que eles se enxergassem na história. Que eles vissem que eles são parte do processo histórico, que eles são protagonistas, na verdade. E que não é porque não está ali no livro didático que a história não existe. Então são essas coisas que vão acontecendo assim do dia-a-dia da escola, na minha prática docente que vão sendo muito informadas pela pesquisa, claro, em confronto com a realidade que eu encontrava ali. Que é bem diferente da do arquivo! Ali são meus alunos, e a gente trabalhando junto, mas assim: eu acho que nesses tempos de retrocesso político então, quando eles se tornam ainda mais vulneráveis, e a gente também como professor, como categoria, eu acho fundamental. Não tem como você entrar numa sala de aula, no meu ponto de vista, ainda mais numa escola pública, sem abordar isso. Os nossos alunos são esses protagonistas.

Thiago Leitão de Araújo é Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (2005), onde também concluiu o Mestrado (2008) na linha de pesquisa Relações Sociais de Dominação e Resistência.¹¹⁰ Doutor em História Social (2016) pela Universidade Estadual de Campinas na linha de pesquisa História Social da Cultura (Cecult/Unicamp).¹¹¹ Desenvolve seus estudos na área da história social da escravidão, com ênfase nas políticas de domínio senhoriais e resistência escrava, práticas de alforria, história demográfica e econômica, direitos e justiça, história política e parlamentar do Império brasileiro e suas relações diplomáticas com as repúblicas do Rio da Prata durante o século XIX. Sua entrevista foi publicada em setembro de 2013 e editada em dezembro de 2019. Seu currículo Lattes pode ser acessado no link: <<http://lattes.cnpq.br/9114728278426111>>¹¹²

¹¹⁰ ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17528>> Acesso em: 18 fev. 2020.

¹¹¹ ARAÚJO, Thiago Leitão. *Desafiando a escravidão : fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/324317>> Acesso em: 18 fev. 2020.

¹¹² Acesso em: 14 jan. 2020.

[2019] Desde quando você pesquisa no Arquivo Público?

Minhas primeiras experiências com os documentos sediados no APERS ocorreram em 2004, mas a pesquisa efetiva e regular teve início somente no ano seguinte, já que por essa época desenvolvia um estudo, também relacionado com questões do período escravista, no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOP) da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

[2013] Thiago, você poderia comentar um pouco sobre como teve teu interesse despertado para a temática da história social da escravidão?

Dois temas ou questões históricas na minha visão sempre serão fundamentais, imprescindíveis para se conhecer e deslindar a história do que hoje chamamos Brasil, tanto no passado quanto no continuum presente-futuro: a história indígena e a história dos africanos e seus descendentes. O interesse pela temática, portanto, já existia, e veio a se consolidar no primeiro semestre de 2003 quando cursei uma disciplina sobre escravidão no Rio Grande do Sul, que ainda seria oferecida sob outros ângulos durante alguns semestres. Nesse sentido, costumo dizer que, se o curso oferecido fosse sobre história indígena, provavelmente eu teria desenvolvido meus estudos nessa área (que na verdade faz parte dos meus campos de interesse, hoje já um tanto expandidos). Ademais, em 2003 ocorreu a primeira edição do *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, ocorrido em Castro, no Paraná. Realizado bianualmente, alternando-se entre esta cidade e as de Porto Alegre e Florianópolis, tornou-se aos poucos referência para os estudos e debates sobre a escravidão no Brasil, e hoje muitos pesquisadores da área consideram os *Encontros* como um dos mais importantes fóruns de discussão sobre o período escravista e o pós-abolição. Tendo em vista minha participação em

cinco dos seis primeiros congressos (2005-2013), diria que minha trajetória enquanto pesquisador também está ligada a esse período de criação de um campo de estudos sobre a escravidão no Sul do Brasil, antes praticamente inexistente, e que teve como ponta de lança novos olhares e metodologias utilizadas pelos historiadores em suas pesquisas com fontes primárias.¹¹³

Em relação à história social, minhas pesquisas se inspiram nos estudos que, a partir da década de 1980, passaram a rever os pressupostos que pautavam as relações escravistas no Brasil. Longe de negar o caráter coercitivo das relações de escravidão, os historiadores dessa geração passaram a analisar o cotidiano dos escravos em seus embates e negociações com os senhores a fim de decifrar os significados que eles podiam conferir às suas experiências de cativeiro e liberdade. Tais estudos passaram a rediscutir os significados dos castigos físicos na política de domínio senhorial, a participação dos escravos nas transações de compra e venda e a importância de suas lutas em torno da alforria, o papel da identidade étnica, como, por exemplo, no levante dos escravos malês e sua complexa relação com a identidade religiosa e de classe, a importância tanto da família e linhagens escravas na conformação dos conflitos entre senhores e escravos quanto a da herança africana para a interpretação que os escravos faziam de sua experiência, entre tantas outras e variadas temáticas.¹¹⁴

¹¹³ Para maiores informações sobre os *Encontros Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, e mesmo para acessar todos os textos apresentados nas (atualmente) nove edições, ver o site “A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil”. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

¹¹⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: história do levante*

Enfatizaram, enfim, a capacidade dos escravos de agir a partir de lógicas próprias mesmo em situação de extrema opressão e dentro dos limites e condicionamentos que pautavam suas relações com os senhores. A década de 1980, portanto, marca um momento de inflexão nos estudos sobre a escravidão no Brasil, pois além de outros pressupostos os historiadores mergulharam a fundo nos arquivos em busca de documentos que pudessem revelar aspectos das relações escravistas até então pouco estudados, ou mesmo negligenciados, por pesquisadores anteriores.

Tão ou mais importante, a preocupação central desses estudos não se localizava na construção de modelos (ou de leis gerais de funcionamento do sistema), mas, como observou E. P. Thompson em outro contexto, “na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia”.¹¹⁵ A influência dos trabalhos de Thompson foi importante para as novas abordagens que surgiam principalmente pelo fato de o autor inglês ter restaurado os trabalhadores em seu papel de sujeitos de sua própria história, analisando o fenômeno de classe sobretudo como uma formação cultural, resultado concreto das lutas dos trabalhadores.¹¹⁶

dos malês em 1835. ed. ver. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹¹⁵ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 229. Nesta passagem, Thompson se refere à relação entre a história social e a antropologia, e ao estímulo antropológico tanto para seus trabalhos como para os de Keith Thomas e Natalie Zemon Davis.

¹¹⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 13 v. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a*

Embora nem todos os estudos subsequentes trouxessem a influência de seus trabalhos, de maneira geral os escravos passaram a ser estudados enquanto sujeitos históricos (o que esteve longe de ser algo de pouca importância na renovação historiográfica que se seguiu).¹¹⁷

[2013] Qual a importância do acervo do APERS para sua atuação enquanto pesquisador?

A pesquisa em arquivos, em fontes primárias, é parte fundamental nessa renovação dos estudos sobre a escravidão no Brasil que acabei de mencionar. No início da década de 1980, Robert Slenes chamou a atenção dos pesquisadores para tudo aquilo que Rui Barbosa não havia mandado queimar (e o que mandou incinerar tinha a ver com a “queima” das possibilidades dos ex-senhores virem a pedir ressarcimento pela perda de suas propriedades depois da abolição em 1888). Naquela época os historiadores ainda não haviam explorado os inventários, as listas de matrícula constantes nos mesmos a partir de 1872, os documentos

cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Trabalhos importantes nesse contexto, GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: the World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books (Random House), 1974. GUTMAN, Hebert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York, Random House, 1976.

¹¹⁷ Entre outros trabalhos, vale destacar, KARASCH, Mary C. [1987] *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ: EDUSP, 1994. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Para balanços historiográficos cf. SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 21-88. CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA, Fernando. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*. v. 14, n. 26, p. 13-45, 2009. SLENES, Robert W. “Brazil”. In: PAQUETTE, Robert L; SMITH, Mark M (ed.). *Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 111-133.

cartorários (cartas de liberdade, de compra e venda de escravos, contratos de locação de serviços etc.), os processos-crime, testamentos e uma gama bem mais ampla de fontes. A questão, no entanto, não era meramente o uso de fontes até então não utilizadas, mas também de método. A partir do cruzamento entre documentos diversos por meio do método de ligação nominativa, ou seja, de um nome de determinado senhor, seria possível reconstituir variados aspectos da organização produtiva de determinada propriedade, a demografia dos trabalhadores escravizados, suas relações familiares, as tecidas com seus senhores etc.¹¹⁸ Na pesquisa que resultou na dissertação *Escravidão, fronteira e liberdade* vali-me densamente da documentação conservada no APERS, onde estão os fundos mais importantes a permitirem tanto uma análise serial quanto uma análise qualitativa da documentação, possibilitando ao mesmo tempo a utilização do método de ligação nominativa referido acima. Utilizando o método de análise serial, quantifiquei massivamente os inventários *post-mortem*, as compras e vendas de escravos e as cartas de alforria para a vila da Cruz Alta Oitocentista. Ao mesmo tempo utilizei essa documentação de forma qualitativa juntamente com os processos-crime e os testamentos, e quando foi possível cruzei essas variadas fontes a fim de acessar de forma mais densa as relações sociais de escravidão em determinadas unidades produtivas.¹¹⁹ Isto é, a documentação sediada no APERS foi e continua

¹¹⁸ SLENES, Robert W. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, jan./abr., p. 117-149, 1983. Ver ainda a discussão do autor no prefácio à 2ª edição de seu livro. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. corrig. – Campinas: Unicamp, 2011. p. 17-20.

¹¹⁹ ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal

sendo essencial não só para minhas pesquisas como para a renovação dos estudos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul – algo que, evidentemente, não se resume a um mero interesse por uma história regional, haja vista a importância das conexões com a história do Brasil colonial e imperial e das Américas, especialmente com as repúblicas do Rio da Prata. A esse respeito é necessário enfatizar a enorme contribuição do Arquivo Público ao trabalho dos historiadores a partir dos projetos *Documentos da Escravidão*, em que foram produzidos instrumentos de pesquisa, na forma de verbetes, sobre as cartas de liberdade do interior do Estado (2006). No ano de 2010 foram publicados, também em forma de verbetes, os inventários, testamentos e processos-crime que arrolavam escravos entre os bens senhoriais ou traziam os cativos como réus ou vítimas no caso dos processos criminais. Atualmente o APERS vem desenvolvendo o projeto de digitalização das quase 30.000 cartas de liberdade registradas em cartório, desde o século XVIII até o fim do período escravista. Estas iniciativas são importantes para um melhor acesso e mesmo um conhecimento mais amplo da documentação existente no Arquivo Público. Embora na época em que realizei a pesquisa para *Escravidão, fronteira e liberdade* estes materiais ainda não estivessem disponíveis, atualmente os tenho utilizado como um meio de busca que, ao contrário, demandaria muitos meses de pesquisa para a localização de determinada documentação.

[2013] Pesquisar em fontes primárias requer certos cuidados, qual a sua dica para os pesquisadores que estão começando agora a lidar com estas fontes?

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17528>> Acesso em: 18 fev. 2020.

Neste ponto as dicas já foram dadas por grandes historiadores. De acordo com Marc Bloch, toda investigação histórica supõe desde os seus primeiros passos que a pesquisa tenha um fio condutor, uma direção; muito embora o pesquisador saiba que o itinerário previamente estabelecido no começo não será seguido ponto a ponto. No entanto, não ter um ponto de partida implicaria o risco de errar eternamente ao acaso. Ou seja, não devemos imaginar que indo ao arquivo e pesquisando centenas de documentos as questões irão de repente aparecer. Por isso desenvolvemos hipóteses de trabalho, que nos servem de guia à pesquisa, mesmo que durante o percurso elas geralmente se transformem (e é bom que isso aconteça). Contudo, o mais importante são as maneiras como interrogamos as fontes, as perguntas que a elas fazemos são fundamentais.¹²⁰ Segundo o historiador E. P. Thompson, o discurso disciplinado da prova consiste num diálogo constante entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, por um lado, e a pesquisa empírica, por outro. Se as evidências não estão de acordo com o conceito que determinado pesquisador utiliza, então não podemos sacrificar a história para manter a teoria em pé.¹²¹ Isso é uma questão básica para os bons historiadores. Quanto à documentação relativa ao período escravista que está conservada no APERS e os importantes instrumentos de pesquisa produzidos pela instituição, minha dica seria no sentido de sempre pesquisar as fontes originais. Sempre! Os instrumentos de pesquisa não passam disto, instrumentos de localização e de mapeamento mais amplo da documentação. Cito um exemplo. Os instrumentos de pesquisa com seus pequenos verbetes sobre os processos-crime são de uma riqueza ímpar nesse sentido que falei: como um meio de busca. No entanto, listam apenas

¹²⁰ BLOCH, Marc. *Apologia a história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹²¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

os escravos que constam nos autos como vítimas ou réus. Há poucos dias [setembro de 2013], por exemplo, fazia a triagem de processos-crime em suas respectivas caixas, independente de terem ou não escravos como partes principais dos autos. Deparei-me com um processo em que um menino havia sido assassinado num dia de domingo, na vila de Bagé. Embora nenhum escravo tivesse sido indiciado no caso, três ou quatro cativos serviram de testemunhas no processo. Em grande parte das regiões escravistas nas Américas era costume permitir que os escravos trabalhassem para si um dia da semana ou realizassem outras atividades, geralmente no domingo (a “economia interna dos escravos”). Esses depoimentos dos escravos são interessantíssimos, pois permitem acessar seu cotidiano em tal contexto. Sendo inquiridos onde estavam naquele dia, no horário em que o crime ocorreu, seus movimentos e as pessoas que podiam confirmar tal versão, podemos descobrir se trabalharam para si ou para seus senhores, quais os percursos que realizaram, se comercializaram seus produtos nas vendas locais ou não, o horário em que costumavam acordar, almoçar, repousar e se recolher, por exemplo. Por isso minha dica seria no sentido de sempre pesquisar os documentos originais, por um lado, e vasculhar, no caso dos processos-crime, outros autos que possam revelar aspectos importantes do cotidiano escravista em plagas sulinas. Evidentemente, no caso da digitalização das cartas de liberdade o caso é diferente, já que se trata da conservação da documentação e da disponibilização a um público mais amplo, e no momento em que tal trabalho estiver concluído não haverá mais necessidade de utilizar os originais.

[2013] Atualmente temos em vigor no Brasil leis como a 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, e a 12.288/10, que institui o Estatuto da Igualdade

Racial. Como você percebe a relevância de pesquisas como a sua para a efetivação de tais leis?

A resposta não é simples, por isso começo com um primeiro exemplo. Muito embora os pesquisadores da década de 1960 tenham desconstruído em seus trabalhos o mito da democracia racial no Brasil, esta é ainda uma ideia que perpassa o senso comum de boa parte da sociedade brasileira e as instituições de ensino, e que até mesmo tem tido repercussões na forma como a Lei 10.639/03 tem sido por vezes percebida. Em abril deste ano [2013], numa mesa-redonda em que se fazia o balanço e as perspectivas dos dez anos da lei, a professora Petronilha Gonçalves colocou a seguinte questão: se, no fundo, os encaminhamentos dados a partir da aprovação da lei estavam desconstruindo o mito da democracia racial ou se estavam lhe dando apenas novas tonalidades.¹²² A questão nos leva a refletir. No meu ponto de vista, acredito que nossos trabalhos têm sim uma relevância social. E, por que não, podem até vir a ter para a efetivação das leis referidas na pergunta. Mas isso não é algo óbvio, nem ao menos provável, embora possível.

Vamos então para um segundo exemplo. Até há bem poucos anos a ideia que se tinha da escravidão no Rio Grande do Sul é que ela só teria tido relevância nas regiões de colonização antigas, principalmente nas charqueadas e nas áreas urbanas das principais cidades. Noutras regiões o trabalho dos escravizados teria tido um papel secundário e não estruturante das relações de trabalho, principalmente no que diz respeito à pecuária. Estudos de história agrária desconstruíram tal visão, mostrando a grande participação de cativos nos trabalhos pecuários, muito embora a ênfase desses estudos não fosse centrada nas relações escravistas. *Escravidão*,

¹²² Mesa também composta pela professora Nilma Lino Gomes. O debate pode ser visualizado em <http://brasilafrika.fflch.usp.br/node/289>. Acesso em: 14 jan. 2020.

fronteira e liberdade em muitos aspectos foi um estudo pioneiro na análise das relações escravistas na pecuária sob a perspectiva dos estudos sobre a escravidão a partir da análise dos conflitos e negociações entre senhores e escravos. As análises demográfica e econômica da vila da Cruz Alta me permitiram refutar a visão arraigada da venda/perda de escravos para o sudeste depois de 1850 (levando a uma reviravolta no entendimento da questão), bem como a demonstração em estudos subsequentes de que, ao invés do que se pensava, a população escravizada na província continuou em crescimento até pelo menos 1873/74. A análise das negociações e conflitos entre senhores e escravos também me permitiram estudar a economia interna dos escravos no interior das estâncias e, da mesma forma, suas lutas em torno da liberdade através da análise das cartas de alforria, ensejando um debate crítico com trabalhos ainda influentes – naquela época – sobre o tema, que invariavelmente minimizaram a importância de tais trabalhadores na pecuária sulina. Ao mesmo tempo, a partir das novas perspectivas lançadas ao debate, lastreadas em densa pesquisa em fontes primárias, o referido estudo abriu vários campos de discussão até então inexistentes na historiografia relativa à pecuária sulina, e que seriam explorados posteriormente por diversos pesquisadores. Seja como for, juntamente com estudos anteriores e posteriores, o fato é que hoje temos uma visão muito mais complexa da escravidão em tal contexto. Mas essa visão foi enriquecida no meio acadêmico (com todo seu elitismo, intrigas, rapinas e sabotagens), pois no senso comum ainda se ignora a participação fundamental dos escravos nas lides pecuárias (em particular), sendo que sua importância foi bastante significativa em todas as atividades produtivas do Rio Grande do Sul (o que se ignora em geral), pelo menos desde o final do século XVIII até o fim da escravidão.

Em suma, para concluir. Nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura*

Afro-Brasileira e Africana (2004) se lê: “para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade mais justa” (p.14-15). Neste sentido, se fazem necessárias mudanças radicais na divulgação dos resultados das pesquisas que vêm sendo há muito produzidas – e não que se reduza a produção do conhecimento a um mero interesse com o quantitativismo estúpido que visa corresponder às exigências das agências governamentais de fomento e avaliação, ou apenas o destaque via de regra dado a apaniguados intramuros –, visando à formação de professores e à incorporação crítica deste conhecimento no ensino básico (e sua socialização com um público mais amplo), a fim de que a história dos africanos e seus descendentes ganhem espaço nos currículos escolares e aos poucos criem condições para mudanças efetivas nas relações étnico-raciais no Brasil. Alguns passos, é verdade, embora ainda bastante lentos, têm sido dados nessa direção, sobretudo pela iniciativa de pesquisadores(as) e docentes negros(as) (com destaque especial às mulheres) ou igualmente comprometidos na luta antirracista. Ainda que esses primeiros e pequenos passos alentem a esperança, demonstram o quão distantes ainda estamos de uma efetiva socialização do conhecimento produzido nas universidades brasileiras. Esse processo, evidentemente, cabe a todos e a cada um e não aceita tergiversações pela omissão.

[2019] Quais têm sido tuas atividades desde 2013 a 2019?

A entrevista acima data do final de 2013, embora eu tenha dado uma pequena revisitada para essa nova versão, mas mantendo o texto original. Naquela época já fazia alguns anos que eu vinha trabalhando em minha tese de doutorado (desde 2010), defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no final de 2016, revista e ampliada e “entregue ao

mundo” em meados de 2017.¹²³ Minha ideia inicial era fazer uma análise social das relações de escravidão nos municípios rio-grandenses fronteiras ao Uruguai e à Argentina, com foco na resistência dos escravizados, especialmente em relação às fugas para as repúblicas vizinhas num momento em que esses países já haviam abolido a escravidão. A hipótese central era a de que a resistência escrava, que tomara novas dimensões na década de 1840, havia levado a mudanças nas políticas de domínio senhoriais no interior das estâncias, explicitada no aumento das taxas de alforria e dos espaços para uma economia interna dos escravos nas unidades produtivas na segunda metade do século XIX. No decorrer da pesquisa, no entanto, a vasta documentação sobre as fugas de escravos indicavam uma relação estreita não somente nas transformações das políticas de domínio ou nas relações diplomáticas do Brasil com as repúblicas do Rio da Prata, mas, sobretudo, na forma como as diversas formas de luta dos escravos estavam impactando a política interna e externa do Império brasileiro.

Com as mudanças de percurso, acabei analisando as tensões advindas com a cisão no Sul da América entre uma jurisdição de solo livre e um território escravista, em dois momentos: no primeiro, o impacto da abolição uruguaia na fronteira Sul do Império na década de 1840 e o papel da insurgência escrava na tomada de decisões do governo imperial quanto à abolição do tráfico transatlântico em 1850 e na intervenção militar brasileira na guerra no Rio da Prata em 1851; no segundo, caracterizado por um avanço dos escravistas brasileiros no Norte uruguaio, a liberdade adquirida pelos

¹²³ ARAÚJO, Thiago Leitão. *Desafiando a escravidão : fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/324317>> Acesso em: 18 fev. 2020.

africanos e seus descendentes nascidos no Uruguai, por ex-escravos de brasileiros que adquiriram a liberdade através da legislação abolicionista ou por meio da fuga se viu ameaçada por processos de reescravização e escravização, situação combatida pelo governo oriental por meio de uma política de defesa da liberdade. As controvérsias em torno da escravidão e da liberdade abriram possibilidades de contestar o poder dos senhores de escravos e da escravidão, tanto por parte das autoridades orientais quanto pelos africanos e seus descendentes escravizados ilegalmente. Desta forma, foi possível apreender os efeitos recíprocos da escravidão e da liberdade em ambos os lados da fronteira e a forma como essas questões eram tratadas no âmbito do governo imperial, contribuindo para o enfraquecimento da escravidão no Brasil.

Ainda que este não seja o lugar de resumir a pesquisa realizada, vale a pena se deter brevemente no primeiro objetivo do estudo, pois abre a possibilidade de discorrer sobre fontes e métodos de pesquisa, questão central da entrevista. Nas últimas décadas, os pesquisadores que se dedicaram ao tema do fim do tráfico de africanos para o Brasil negligenciaram as contendas diplomáticas do Império com o Uruguai e a Argentina, ou as trataram de forma superficial, enquanto os pesquisadores que trabalharam a questão platina deixaram de levar em consideração a questão da escravidão no Sul da América. *Desafiando a escravidão* procura demonstrar o impacto conjunto de duas ameaças na decisão do governo imperial em abolir o tráfico de africanos: a de rebelião escrava e a de invasão do Brasil pelas forças argentinas – ameaças que se sobrepunham, haja vista que no cálculo político das forças platinas estava o de incitar e promover a emancipação e a insurreição dos escravos tão logo seus exércitos invadissem o Brasil. Evidentemente, essas duas ameaças se encontram no contexto de iminente bloqueio dos portos brasileiros pela marinha britânica a fim de pressionar pela supressão definitiva do tráfico

em meados de 1850 (o que, entre outras coisas, teria deixado o governo sem recursos para custear uma guerra externa e outra interna – ou várias internas).

Para que fosse possível chegar a essa conclusão foi necessário analisar e cruzar uma ampla gama de documentos. Num primeiro momento, fazendo uso de listas de escravos fugidos juntamente com a correspondência interna ou trocada entre agentes dos três países (Brasil, Uruguai e Argentina), analisei as diversas formas de luta dos escravos no Rio Grande do Sul na década de 1840. Também estudei em detalhe um grande plano insurrecional tramado por escravizados africanos mina-nagôs no município de Pelotas, em 1848, que por muito pouco não chegou a eclodir. Num segundo momento – a partir da análise dos debates parlamentares, relatórios oficiais, correspondências internas e discussões nos altos círculos de poder do governo imperial, bem como de jornais ligados ou não aos partidos políticos –, procurei demonstrar o papel desempenhado pelas lutas dos escravos (não só no Rio Grande do Sul como em outras regiões do país) e do contexto platino na apresentação ao parlamento brasileiro, em 1848, de um projeto de lei para a abolição do tráfico (projeto que foi parcialmente aprovado). Da mesma forma, analisei essas questões juntamente com a pressão britânica na retomada desse mesmo projeto em 1850 e em sua aprovação, que, de fato, levaria em pouco tempo à abolição do tráfico. Metodologicamente, portanto, o estudo demonstra como se pode combinar o estudo da política (nos níveis macro e micro) com uma história social ao nível local (embora, nesse caso, ao mesmo tempo transnacional).

Assim procedendo, procurei demonstrar que a ênfase *apenas* na história política ou diplomática (ou em ambas) acaba por encobrir o protagonismo e os projetos próprios dos escravos como motivadores de mudanças estruturais, e o papel que desempenharam no devir histórico de sua própria emancipação, dificuldade que só pode ser ultrapassada no cruzamento de

inúmeros tipos de fontes e na apreciação de diferentes dimensões da sociedade. Fora disso, só há lugar para um olhar centrado na casa grande ou entre as quatro paredes do parlamento. Nesse sentido, contrapus-me às perspectivas de análise que enfatizam *somente* a conjuntura e pressões externas e minimizam o potencial de mudança contido nas ações e lutas dos grupos subalternos na história.

Atualmente venho trabalhando com questões bastante semelhantes, mas focando a década de 1860, na qual, novamente, as lutas dos escravizados e o contexto platino (juntamente com outros fatores como o fim da escravidão nos Estados Unidos) tiveram um papel importante para que fosse posto em discussão no Conselho de Estado um projeto para a emancipação dos escravos no Brasil (projeto que seria aprovado com algumas mudanças em 1871 – a popularmente conhecida Lei do Ventre Livre). Por fim, também tenho pensado na publicação de uma trilogia: o primeiro livro, baseado na tese e no atual projeto de pesquisa, analisará o papel da insurgência escrava na tomada de decisões do governo imperial (fim do tráfico de africanos e lei de emancipação); o segundo retomará meu projeto inicial, focando a resistência escrava no contexto da pecuária e seu impacto nas transformações das políticas de domínio senhoriais na segunda metade do século XIX; o terceiro visa à análise de uma cultura campeira forjada pelos escravos no Rio Grande do Sul e às tensões étnico-raciais vivenciadas por eles naquele contexto. Por enquanto, não passam de planos de redação, cuja pesquisa para os três tomos encontra-se praticamente concluída, mas sempre é necessário algum tipo de plano (mesmo que provisório) para poder seguir adiante.